



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AS CONTROVÉRSIAS DO DESENVOLVIMENTO E AS NOVAS
FACES DA DEPENDÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAC E A EXPLORAÇÃO DE
PETRÓLEO

Ariel Martins Carriconde Azevedo

:

Brasília

2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**AS CONTROVÉRSIAS DO DESENVOLVIMENTO E AS NOVAS FACES
DA DEPENDÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAC E A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO**

Ariel Martins Carriconde Azevedo

Monografia submetida ao curso de Ciências Sociais, habilitação Sociologia, da Universidade de Brasília, para a obtenção do grau de Bacharel em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Lana Seabra

Brasília, 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**AS CONTROVÉRSIAS DO DESENVOLVIMENTO E AS NOVAS FACES
DA DEPENDÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAC E A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO**

Ariel Martins Carriconde Azevedo

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Raphael Lana Seabra
Orientador

Prof. Dr. Fabio Marvulle Bueno

Universidade de Brasília

Brasília, junho de 2015

“De onde lhes veio esta pretensão tão ridícula quanto arrogante, tão ridícula quanto funesta, de impor seu ideal político a dez milhões de camponeses que não o querem? É ainda, evidentemente, uma herança burguesa, um legado político do revolucionarismo burguês. Qual é o fundamento, a explicação, a teoria desta pretensão? É a superioridade, pretensa ou real, da inteligência, da instrução, resumindo, da civilização operária em relação à civilização do campo. Mas você sabe que com tal princípio se pode legitimar todas as conquistas, todas as opressões? Os burgueses nunca tiveram outro princípio para provar sua missão de governar, ou, o que significa a mesma coisa, explorar o mundo operário. De nação para nação, assim como de uma classe para outra, este princípio fatal e que não é outro que a autoridade, explica e dá esse direito a todas as invasões e a todas as conquistas. Os alemães não se serviram sempre dele para executar todos os seus atentados contra a liberdade e contra a independência dos povos eslavos, e para legitimar a germanização violenta e forçada? É, dizem eles, a conquista da civilização sobre a barbárie.[...]. Para mim, uma ou outra pretensão são igualmente odiosas, e eu lhe declaro que, tanto nas relações internacionais como nas relações entre uma classe e outra, estarei sempre ao lado daqueles que se quer civilizar por este processo. Vou me revoltar com eles, contra todos esses civilizadores arrogantes, que se chamem operários, ou alemães, e, revoltando-me contra eles, servirei à revolução contra a reação.” (Mikhail Bakunin, *Cartas a um Francês*, Setembro de 1870).

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente aos meus pais, Álger Azevedo e Mônica Martins, por todo apoio que me deram ao longo de toda a minha jornada de estudos, sempre apoiando minhas escolhas e me fortalecendo nos momentos de dificuldade. Ao meu irmão Leon Azevedo, que se forjou em companheiro inseparável de debates, inspiração e parceria, principalmente nos momentos mais adversos desta luta vivida na graduação, dentro e fora dos muros da universidade. Aos meus companheiros de batalha de longa data, Marcello Kennedy, Diego Martins e Órion Coppe, por todos os acalorados debates sobre a transformação da realidade brasileira que muito influenciaram e fortaleceram os posicionamentos presentes neste trabalho. A minha companheira Ana Valéria, que sempre acreditou no sucesso deste projeto e esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis da produção desta monografia, assim como sua família, a quem agradeço, de coração, todo apoio e exemplo de esforço e vitória de Ailton e Rosalia Carvalho. Agradeço ao meu orientador Raphael Seabra que indicou o caminho de forma honesta e comprometida neste meu primeiro passo. Por fim agradeço a todos aqueles companheiros e companheiras que lutam ombro a ombro, buscando, além de pensar os problemas de nosso povo, transformá-los, e nos ensinam dia-a-dia para muito além das universidades.

Resumo

A ascensão do Novo-Desenvolvimentismo no início do século XXI no Brasil, enquanto ideologia, bloco de classes e programas governamentais trazem a necessidade de uma revisão teórica das teorias do desenvolvimento e sua crítica realizada pela Teoria Marxista da Dependência (TMD). Este trabalho pretende, a partir do arcabouço teórico desta última escola, interpretar a realidade brasileira a partir de quatro conceitos chaves: a) Integração Dependente e Intercâmbio Desigual; b) Superexploração do Trabalho; c) ruptura no ciclo do capital e d) Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva. A análise crítica tem por foco a própria teoria desenvolvimentista, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o papel da Petrobrás dentro deste contexto, em que se configura como uma importante empresa brasileira e a principal beneficiada e financiadora do PAC.

Palavras Chave: Teoria Marxista da Dependência; Novo-Desenvolvimentismo; PAC; Petrobrás.

Sumário

Introdução	8
Capítulo I: A atualidade da Teoria da Dependência para a crítica da sociedade brasileira	12
1.1 – Formação da TMD e seus aportes	16
1.2 – Estudos recentes e a permanência do problema.	27
Capítulo II: O projeto desenvolvimentista no Brasil e suas contradições	32
2.1 A Formação histórica e teórica da Escola Nacional-Desenvolvimentista	32
2.2 – O Novo Desenvolvimentismo	43
Capítulo III – A Farsa anunciada: O PAC e a Petrobrás na lupa.	51
3.1 - O Sentido histórico do governo do PT	51
3.2 - O PAC e o governo do PT	57
3.3 - O PAC e o IIRSA	63
3.4 - A Petrobrás na lupa: o que realmente está em jogo?.....	65
Conclusão	80
Lista de siglas:	84
Referências:	85
Fontes primárias:	89

Introdução

Vivemos na última década a ascensão do discurso e do projeto do Novo-Desenvolvimentismo em nosso país. Esse processo, forjado em uma longa trajetória de integração do PT ao Estado Burguês e concretizado por sua aliança com intelectuais e frações expressivas da burguesia, se materializou no segundo mandato do Governo Luís Inácio Lula da Silva (2006-2010), através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), logo seguido por Dilma Rousseff a partir de 2010. Este foi o período em que o Brasil se tornou a 6ª maior economia do mundo e foi anunciado por alguns como “em transição para um país de classe média”, trazendo para a ordem do dia o tema do desenvolvimento nacional.

O PAC 1, lançado em 22 de janeiro de 2007, foi então um projeto sintetizador de políticas macroeconômicas, abarcando, através dos seus cinco blocos de medidas institucionais, desde a política de valorização do salário mínimo, a política de crédito, até os investimentos em infraestrutura. Uma de suas principais marcas anunciadas pelo governo foi a retomada do papel estratégico do Estado no planejamento e no investimento público, perdido há mais de 30 anos. O Programa, que em 2014 terminou sua 2ª fase de execução, foi dividido em 2007 em 5 blocos diferenciados, e aquele que sem dúvida recebeu maiores atenções e recursos (503,9 bilhões de reais previstos para o quadriênio de 2007-2010) foi o do “Investimento em Infraestrutura”, dividido em 3 eixos: 1) Logístico; 2) Energético e 3) Infraestrutura social e urbana (PAC, 2007a). Dentre os três eixos especificados acima, o setor Energético (que engloba o investimento na transmissão de energia elétrica, exploração de petróleo, de gás natural e de combustíveis renováveis) foi o que deteve a centralidade dos recursos, cerca de 55% dos investimentos, ou 274,8 bilhões do total do bloco (Ibidem).

Partimos do princípio que o constructo ideológico e programático por trás deste processo foi o Novo-Desenvolvimentismo, elaborado pelo ex-tucano Bresser-Pereira e complementado por uma série de intelectuais, tanto advindos do PT como de outras organizações políticas, acadêmicas ou de classe, não sendo totalmente homogêneo, mas que anunciava de forma geral a necessidade da intervenção do Estado para que o capital privado pudesse se desenvolver de forma mais pujante, trazendo benefícios à “nação”. Apesar deste novo setor se autoproclamar uma alternativa ao projeto neoliberal (ou “ortodoxia convencional”), demonstraremos, a partir da análise de alguns autores e dos programas do Governo, que mais do que um projeto alternativo, foi a marca da continuidade (GONÇALVES, 2012).

O Novo-Desenvolvimentismo surge então enquanto ideologia de legitimação particular do desenvolvimento do capitalismo neste início do século XXI no Brasil, ao qual se relaciona diretamente, seja como promotor direto ou como véu da situação por nós analisada. Para uma crítica ao Novo-Desenvolvimentismo, achamos necessário reconstituir historicamente o projeto e a trajetória do desenvolvimentismo em geral no Brasil. Veremos que o “velho” nacional-desenvolvimentismo foi produto de no mínimo três correntes teóricas principais: a) teorias da modernização, b) estruturalismo da CEPAL e c) teoria da Revolução Democrático-Burguesa (FIORI, 2011a). Achamos interessante comparar brevemente esse processo com as novas teorias da modernização, já que sua ligação com o neoliberalismo e como o Novo-Desenvolvimentismo se funde nessa dinâmica, conjugando elementos gerais do sistema mundial capitalista e particulares da realidade brasileira. Para esta análise específica, recorreremos principalmente aos trabalhos de Reinaldo Gonçalves, José Luís Fiori e Bresser-Pereira.

Dessa forma, o Brasil assumiu uma realidade paradoxal. Ao mesmo tempo em que o Governo Federal defendia que o país estava caminhando para a resolução de suas mazelas históricas, tais como dependência, desigualdade social, racismo, entre outros, outra realidade despontava com a reprimarização¹ expressiva da pauta de exportações, o aumento brutal da terceirização e do endividamento da população, a continuidade na aplicação das reformas neoliberais, a liderança do Brasil na Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) -, um projeto claramente vinculado ao imperialismo (LEHER, 2007) -, o massacre de povos indígenas e quilombolas que se contrapuseram ao PAC e ao agronegócio, dentre uma série de outros elementos que não poderemos aprofundar neste trabalho, mas que serviram de ponto de partida para essa crítica.

Tendo em vista nosso recorte sobre “as controvérsias do desenvolvimento e da dependência no Brasil contemporâneo”, partimos das seguintes hipóteses: 1) A condição de dependência verificada no processo de descolonização no Brasil permanece presente e fundamental nas estruturas políticas e sociais da atualidade; 2) O PAC, projeto desenvolvimentista que se aplica dentro dessa estrutura social, aprofunda e aperfeiçoa a integração dependente do Brasil no sistema mundial capitalista; 3) Sendo o setor energético, e mais especificamente o petrolífero e a Petrobrás em si, o coração do PAC, acreditamos que a reprodução da dependência se desenvolva por três eixos principais: a) Subordinação ao

¹ De acordo com Valverde e Oliveira (2011), primarização é o processo de enfraquecimento da indústria nacional de transformação e concentração do investimento no setor de *commodities*, visando a exportação. Esta não é a única visão sobre a questão e o tema da desindustrialização nacional é extremamente polêmico, discussão específica que, infelizmente, não aprofundaremos neste trabalho.

imperialismo e ao capital privado; b) Primarização da produção voltada à exportação; c) Precarização e superexploração do trabalho.

Para tal tarefa, trabalharemos com o referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência (TMD), mais especificamente Ruy Mauro Marini e Jaime Osório. Esta escola intelectual surgida na década de 1960 se propôs analisar de forma revolucionária e crítica o movimento burguês conhecido como “nacional-desenvolvimentismo” presente nas políticas de diversos governos e instituições do período, trazendo contribuições centrais que retomamos na atualidade para a crítica aos ecos do “Novo-Desenvolvimentismo”. A partir de Marini (2005) utilizamos três conceitos principais: 1) O processo de integração dependente no mercado mundial, que condiciona o intercâmbio desigual na Divisão Internacional do Trabalho e impõe à América Latina e ao Brasil funções específicas no sistema mundial capitalista, em grande parte, enquanto fornecedora de *commodities*; 2) A superexploração do trabalho, que através de seus três mecanismos básicos - intensificação do trabalho, extensão da jornada e remuneração do trabalhador abaixo do fundo de consumo - se perpetua na realidade brasileira, como veremos; 3) Ruptura do ciclo do capital, intimamente vinculado aos processos anteriores, que expressa a separação completa da estrutura produtiva do interesse das populações trabalhadoras locais. Por fim utilizamos as contribuições de Osório e sua análise do Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva, que aponta estar em curso na América Latina um padrão exportador centrado nas *commodities* que vem aprofundando as condições de dependência dos países em questão (OSÓRIO, 2012).

Nesse sentido, achamos que Petrobrás é emblemática para analisarmos tanto o PAC como a condição de dependência brasileira, pois além de ser a maior financiadora do programa, foi a maior empresa beneficiada pelos investimentos. E para ensaiarmos uma resposta, utilizaremos os três eixos hipotéticos apontados acima. Inicialmente podemos indicar que a superexploração e o caráter exportador vêm se aprofundando nos últimos anos. O avançado grau de terceirização que atingiu em 2014 os 360 mil trabalhadores da empresa, frente aos 86 mil efetivos concursados (PETROBRAS, 2014), revela uma face de precarização que pode ser percebida pelos altos índices de acidentes e óbitos no trabalho² neste setor, nos baixos salários e escassos recursos de assistência e proteção aos trabalhadores, já que nas licitações das empresas terceirizadas está colocada uma corrida pela redução de custos (DA SILVA E ROCHA, 2011). O segundo elemento pode ser percebido pela declaração da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), criada pelo Governo Federal em 2004,

² Foram 283 acidentes fatais de trabalhadores da Petrobrás entre 1995 a 2010, sendo 228 deles terceirizados. (DIEESE, p.15, 2011)

no Plano Decenal de Expansão Energética de Junho de 2011: “No caso do petróleo e derivados, em que pese o significativo aumento da produção nos próximos anos, verifica-se uma diminuição da sua fatia na composição da matriz, visto que a maior parte da oferta adicional será voltada para o mercado externo (exportação)” (EPE, 2011, p. 11), o que se revela como um indício do processo de reconfiguração da subordinação do Brasil aos países capitalistas centrais.

O PAC (dentro dele a Petrobrás) e o Novo-Desenvolvimentismo são os objetos de análise deste trabalho, caracterizando-se como um grande desafio, já que cada uma dessas temáticas mereceria um trabalho à parte. Frente a este amplo leque de objetos e questões, poderemos fornecer, neste trabalho de conclusão de curso de graduação, apenas sínteses parciais sobre os temas abordados, elementos que procuraremos aprofundar em trabalhos futuros. Dentre as maiores limitações deste trabalho apontamos as seguintes: primeiro, pudemos analisar de forma atenta e completa apenas o PAC 1, composto de documentos de lançamento, extensos relatórios e análises políticas e acadêmicas sobre o assunto. Segundo, não foi possível realizar uma análise profunda da composição das frações de classe no governo do PT e da dinâmica de resistência dos trabalhadores dentro do PAC e da Petrobrás, razão pela qual nos concentramos na análise e crítica das políticas econômicas governamentais e na construção histórico-ideológica do desenvolvimentismo e sua crítica. Terceiro, mesmo dentro da abordagem da TMD utilizamos ainda um leque limitado de autores e de trabalhos acadêmicos, deixando de fora, por exemplo, a análise dos estudos mais recentes de Ruy Mauro Marini ou do Subimperialismo, portanto não pretendemos representar uma visão completa desta corrente.

Apesar disso, a temática aqui analisada é fundamental para as ciências sociais contemporâneas no Brasil, assim como para aqueles que pensam e atuam a partir da luta de classes. Este trabalho pretende então um modesto mas decidido passo para análise crítica da realidade brasileira, contribuindo para sua transformação. O trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo analisamos as contribuições da TMD, no segundo capítulo analisamos o “velho” e o novo desenvolvimentismo e suas políticas, e no terceiro analisamos a aplicação do PAC pelo Governo Lula e sua relação com as contradições na Petrobrás.

Capítulo I: A atualidade da Teoria da Dependência para a crítica da sociedade brasileira

O golpe militar brasileiro de 1964 teve para década passada uma importância similar ao Golpe chileno de 1973, representou então, como demonstrei, o fracasso de uma política: o reformismo, sob sua forma nacionalista e populista e o fracasso de uma classe: a burguesia nacional. Os partidos comunistas que tinham apostado nesta carta, atribuíram o sucesso contra-revolucionário de Brasília a uma trama diabólica do imperialismo norte americano, os intelectuais que ligados ao pensamento estabelecido seja diretamente no governo João Goulart, seja em instituições internacionais como a CEPAL tinham apregoadado a ideologia do desenvolvimento capitalista autônomo, gerando assim do lado patronal uma tática que coincidia com a do PC.

Agora bem, essa crise do pensamento desenvolvimentista não tinha por que afetar a jovem intelectualidade brasileira, que militava nas filas da esquerda revolucionária surgida a margem do PC a princípios da década. O eixo dos argumentos dessa esquerda era a crítica à estratégia desse partido que postulava a colaboração de classes entre a burguesia nacional e o proletariado em prol de uma revolução democrático burguesa anti-imperialista e anti-feudal. No curso de seu desenvolvimento a esquerda revolucionária tinha rompido com o nacional desenvolvimentismo burguês, ruptura que deu lugar a uma nova elaboração teórica (...). (*As Razões do Neo-Desenvolvimentismo*, 1979)

A teoria da dependência enquanto paradigma de análise da realidade latino-americana se forma entre as décadas de 1950 a 1970. Apesar da dependência enquanto problemática já ter sido analisada em outros períodos históricos, foi somente com a reflexão acerca da realidade específica da América Latina no seu período pós-guerra que esta temática se consolidou, não em uma escola, mas em várias³ (DOS SANTOS, 2000). Seu alvo eram questões-problemas comuns como o subdesenvolvimento, a transformação política e econômica da região, o papel das classes, estrutura produtiva, mercado interno e externo, revolução, entre outros, que apresentaram corpos teóricos, diagnósticos e projetos de classe totalmente distintos.⁴ Aqui nos interessa a análise da escola que ficou conhecida como Teoria Marxista da Dependência – TMD, que teve por principais teóricos Ruy Mauro Marini, André

³ Theotônio dos Santos sistematiza a visão de vários autores sobre a origem da Teoria da Dependência. André Gunder Frank, por exemplo, defende a existência de no mínimo quatro correntes: os reformistas, os não-marxistas, os marxistas, e os neo-marxistas.

⁴ Uma série de intelectuais buscaram diferentes classificações destas diversas escolas, mas que em nossa avaliação deixam algumas lacunas ou criam tantas subdivisões que terminam por dificultar nosso trabalho aqui, por isso apenas apontamos a existência desta diversidade, para podermos falar com base na classificação realizada por Kristóbal Kay (1991), da diferenciação que nos parece fundamental entre uma escola Reformista (que incluiria FHC, Falletto) e uma escola Marxista (ou Revolucionária) da Dependência que incluiria os clássicos da TMD (chamados neo-marxistas), mais André Gunder Frank (não-marxista mas socialista e revolucionário), corrente que analisaremos neste capítulo.

Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Por limitações deste trabalho nos concentraremos na análise do pensamento de Marini e as contribuições posteriores, pincelando a visão dos outros autores no momento oportuno.

Poucas escolas das ciências sociais ou humanas foram bem sucedidas ou objetivaram construir uma análise teórica da realidade social e da formação do capitalismo contemporâneo na América Latina como a TMD. Surgida na década de 1960, esta escola intelectual, que se difundiu primeiramente em países como Brasil, Chile e México, visou se contrapor com uma densa obra e alto rigor analítico às teses levantadas, uma década antes, pela corrente Nacional-Desenvolvimentista, ou Estruturalista, que teve na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (no Brasil) e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB seus principais formuladores teóricos. Estes passaram por uma grande desilusão em seus setores democráticos e de esquerda com o Golpe de 1964, fato que para os revolucionários, ao contrário, fortaleceu suas análises do caráter reacionário e associado da burguesia brasileira.

Apesar da importância central do debate que a TMD trazia acerca dos rumos do movimento da classe trabalhadora frente ao capitalismo dependente latino-americano e da naturalidade brasileira dos principais teóricos desta corrente, o debate acerca da dependência foi brechado e apagado do país na década de 1970 por dois motivos principais: a) Censura Civil-Militar, que através da ditadura prendeu e perseguiu todos os intelectuais vinculados à TMD, obrigando-os a se exilarem em outros países, como foi o caso de Marini e Theotônio dos Santos, entre outros; b) Divergências teóricas, travadas entre os autores da TMD e os centros de pesquisas e intelectuais do CEBRAP (Centro de Brasileiro de Análise e Planejamento), o Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Unicamp e Fernando Henrique Cardoso, que monopolizaram apenas sua versão do debate da dependência no país e levaram até mesmo este último a ocultar as posições divergentes com o descumprimento de acordos de publicação, dentre outras problemáticas⁵ (PRADO, 2013, p.14).

Dessa forma, a TMD passou por um processo de marginalização política e acadêmica em nosso país nas últimas quatro décadas, ficando excluída do currículo de muitos cursos de Ciências Sociais pelo Brasil, ainda hoje. E nem as organizações de esquerda podem ser poupadas da acusação de convivência com este isolamento político, dado que grande parte

⁵ Os artigos críticos de FHC se expressaram em “Dependência Revisitada”, de 1972, e principalmente “Desventuras da Dialética da Dependência” (juntamente com José Serra), em 1978. Marini responde através de “As razões do neodesenvolvimentismo” de 1979. O debate foi publicado completo na Revista Mexicana de Sociologia, mas no Brasil a Revista Estudos da CEBRAP publicou apenas a versão de FHC.

destas ainda na década de 1980 seguiam os preceitos desenvolvimentistas e da via pacífica que não coadunavam com as análises e diagnósticos radicais, como o da luta armada e do socialismo, apontados pela TMD. Os grupos trotskistas, em sua maioria, negaram a luta armada (RIDENTI, 1996); o PT foi influenciado pelo “não debate” e pelas teses dependentistas de sua ala reformista (PRADO, 2011); o PCB se dissolveu no Partido Popular Socialista – PPS, demonstrando uma total degeneração burguesa.

Este isolamento pode ser demonstrado pelas dezenas de edições que a obra *Dialética da Dependência* obteve no México desde a década de 1970, reaparecendo no Brasil apenas no início do século XXI. O que não significa que a crítica dependentista tenha morrido no país neste período; ao contrário, ela permaneceu na resistência, dos intelectuais fundadores, Theotônio, Vânia e Marini, que na década de 80 voltaram ao país e retomaram o debate da dependência em outro contexto, muito mais conservador e em um ritmo menos acelerado. Outros intelectuais, como Adrián Sotelo Valencia, Andrés Barreda e Jaime Osório, no México, e Marcelo Carcanholo, Nildo Ouriques, Nilson Araújo de Souza e Carlos Eduardo Martins no Brasil, entre outros, (PRADO, 2013) na década de 1990 também mantiveram viva a chama da TMD, ainda que de maneira desarticulada, e resistiram frente ao Consenso de Washington e às sombras do “Fim da História”, comandadas nada menos que por Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil de 1994 a 2002, aplicando literalmente sua tese da integração dependente.

Este quadro veio se modificando claramente nos últimos 15 anos, tendo por marco as crises sociais causadas pelo neoliberalismo na América Latina no final do século XX e início do século XXI, que trouxeram à superfície a dura realidade vivida pelos povos deste continente, concretizada nas revoltas indígenas na Bolívia, na derrubada dos governos neoliberais na Venezuela, no Equador, dentre diversas outras mobilizações das classes trabalhadoras neste período. Este ascenso de lutas, ainda que em forma de resistência às medidas privatizantes e empobrecedoras impostas pelo imperialismo, trouxeram um novo vigor à análise das condições específicas de desenvolvimento do capitalismo latino-americano, e saídas para os povos em luta, que se traduziram num alvorecer da TMD. Entre 1999 e 2000 foram lançadas três obras muito importantes que tiveram o papel de redimensionar o debate da teoria marxista da dependência, principalmente no Brasil. Foram elas “O Marxismo na América Latina”, de Michel Lowy, “Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas”, de Theotônio dos Santos e “Dialética da Dependência”, coletânea pioneira de textos de Ruy Mauro Marini, organizada por Emir Sader. Em 2005, há também o lançamento da obra “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra” organizada por Traspadini e Stédile. Estas obras

furaram o bloqueio de décadas do acesso a textos fundamentais da TMD no país e reabriram o debate que se materializou numa série de grupos de estudos, congressos acadêmicos, publicações e organizações políticas que vêm retomando e analisando estas teses.

Mas nesta retomada, um elemento fundamental que não pode ser negligenciado em nossa visão é a ascensão de partidos de centro esquerda para os governos centrais de praticamente todos os países da América Latina, como Evo Morales (MAS⁶) na Bolívia, Kirchner (PJ⁷) na Argentina, Lula (PT) no Brasil, Rafael Corrêa (Alianza País) no Equador, entre outros, eleitos com programas desenvolvimentistas e democratizantes, que contraditoriamente em grande parte mantiveram as suas matrizes primário exportadoras, ainda que alicerçados em programas sociais (GUDYNAS, 2009). Eles não modificaram e nem ameaçaram o padrão de especialização produtiva, ciclo do atual padrão de reprodução do capital no neoliberalismo. Em resposta a isto, a teoria da dependência retomou seu vigor na crítica a estas próprias experiências nacional-democráticas, que recaíram nos velhos dilemas do nacional-desenvolvimentismo e, em razão dos compromissos firmados com as elites “progressistas” (ou nem tanto assim), levou historicamente e tem levado sistematicamente na atualidade ao processo de degeneração política destes regimes e a derrota dos trabalhadores.

No Brasil, este debate volta a tomar novos ares nos últimos dez anos, com o propalado Novo-Desenvolvimentismo, e não apenas por sua ascensão, mas principalmente, com o seu rápido esgotamento frente à crise econômica, a qual se aprofunda e demonstra as opções políticas e econômicas do Governo Dilma ao subordinar mais o país e os trabalhadores às demandas do capital financeiro e do agro-negócio, aumentando a dependência e as condições de superexploração do trabalho⁸. Por isso, vemos como fundamental retomar as críticas elaboradas na década de 60 e 70 por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, e na atualidade por Jaime Osório, Nildo Ouriques, Carlos Eduardo Martins, por entendermos que esta é uma das poucas correntes capazes de compreender corretamente os atuais dilemas da classe trabalhadora latino-americana e colaborar em sua luta contra a exploração capitalista e a dominação imperialista.

⁶ Movimiento al Socialismo (MAS).

⁷ Partido Justicialista (PJ), também conhecido como Partido Peronista.

⁸ Reeleita em outubro 2014, Dilma Rousseff anunciou no início de seu segundo mandato as MPs 665 e 664, visando dificultar aos trabalhadores o acesso ao seguro desemprego e a pensão por morte, o PL 4330 (“Lei da Terceirização”) e a política de ajuste fiscal com o corte de 69,9 bilhões do orçamento geral da União, principalmente na Saúde e Educação.

1.1 – Formação da TMD e seus aportes

Na década de 1960, um grupo de militantes e pesquisadores, vinculados ou não a organizações políticas revolucionárias, iniciaram na América Latina a conformação da escola intelectual da TMD com bases acadêmicas e políticas. Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank, reunidos em Brasília como professores de Ciência Política da recém-fundada Universidade de Brasília (UnB), foram os precursores desta tradição que surgiu alicerçada na formação de uma “nova esquerda” na década de 1960 no Brasil e na América Latina, crítica às teses reformistas do PCB, grandemente influenciados pela Revolução Cubana de 1959⁹. Com a exceção de Frank, os três intelectuais militaram neste período na Organização Marxista Revolucionária – Política Operária (POLOP) criada em 1961 e tiveram papel destacado na formação das teses programáticas desta organização, na crítica às visões hegemônicas dualistas da economia brasileira e etapistas, assim como na defesa política e acadêmica à sua linha: a luta armada pelo socialismo.

Com o Golpe em 1964, os quatro militantes são perseguidos e saem do país. Tendo diferentes percursos no exílio, voltam a se encontrar no Chile, no final da década de 60, no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), vinculado à Faculdade de Economia da Universidade do Chile, dirigido por Theotônio dos Santos. Encontram neste espaço diversos intelectuais que, num esforço conjunto, aprofundam a análise da dependência constituindo teses políticas e econômicas amadurecidas e fundamentais sobre a América Latina. Em termos políticos, o Chile vivenciava a ascensão da luta de classes e da esquerda parlamentar, que se consolidou na vitória eleitoral da Unidade Popular e do Governo de Salvador Allende, trazendo para o debate a “Via Chilena ao Socialismo”. Mantendo sua perspectiva crítica (como vimos na epígrafe deste capítulo) ao processo, neste período Marini se vincula ao MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária), que apoiou o governo da Unidade Popular, mas com muitas ressalvas. Após o golpe de Pinochet em 1973, o destino de Marini e outros intelectuais foi o México, onde continuam o debate intelectual e político na Universidade Autônoma do México (UNAM). Todas estas experiências, ainda que traumáticas, foram fundamentais para a constituição de uma perspectiva internacionalista nestes autores, fugindo à visão particularista e nacionalista comum em outros enfoques. Além do mais, o debate e a vivência em contextos políticos diversos e, ao mesmo tempo, similares, foram importantes

⁹ Uma série de grupos romperam com o PCB e partiram para a Luta Armada na década de 1960: Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Vanguarda Armadas Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), entre outros.

para a compreensão dialética da ação coordenada do imperialismo e das burguesias nativas, assim como, da resistência dos povos latino-americanos.

Esses pensadores, porém, não constituíram um pensamento único e cada um possui uma vasta obra. Para Ouriques (1994, p. 182), os elementos que unificavam a diversidade destes autores eram as seguintes teses: 1) o subdesenvolvimento como um produto necessário do capitalismo mercantil do século XVI; 2) a história do desenvolvimento está indissolivelmente ligada à história do subdesenvolvimento; 3) a dominação é vista como um processo não só externo, mas também interno; 4) busca por um maior rigor analítico; 5) criação de tipologias das diversas formas da dependência no continente; 6) preocupação com os principais aspectos econômicos, políticos e sociais na evolução histórica pós-guerra na América Latina e 7) a compreensão da dinâmica capitalista nos países centrais e seus impactos na periferia.

Aqui não poderemos realizar uma análise pormenorizada de todos os autores da TMD, mas apenas daquele que foi considerado como o principal sistematizador desta perspectiva pelo rigor ao método marxista: Ruy Mauro Marini (Ibidem). Para tanto, achamos fundamental retomar deste autor conceitos-chave, que foram utilizados para compreender a evolução do capitalismo latino-americano e os limites do desenvolvimentismo, que em nossa visão permanecem atuais. São eles: a) a dialética da integração dependente da América Latina ao sistema mundial capitalista; b) o papel da superexploração na economia brasileira e c) a ruptura do ciclo do capital como consequência deste processo.

a) Dialética da integração dependente aos mercados mundiais:

Como vimos, a relação centro-periferia no sistema mundial capitalista se dá de forma dialética e inseparável, e ocupa na TMD um papel fundamental. Para Marini (2005) e Frank (1968), a integração da América Latina ao capitalismo ocorre a partir do século XVI, com a expansão marítima portuguesa e espanhola integrando-se colonialmente ao mercantilismo. Para os autores, as bases das relações capitalistas e da acumulação primitiva se formam neste período, rompendo com as formações básicas do feudalismo na Europa e instaurando novas relações sociais através do escravismo, do Estado centralizado e da extração de metais preciosos e recursos naturais das colônias. Tais práticas consolidaram o sistema mercantil e impulsionaram assim o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que por sua vez fortaleceram o capital comercial e bancário da Europa,

proporcionando as condições para o investimento no desenvolvimento das manufaturas e posteriormente da grande indústria.

A revolução industrial inglesa se combinou temporalmente aos processos de independência nacional da maioria dos países latino-americanos, que constituíram, no século XIX, repúblicas ou impérios formalmente independentes. Apesar disso, para Marini (*ibidem*, p. 142-143) esta dinâmica se combinou a um novo processo de subordinação internacional à Inglaterra que se consolida em 1840, com a reformulação da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), trazendo com a constituição da grande indústria no centro a urgência do fornecimento de bens de consumo para a nascente classe operária europeia e de matérias primas para a produção de manufaturas. Assim, as ex-colônias continuaram a fornecer produtos primários ou bens manufaturados com baixo incremento técnico, o que, dada a grande oferta mundial, rebaixava seu preço no mercado internacional, sob as novas condições de um mercado mundial capitalista propriamente dito. Os países centrais, por sua vez, produziam manufaturados com alto incremento técnico e monopolizavam a tecnologia para tal, concentrando cada vez mais capital em suas economias e ocasionando a desigualdade das balanças comerciais e do intercâmbio.

Esse processo consolida a estrutura da Dependência, que para Marini se diferencia da dominação colonial. Apesar de normalmente serem decorrentes uma da outra e serem marcadas pela subordinação, possuem qualidades diferentes. A primeira se dá após os processos de independência nacional, configurando-se muito mais numa relação de poder econômico (que repercute fortemente nas relações políticas e culturais) entre países capitalistas centrais e dependentes, através da DIT, do que na espoliação centralmente política realizada pelos Estados Metropolitanos do período colonial, os quais realizavam a extração de excedentes através da ocupação militar, do saque, dos impostos obrigatórios, enfim, das leis e mecanismo coloniais usuais. Já os mecanismos da dependência se caracterizam pela transferência de valor da periferia para o centro, pela superexploração do trabalho e pela ruptura do ciclo do capital nos países dependentes, o que veremos mais adiante¹⁰. O trecho abaixo demonstra a perspectiva do autor:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de

¹⁰ Esse elemento não retira o papel central do Estado no processo de acumulação capitalista a nível global e na dinâmica interestatal. O conceito de Subimperialismo de Marini, dentre outros, trabalha neste sentido, mas não aprofundaremos neste trabalho.

então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não poder ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas (MARINI, 2005, p. 140).

Já para André Gunder Frank (1968) o subdesenvolvimento é produto de quatro séculos de capitalismo. Juntamente com Marini, ele nega as teses do PCB de resquícios feudais e do dualismo estrutural das economias capitalistas latino-americanas, afirmando a conexão e a funcionalidade do subdesenvolvimento dos satélites periféricos para os centros metropolitanos, a nível mundial e a nível regional, assim desenvolvendo o conceito de colonialismo interno. Dessa forma, para o autor não existe quebra, mas sim continuidade do processo de colonização, mesmo após os processos de independência nacional.

A integração da América Latina ao sistema mundial capitalista, neste novo patamar da dependência, marca a consolidação de uma nova funcionalidade e um giro histórico no capitalismo central a partir dos avanços técnico-científicos, que muda qualitativamente do processo de extração da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Ou seja, para Marini (ibidem) não é possível pensar a passagem da produção à mais-valia relativa na Europa sem a integração subordinada da América Latina; dessa forma, é importante definir o que se caracteriza como a mais-valia relativa para o autor:

Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. (MARINI, 2005, p.145)

Para Marini, é necessário diferenciar o aumento da produtividade do aumento da produção da mais-valia relativa. O aumento da produtividade significa o incremento de novas tecnologias que reduzem o tempo de produção de uma mercadoria, diminuindo assim seu valor individual. Neste caso, no momento em que esta mercadoria é vendida pelo preço social de mercado, no qual outros capitalistas do mesmo ramo também vendem, embora não detendo a tecnologia, o capitalista individual responsável pelo desenvolvimento da produtividade obtém lucros extraordinários, ou seja, uma mais-valia extraordinária, processo este responsável pelo incremento constante da tecnologia e da competição capitalista. Apesar disso, a partir do momento em que este aumento da composição orgânica do capital se torna generalizado, a tendência é a redução da taxa de mais-valia, dados os altos custos com o

capital constante e a redução do capital variável. Neste sentido, o que garante o aumento da taxa de mais-valia relativa é a redução do valor social das mercadorias de bens necessários para a reprodução da força de trabalho, processo capaz de reduzir o tempo de trabalho necessário e aumentar o tempo de trabalho excedente, aumentando assim, a exploração sobre o trabalhador.

O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial, tema que voltaremos adiante) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação no mercado mundial de bens-salários, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais. (MARINI, 2005, p.147)

Resumindo, para o autor é possível haver aumento da produtividade sem aumento da mais-valia relativa, mas para que aquela se torne um aumento de mais-valia relativa é necessária a desvalorização dos bens-salário. Neste processo, a América Latina vende seus produtos no mercado mundial de forma desvantajosa, pois o mercado real não se baseia nas leis ideais da troca, onde o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes (possuidoras da mesma quantidade de trabalho social necessário), e sim pela dinâmica de como se fixam os preços médios de mercado e os preços de produção das mercadorias, sujeita não só à potência dos Estados, mas a forças das grandes economias e empresas. Esta dinâmica está determinada pela troca de mercadorias de duas naturezas, os bens manufaturados e matérias primas. Sendo da mesma natureza, estas mercadorias tendencialmente seguem as leis da oferta, o que por si só não elimina o processo verificado na concorrência entre empresas, que se reflete no nível internacional, entre países, em que a nação individual que aumenta a produtividade de sua indústria (diminuindo o preço de produção) mantendo os mesmos preços de mercado internacional obtém uma mais-valia extraordinária (MARINI, 2005). Já nas trocas em que a natureza das mercadorias é diferenciada (manufaturas x matérias primas), os países que vendem mercadorias com maior nível de produtividade, por seu monopólio produtivo podem iludir a lei do valor e vender suas mercadorias acima do que realmente valem, transferindo o valor produzido a mais nas periferias para as empresas dos países centrais, configurando a troca desigual. Por parte das nações periféricas desfavorecidas, lhes resta a compensação deste prejuízo através da superexploração do trabalho, para garantir o aumento de suas taxas de mais-valia.

Carcanholo e Amaral sintetizam bem esse processo:

Sinteticamente, trata-se de um estado no qual são introduzidas, no espaço de circulação, inovações tecnológicas geradas por setores de composição orgânica mais elevada, de modo a estimular um crescimento de produtividade e uma depreciação das mercadorias nos setores de composição orgânica inferior, cuja perda de mais-valia por não poder então ser compensada por geração endógena de progresso técnico, mas sim pela superexploração do trabalho. (CARCANHOLO e AMARAL; 2012 p. 98)

A economia brasileira até a década de 1930, dado seu caráter dependente, não ultrapassava um débil processo de industrialização, tendo como principal função a exportação de bens primários para os países centrais garantida por um processo de superexploração do trabalho. A crise de 1930 e o término da 2ª Guerra Mundial trouxeram um quadro novo para a indústria nacional, tanto por efeitos da crise (que breiou o processo de exportação, exigindo a produção para o mercado interno - processo conhecido como substituição de importações -, sendo que o escoamento deste mercado foi realizado por setores sociais privilegiados altos e médios), quanto pela imediata exigência de importar bens de capital para essa indústria, num segundo momento, (além da necessidade da indústria norte-americana de criar mercado para seu setor de bens de capital), restabelecendo nexos com a economia internacional que se consolidou na subordinação ao imperialismo norte-americano.

Marini (2005, p. 174) salienta que esta industrialização não rompeu os elos de subordinação do Brasil com os países centrais e sim o aprofundou. Neste sentido, a industrialização nacional cumpriu papel central na nova DIT – Divisão Internacional do Trabalho -, ao levar para a periferia do capitalismo etapas inferiores da indústria (como a siderurgia ou a extração de petróleo bruto), garantindo ao centro o desenvolvimento de tecnologias mais avançadas. Ademais, tal “desenvolvimento do subdesenvolvimento” só foi garantido, no plano econômico, -e isso é importante -, pela continuidade do regime de baixos salários e jornadas de trabalho extensivas e intensivas¹¹, enquanto no plano político se desenvolveu um Estado centralizado e repressor, capaz de controlar essa força de trabalho. Constituíram-se assim, no cenário geopolítico mundial, regiões semiperiféricas, ou semi-industrializadas, nas quais o Brasil se inclui, onde se garantiram superlucros através da superexploração do trabalho. Neste período, as brechas legais de nossas Constituições

¹¹ Marini expõe as características da jornada intensiva “O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como o aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva.” e sem o aumento de horas. Depois a singularidade da jornada extensiva “(...) Diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente”. (2005, p 154)

Federais, favoráveis ao patronato em relação à jornada de trabalho, exemplificam esse processo¹².

b) A superexploração do trabalho:

O conceito de superexploração do trabalho é central para análise de Marini e para a compreensão da realidade brasileira. Podemos dizer que ele é transversal a todos os problemas-chave aqui levantados, tanto como uma saída para o intercâmbio desigual entre o centro e a periferia, como um elemento fundamental para se compreender a ruptura do ciclo de reprodução do capital. De forma geral, o conceito de superexploração pode ser definido como a transgressão da lei do valor, na qual duas mercadorias deveriam ser trocadas pelo seu valor equivalente, mas que no caso não são, pois a mercadoria “força de trabalho” tem seu preço definido pelo salário, o qual porém é remunerado abaixo de seu valor (que consiste no valor total para sua reprodução). Por outro lado, a superexploração não pode ser confundida com a mais-valia absoluta, pois aquela é transversal a esta e à mais-valia relativa no que concerne ao aumento da intensidade do trabalho (SEABRA e BUENO, 2010).

No processo de integração da América Latina ao mercado mundial capitalista, a questão que se coloca é a perda da mais-valia da burguesia periférica no mercado mundial por uma série de fatores apontados no tópico acima, que lhe “obrigam” a compensar sua perda, aumentando a mais-valia no processo produtivo interno, não através do aumento da produtividade e da transição completa à mais-valia relativa, e sim através de três mecanismos centrais que configuram a superexploração: a) aumento da intensidade do trabalho, o preenchimento denso de todos os poros do trabalho, aumento da tensão e dispêndio da força de trabalho, assim como da rapidez na execução, no mesmo espaço de tempo; b) O prolongamento da jornada de trabalho, caracterizado pela extensão temporal da jornada e c) a redução do fundo de consumo do trabalhador, caracterizada pela remuneração abaixo do valor necessário para a reprodução do trabalhador (MARINI, 2005, p.154).

A característica essencial de todas essas três formas em que se manifesta a superexploração é a negação ao trabalhador das condições de repor o desgaste de sua força de trabalho, levando a classe trabalhadora ao desgaste prematuro e/ou ao sub-consumo. Esse processo se acentua na indústria extrativa e na agricultura, já que o aumento intensivo ou extensivo da força de trabalho não significa o aumento do capital constante e da produtividade

¹² Sobre a discussão da jornada de trabalho, ver o artigo de minha autoria “A Luta dos Trabalhadores Brasileiros pela Redução da Jornada de Trabalho e suas Contradições na Atualidade”, Revista Textos Graduados, UnB, 2015.

(maquinário, avanços técnicos e científicos). O aumento da mais-valia está condicionado, nesse caso, à exploração máxima da força de trabalho através destes métodos, e não ao aumento da composição orgânica do capital, o que proporciona o crescimento expressivo dos lucros e da mais-valia (ibidem, p. 156), selando assim a estrutura dependente com apoio das burguesias nativas.

Para Osório (2012, p. 54-59), este aumento extensivo ou intensivo da força de trabalho tem, por consequência, a violação do seu valor. No primeiro caso, o estabelecimento dos limites do prolongamento da jornada perpassa o momento histórico e cultural da sociedade dependente, das condições físicas de seus trabalhadores, e principalmente da luta de classes, que é o fator determinante. A violação do valor da força de trabalho se revela no fato do trabalhador não receber o valor necessário para a reposição de seu desgaste e o capital se apropriar hoje do seu tempo de trabalho futuro, diminuindo sua expectativa de vida. O aumento da intensidade, por outro lado, consiste na valorização dos tempos mortos na produção e pode estar baseada numa jornada constante ou até reduzida, mas marcada por um desgaste físico e mental muito maior, através de dois mecanismos principais: aumento da velocidade e do volume de trabalho, que levam redução da vida útil do trabalhador com doenças nervosas, psicológicas, desgaste físico imediato e acidentes de trabalho.

Marini (2005) afirma que o período de transição e integração da América Latina ao mercado mundial capitalista foi diverso e marcado pela conjunção híbrida de formas de trabalho assalariado com formas exploração pré-capitalistas como a escravidão ou a servidão, até mesmo intensificando estas últimas como no caso da escravidão nas plantações de cana de açúcar no Brasil, assim como a recriação da servidão e sistema de barracão nas plantações de café ou nas minas de salitre do Chile em meados do século XIX. Apesar disso, o trabalho assalariado aparece como meio superior às relações pré-capitalistas para a superexploração, no sentido em que utiliza e paga para a força de trabalho somente pelo tempo de produção (e não pelo tempo de vida, como na escravidão), podendo rebaixá-la indiscriminadamente de acordo com a conjuntura, deixando os tempos-mortos à própria sorte do trabalhador.

Dessa forma, o trabalho assalariado representou em muitos casos no Brasil e na América Latina uma intensificação da exploração sobre o trabalhador, às vezes maior do que as verificadas nos modos de produção pré-capitalista. Esse processo é apontado pelo autor como responsável pela distensão do ciclo do capital nos países dependentes, já que tendo sua produção voltada para o mercado externo e não para o consumo interno, aprofunda a tendência à remuneração da classe trabalhadora abaixo de seu valor, estruturando um mercado

interno extremamente frágil e dividido entre uma esfera de consumo alta e outra baixa, levando ao que Marini chama de cisão no ciclo do capital.

Por outro lado, a superexploração não pode ser entendida apenas como produto da dependência entre centro e periferia. Martins (2011, p. 293-294) aponta como este processo é produto da própria concorrência capitalista e seu desnível tecnológico, surgindo a partir daquelas empresas que neste jogo de concorrência em busca da mais-valia extraordinária saem perdendo (por não alcançar a produtividade almejada) e utilizam a superexploração para continuar mantendo seus níveis de mais-valia e lucro. Essa lógica é expandida para o terreno internacional e para as nações. Por outro lado, o avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva apontam para a extensão da superexploração para o centro, unificando os regimes de reprodução da força de trabalho e as lutas mundiais da classe trabalhadora.

O capitalismo surge na sua globalidade, como modo de produção e de circulação de mercadorias. Marcado por dois movimentos principais: a) elevação técnica e desvalorização de mercadorias; b) concorrência, onde os diferenciais da composição técnica fundamentam a apropriação da mais-valia. Quando (b) predomina sobre (a), estão estabelecidas as condições da superexploração. (MARTINS, p. 286)

c) Ciclo do capital nas economias dependentes:

Para Marini (2012, p.21) o ciclo do capital é formado pela cadeia: circulação-produção-circulação ou 1ª fase da circulação: (D-M) - a Fase de Produção - e a 2ª fase da circulação (D'-M'). Expresso pelo modelo: **D-M...Produção...D'-M'**. Este ciclo, que nos países centrais tende a tomar caráter orgânico, nas economias dependentes como o Brasil apresentam distensões permanentes que pelo seu caráter intrínseco não podem ser resolvidas. Essas contradições são entre o mercado externo x mercado interno e produção interna x circulação interna. De forma geral podemos apontar que a produção majoritária da economia dos países dependentes voltada para o mercado externo faz com que as elites nacionais ou internacionais explorem ao máximo a mão de obra dos trabalhadores destes países. Esse processo incide sobre a redução do componente de bens salários para a reprodução normal da força de trabalho, o que acarreta por consequência a fragilidade permanente do mercado interno, dividindo-o entre uma esfera alta de consumo suntuário dinâmica e outra esfera baixa do consumo popular débil.

Para entender esse processo é necessário compreender o desenvolvimento do ciclo do capital nestas economias. Na 1ª fase da circulação está a origem do *capital-dinheiro* a ser

investido, que pode ser dividido entre o investimento privado interno, o investimento público e o capital estrangeiro. Todos estes setores se complementam, constituindo o que Peter Evans¹³ chamou de Tríplice Aliança, ao contrário das supostas contradições apontadas por um setor keynesiano de esquerda. De forma geral, o capital privado nacional assumiu um caráter mais débil, cumprindo o Estado o papel central na manutenção da infra-estrutura e boa parte das plantas industriais, e também o capital estrangeiro, que atua através do investimento direto, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo, ou do investimento indireto por meio de empréstimos e financiamento ao capital privado nacional ou o Estado, integrando-se das mais diversas maneiras. Investimento esse que pode ser tanto sob a forma de capital dinheiro e necessariamente em capital mercadoria (por exemplo, bens de capital), o que faz com que neste último caso a industrialização latino-americana se torne dependente material e tecnologicamente dos países centrais. Como Marini bem ressalta neste trecho:

Na verdade a indústria manufatureira dos países dependentes se apoia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, por meio do mercado mundial. Por consequência essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção. (Marini, 2012, p. 27)

A 2ª fase é o processo de produção e acumulação, *capital mercadoria e capital dinheiro*, que não pode ser desvinculada da primeira fase já que a origem do investimento determinará os objetivos e a qualidade do arsenal produtivo das diversas empresas atuantes no país dependente. Assim, o investimento estrangeiro direto ou associado na composição da maquinaria gera desníveis tecnológicos muito claros, já que nos países centrais, esta é muito mais desenvolvida. As consequências são lógicas, pois a inserção desse maquinário sofisticado leva à criação da mais-valia extraordinária, dado que produz no mesmo tempo mais e com menor custo, vendendo no padrão médio de preços do mercado nacional (que inclui os setores que não possuem tecnologia mais avançada). Esta dificilmente será superada pelo desenvolvimento das empresas nacionais, pois por estar associada ao capital estrangeiro rapidamente pode dar saltos e recobrar os lucros extraordinários. Por outro lado, se vendem ao menor preço quebram-se as indústrias nacionais.

¹³ Tríplice aliança entre as multinacionais, um segmento dos maiores detentores de capital local e o Estado empresarial.

E como reagem as pequenas e médias empresas que neste processo transferem parte de sua mais-valia às empresas monopolistas? Recompõem sua taxa de lucro através da superexploração dos trabalhadores. Em todos os casos a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, o que leva a um efeito cascata beneficiando a própria empresa monopolista que paga seus trabalhadores pelo valor médio (rebaixado pelo processo geral), gerando um ciclo vicioso.

Juntamente a isto, o capital recorre dois fatores para garantir seus interesses no processo produtivo: a) organização da classe operária debilitada pelo exército industrial de reserva, impulsionada pela introdução de tecnologia estrangeira com menor grau de emprego de força de trabalho; b) imposição de setores produtivos e técnicas aos países dependentes, que não estão integrados em um processo de desenvolvimento harmônico. Dessa forma, se importa uma tecnologia produzida para países com força de trabalho escassa e bem remunerada, ao contrário do Brasil, onde tais tecnologias produzem desemprego e seus produtos não são consumidos pela maioria da população, como por exemplo no caso da indústria automobilística na década de 1950. Este processo influenciará diretamente a próxima fase.

Já na segunda fase da circulação, ou seja, o processo de realização das mercadorias, o capital sob a forma de mercadoria apresenta três categorias: a) bens de consumo ou bens salário; b) bens suntuários ou de luxo (que não estão incluídos no consumo ordinário dos trabalhadores) e c) bens de capital (matérias primas, bens intermediários e maquinaria). A economia dependente apresenta, porém, uma distorção no processo de realização das mercadorias que são resquícios das outras fases. A superexploração do trabalho acarreta a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores e restringe a possibilidade de realização desses bens. Mesmo o setor técnico, de operários qualificados, tem seu salário pressionado para baixo dada a média geral de salários.

Por outro lado, no polo do capital, grande parte dos lucros vai para o exterior, não retornando ao ciclo interno do capital. A mais-valia que fica se divide em dois: 1) para a acumulação; 2) para gastos improdutivos (consumo individual) da classe capitalista e das classes médias. A estrutura do consumo individual responde à distribuição de renda, que corresponde à mais-valia não acumulada e o capital variável (salários dos trabalhadores). Dessa forma, Marini desvela como a estrutura dependente e a superexploração do trabalho são responsáveis pela extrema desigualdade na “distribuição de renda”, epopeia do reformismo (que não ataca sua causa) no passado e na atualidade, deixando bem clara sua visão na seguinte passagem:

Já vimos como a superexploração do trabalho corresponde à elevação da taxa de mais-valia. É normal, portanto, que a parte relativa à mais-valia não acumulada aumente em detrimento da que se refere ao capital variável. Nisso reside a razão da estrutura da distribuição de renda altamente concentrada [...].(MARINI, 2012, p. 34)

Tal processo gera a dinamização dos setores produtivos vinculados ao consumo suntuário e pouco dinamismo no setor vinculado ao consumo popular. Esse processo tende a “orientar a produção no sentido que se separe ainda mais das necessidades de consumo das massas” aprofundado nesta segunda fase da circulação. A limitação do mercado conduz ao deslocamento paulatino da circulação de mercadorias em direção ao mercado mundial através da exportação.

1.2 – Estudos recentes e a permanência do problema.

Jaime Osório, chileno radicado no México, se caracteriza hoje como um dos principais intelectuais a manejar a teoria marxista da dependência para a interpretação da realidade latino-americana. A partir do conceito de Padrão de Reprodução do Capital, o autor atualiza a análise do capitalismo dependente apontando um novo padrão exportador de especialização produtiva no continente. Antes de entendermos a especificidade latino-americana é necessária a compreensão do próprio conceito de padrão de reprodução do capital.

A noção de padrão de reprodução do capital surge a partir da análise da concepção de Marx sobre os ciclos do capital, processos nos quais o grande pensador não se aprofundou e na visão de Osório é a partir de onde um novo estudo deve começar. Tendo a análise do ciclo de reprodução do capital como objeto, visualizada em sua cadeia e no entrelaçamento de suas três principais formas (o capital-dinheiro, o capital produtivo e o capital mercadoria), é possível traçar o padrão de repetição peculiar assumido pelo capital em períodos históricos determinados e espaços geográficos específicos, tanto no centro como na periferia e semiperiferia, apontando suas especificidades e seus elementos gerais e interconectados.

Dessa forma, o conceito padrão de reprodução pretende analisar uma realidade específica em seus níveis mais concretos de abstração (formações econômico-sociais e conjuntura) ao mesmo tempo em que se vincula aos níveis mais abstratos da análise (modo de produção, sistema mundial capitalista), cumprindo papel de mediação entre todas estas esferas de análise. O autor combate a visão fragmentária presente em grande parte das ciências sociais após o advento da ideologia pós-moderna e da reestruturação produtiva/científica, que apregoa a centralidade do particular/subjetivo na análise da realidade e a especialização do

conhecimento/trabalho, desvinculando-se da totalidade e das relações sociais que atravessam todas as particularidade. O capital e sua lógica a tudo atinge e transforma. Assim, traça as linhas que interligam e formam de maneira inigualável os elos entre o particular e o geral, sem o qual cada um não existiria enquanto fenômeno social.

A análise do padrão de reprodução considera estes aspectos e os divide em duas dimensões históricas: a) a valorização do capital que encarna no valor de uso de determinada época, região, sujeitos, que definirá as características do capitalismo que será gerado; b) os processos que determinam o nascimento, o auge e o declínio e a substituição de um padrão de reprodução do capital para outro. Nesse sentido, para o autor os elementos políticos também são fundamentais (organização e interesse dos sujeitos) (OSÓRIO, 2012, p. 46). Além disso, uma série de elementos como procedência do investimento, tipos de máquinas, mercados etc., como vimos acima na descrição dos ciclos do capital demonstrada por Marini.

Historicamente é possível perceber a convivência simultânea de padrões de reprodução, em que um assume um papel de preponderância e o outro assume o papel de subordinado, o que vai se sucedendo e modificando ao longo do tempo. O padrão primário exportador permanece até hoje, mas de forma subordinada ao novo padrão existente. Osório (ibidem) aponta três padrões fundamentais na história do capitalismo latino-americano: 1) Agro-Mineiro Exportador (de meados do século XIX até a segunda década do século XX); 2) Padrão Industrial (de 1930 até 1980), subdividida nas etapas: a) Internalizada e Autônoma (de 30 até 50) e b) Integração ao capital estrangeiro (de 50 até 80); 3) Padrão Exportador de Especialização Produtiva (da década de 80 até os dias de hoje). É importante salientar que as mudanças de padrão são intercaladas por períodos de transição.

Ao lado dos padrões de reprodução do capital está também a política econômica, que Osório aponta como a “manipulação deliberada de certos meios com o objetivo de alcançar certos fins econômicos” (2012, p. 70), e que é composta por 4 componentes básicos: 1) centro de poder de decisão (Estado); b) práticas/mecanismos de decisão; c) destinatários sociais; d) propósitos das decisões. Então o Estado é chamado a intervir em todas as fases do ciclo do capital, mas não a garantir o interesse de todos, o que em si determina um padrão de reprodução, no qual as diversas frações da burguesia (financeira, industrial, comercial e agrícola) impõem sua representação de acordo com seu poder na estrutura econômica e capacidade política de articulação, fazendo com que as transações de padrões de reprodução do capital sejam acompanhadas por mudanças de frações burguesas no comando do Estado ou sua metamorfose interna. Dessa forma, o modelo agrário-exportador foi marcado pela política econômica liberal, calcada na tese das vantagens comparativas; já no padrão de reprodução

industrial, a política econômica predominante foi a estruturalista; e no novo padrão de reprodução do capital, o modelo predominante é o neoliberal ou monetarista.

Nosso objetivo aqui então é compreender essencialmente o padrão de reprodução do capital em sua dinâmica contemporânea, ou seja, *o Novo padrão exportador de especialização produtiva* (NPEP) vigente nos países latino-americanos, especificamente no Brasil integrado ao modelo neoliberal.

a) Impactos no Brasil

A partir da crise capitalista iniciada no final da década de 60, a América Latina vivenciou uma profunda transformação tecnológica, econômica e política nas décadas seguintes. A chamada crise do petróleo e o fim da União Soviética trouxeram profundas implicações para o capitalismo mundial, iniciando uma nova fase a nível internacional conhecida como mundialização do capital, com a ascensão do neoliberalismo como decorrência das políticas dos governos Pinochet no Chile e Margareth Thatcher na Inglaterra, que de acordo com Osório produziram um modelo que se consolidaria no final da década de 1980 e início de 1990, na formação de um novo padrão de especialização produtiva (NPEP) voltada para exportação de produtos primários, representando uma estagnação do processo de industrialização, que deu continuidade e aprofundou a integração dependente no continente.

Diferentemente do antigo padrão agromineiro exportador, o NPEP se caracteriza pelo maior grau de elaboração e especialização na produção de artigos primários e sua articulação com a indústria (atividades de montagem, embalagem, pasteurização, entre outras, mas com débil incorporação tecnológica), que passa a assumir um papel subordinado/integrado nesta estrutura primário-exportadora e suas cadeias mundiais vinculadas às transnacionais, muito mais do que no projeto de maior autonomia visto no padrão reprodução industrial vigente até a década de 1970. Osório aponta que este processo ficou conhecido em muitos países como desindustrialização, ainda que se mantivesse uma indústria relevante em países como Brasil e México.

De acordo com os dados da CEPAL (2012), é perceptível um processo geral em marcha que aponta para o crescimento do caráter exportador e de matérias primas ou manufaturas baseadas em recursos naturais dos países latino-americanos nos últimos vinte anos. De forma geral, apontamos que em 1998 o valor das exportações totais da AL foi de 308.885.200 bilhões de dólares, subindo para 1 205.133.300 trilhões de dólares em 2011, valor praticamente quadruplicado, demonstrando a importância crescente das exportações.

Desse total, houve aumento de 46,3% em 2004 para 60,7% da participação de produtos primários em geral nas exportações do continente. O principal produto exportado foi o petróleo cru, com 17,2% (p. 105) em 2011. Esse movimento é acompanhado pelo Brasil, que em 2004 tinha as exportações de matérias primas ou manufaturas baseadas em recursos naturais ocupando 47% do total geral de exportações; em 2011 este valor subiu para 66,2% (p. 101), sendo o minério de ferro o principal item exportado com 16,3%, seguido do petróleo. Outro dado interessante é que de acordo com a CNI (2014, p. 33) entre 2006 e 2008 o investimento estrangeiro direto (IED) duplicou no país passando de 18,8 bilhões de dólares para 45,1 bilhões de dólares respectivamente, alcançando em 2011 cerca de 66,7 bilhões, superando de longe as cifras do governo FHC que tiveram seu auge em 1998 chegando 31.913 bilhões de dólares. É interessante perceber que tais saltos nos IED's ocorreram nos anos de lançamento ou um ano posterior do início do PAC 1 e 2.

O Brasil, ainda que mantendo uma pauta de exportações equilibrada entre a variedade de seus produtos primários e considerável participação da indústria de transformação, não tendo nenhum que ultrapasse 20% do total de exportações (diferente de Colômbia, Equador, e Bolívia, entre outros, onde um único produto ultrapassa mais de 30% do total) (OSORIO, 2012b), ainda assim demonstra sua clara posição na DIT enquanto um fornecedor de matérias primas e derivados para os países centrais, assim como o crescente papel do capital estrangeiro no ciclo de reprodução do capital em sua economia dependente, aprofundada sob o um governo proclamado de esquerda. As análises de Gudynas (2009) reforçam esta perspectiva, apontando estar havendo na América Latina um novo extrativismo progressista, ou seja, concentração de investimentos e de políticas para a extração de *commodities* em países latino-americanos coordenados por governos de centro-esquerda, tendo como uma de suas principais características a destinação de parte dos recursos para programas sociais ou pelo menos sua utilização enquanto estratégia discursiva.

Por outro lado, a caracterização de “extrativismo” pode ser complicada ou reducionista, de acordo com Osório (ibidem), pois não leva em consideração a articulação e os impactos desse processo na economia em geral, como a dissociação entre o mercado interno e a produção e a própria superexploração do trabalho, dentre outros elementos. Por outro lado, existe uma divergência quanto ao papel do Estado na perspectiva no NPEP e do novo extrativismo, pois enquanto para o primeiro o papel do capital estrangeiro se sobreporia ao Estado e este no período neoliberal assumiria cada vez menos funções, para Gudynas o Estado vem assumindo nestes governos progressistas atuais papéis cada vez mais centrais, o

que na visão do autor se diferenciaria do antigo extrativismo¹⁴. Em nossa visão, estas oposições mecânicas entre a política econômica intervencionista ou (neo) liberal são uma cortina de fumaça, resultado de disputas interburguesas que não tocam na estrutura do sistema mundial capitalista e da dependência, e não ajudam a entender as formas cada vez mais híbridas e conectadas entre as duas, resultando no que no Brasil alguns chamam de um neoliberalismo desenvolvimentista.

A descoberta das províncias petrolíferas do Pré-Sal em 2006/2007 trouxeram para o Brasil grandes sonhos desenvolvimentistas, e não por menos no mesmo ano foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento tendo como principal investimento a área energética. A extração de petróleo bruto ocupa hoje cerca de 8,5% das exportações e derivados cerca de 3% (BCB, 2013, p. 93). Apesar da possível duplicação da extração e da produção de petróleo anunciada pelo Governo Federal, como vimos na introdução, a declaração da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) revela o interesse no aumento das exportações e diminuição da composição na matriz¹⁵. A própria Agência Nacional de Petróleo (ANP) também aponta que autossuficiência de derivados é uma realidade longínqua, deixando muito claro que a Petrobrás possui sérios déficits nas cadeias mais elevadas de processamento de petróleo, dominadas pelo capital privado nacional¹⁶ ou estrangeiro, fato que aprofundaremos no último capítulo. Vemos estes elementos como indício do processo de reconfiguração da subordinação do Brasil aos países capitalistas centrais. O leilão do Campo de Libra também parece apontar esta perspectiva.

A partir da base teórica e dos elementos factuais acima apresentados pretendemos realizar, nos próximos capítulos, ainda que de forma breve dado o caráter limitado do trabalho, uma análise do projeto desenvolvimentista brasileiro, suas contradições e as tendências gerais que são delineadas para a exploração do petróleo no Brasil em sua condição semiperiférica no sistema mundial capitalista.

¹⁴ O antigo extrativismo, ou o padrão de reprodução agromineiro exportador, estava amparado na teoria liberal das vantagens comparativas (teoria que abordaremos no próximo capítulo).

¹⁵ Que em parte são justificadas pelo incentivo aos biocombustíveis na composição interna.

¹⁶ A BRASKEM é a maior empresa nacional do ramo petroquímico brasileiro e suas ações são divididas fundamentalmente entre a Odebrecht (majoritária) e a Petroquisa (braço petroquímico da Petrobrás). Sua existência demonstra o complexo jogo de interesses neste ramo ao mesmo tempo as convergências do setor privado e estatal.

Capítulo II: O projeto desenvolvimentista no Brasil e suas contradições

O chamado Nacional-Desenvolvimentismo (ND), conhecido enquanto um fenômeno Latino-Americano, teve o auge de seu desenvolvimento político e ideológico no período que compreende a década de 1930 a década de 1980. Esta corrente ideológica foi predominante na maioria dos países da região, se conformando em projetos políticos nacionais de diversos governos e articulando em volta de si uma série de organismos institucionais de pesquisa ou de orientação econômico-política (BRESSER, 2006). Este processo, devido à condição dependente dos países latino-americanos, desenvolveu-se a partir de uma série de contradições e adaptações feitas às teorias da modernização e do desenvolvimento nacional, predominantes também nos países centrais neste mesmo período. As bases teóricas que fundamentaram esta ideologia foram então bem diversas, compreendendo desde as teses do nacionalismo alemão e norte-americano até o keynesianismo e o estruturalismo da CEPAL, entre outros.

A crise do endividamento de 1980 pôs em xeque o modelo do nacional desenvolvimentismo e marcou a passagem histórica do fim do capitalismo monopolista de Estado para o capitalismo ultramonopolista, materializado na tendência de concentração/fusão monopolista exacerbada de capitais e avanço das políticas neoliberais. No Brasil um setor identificado com políticas híbridas neoliberais e intervencionistas ganhou corpo no governo do Partido dos Trabalhadores e passa a impulsionar uma estratégia conhecida como novo-desenvolvimentismo (GONÇALVES, 2012), no qual seus formuladores se propõem a realizar uma atualização de sua vertente histórica. O carro chefe desta proposta foi o Programa de Aceleração do Crescimento e suas políticas de investimento público. Neste capítulo analisaremos o surgimento desta corrente, compararemos com o novo desenvolvimentismo e realizaremos uma crítica no sentido de apontar as principais limitações desta estratégia a partir da TMD.

2.1 A Formação histórica e teórica da Escola Nacional-Desenvolvimentista

Historicamente, a crise de 1929 nos Estados Unidos cumpre papel fundamental na mudança dos paradigmas econômicos e políticos a nível mundial. Até então predominavam, ao menos nos países periféricos, as teses liberais (inspiradas em David Ricardo) das vantagens

comparativas que apontavam a centralidade da livre concorrência das forças do mercado para regular o comércio internacional a partir das vantagens naturais e endógenas que cada país oferecia (seus recursos naturais, ou sua indústria, por exemplo). Ou seja, neste sistema todos poderiam alcançar o desenvolvimento, mesmo não se industrializando, especializando-se naquilo que seu país possuía como “vocação”, constituindo um todo orgânico a nível mundial na Divisão Internacional do Trabalho. Esse processo era materializado no Brasil pelas políticas dos governos paulistas de Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves (FIORI, 2002) e outros, durante a República Velha também conhecida como “república dos coronéis”, que perdurou de 1891 a 1930, marcada pela dominação das oligarquias rurais regionais ligadas à produção primária exportadora, principalmente a cafeicultura.

Após a crise de superprodução de 1929 e outros fatores como a ameaça representada pela estabilidade do Estado Soviético devido à planificação econômica, o crescimento das revoltas e greves em todo mundo no primeiro quartel do século XX e as guerras mundiais, um novo pacto começou a se desenvolver nos países centrais a partir do fordismo e do keynesianismo, constituindo o que ficou conhecido como Estado de Bem Estar Social¹⁷. Apesar disso, vimos no capítulo anterior que este “pacto social” com relativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores no centro só pôde ser alcançado pela manutenção do domínio imperialista e da superexploração do trabalho na periferia do capitalismo. De acordo com OSÓRIO (2012a), podemos dizer que neste período presenciamos na América Latina a transição do padrão de reprodução do capital agromineiro exportador para o padrão industrial, que neste primeiro momento assumiu uma fase internalizada e autônoma, mas logo passou à fase de integração ao capital internacional, através da integração dos aparatos produtivos. Para tal foi instalado nos países periféricos de maior envergadura econômica deste continente (Brasil, México e Argentina) o que FERNANDES (2004) chamou no caso brasileiro de Autocracias Burguesas, ou seja, governos autoritários (Getúlio Vargas e Golpe Civil-Militar 1964) responsáveis por capitanear a contra-revolução burguesa a partir da década de 1930 e sua fase de industrialização subordinada, garantindo altas taxas de mais-valia a partir do controle ditatorial da força de trabalho.

Neste período o papel do Estado volta a se aprofundar e a se ampliar em funções alocativas, distributivas, reguladoras e estabilizadoras (GONÇALVES, 2012). Tal processo esteve presente em diferentes países, com diferentes graus de intervenção e de forma

¹⁷ O termo Estado de Bem Estar Social, também conhecido como Welfare State, é oriundo da Grã-Bretanha e geralmente associado ao período posterior à Segunda Guerra Mundial e a um tipo de Estado presente nos países centrais baseado em um princípio redistributivo de impostos, responsável pela criação do seguro social, assistência pública, serviços médicos, política habitacional e educação.

exacerbada nos regimes fascistas. Apesar disso, Grenemann (2010) aponta que esta transformação das políticas burguesas compôs uma estratégia internacional para impedir o avanço do comunismo, ao mesmo tempo em que foi uma resposta para os problemas derivados da crise econômica concordando com a produção ideológica do período. SWEEZY (1983, p. 193), no trecho abaixo, aponta como as políticas de Estado, sendo este um organismo político burguês, neste período foram utilizadas para a contenção da crise e da própria sobrevivência do capital, realizando concessões aos trabalhadores:

A intensidade da luta de classes provocada pela superexploração da força de trabalho foi tal que se tornaram imperativas certas concessões, pela classe capitalista, mesmo ao custo de algumas vantagens econômicas imediatas. Com a finalidade de preservar a paz e a tranquilidade internas, de reduzir choques e finalmente evitar perigos de uma revolução, a classe capitalista está sempre pronta a fazer concessões através da ação estatal. E finalmente o Estado pode ser usado para fazer as concessões à classe operária desde que as consequências de uma recusa sejam bastante perigosas à estabilidade e funcionamento do sistema como um todo. (SWEEZY apud GRENEMANN, p. 38)

É neste contexto que novas teorias da modernização se desenvolvem ou ressurgem com vigor. Apontaremos aqui brevemente as principais correntes teóricas que influenciariam o Nacional-Desenvolvimentismo (ND) na América Latina de acordo com FIORI (2011a), BRESSER-PEREIRA (2006) e GONÇALVES (2012). Para o primeiro existiram três correntes fundamentais que tiveram grande influência sobre diversos intelectuais em maior ou menor grau neste período no Brasil: 1) Teoria da Modernização de base weberiana; 2) Teoria Estruturalista da CEPAL; e 3) Teoria da Revolução Democrática Burguesa. Com base em MAURÍCIO (2013) realizamos aqui um breve resumo dessas correntes:

- 1) Teoria da Modernização: de base weberiana, desenvolvida nos EUA, contemporânea à teoria de Walter Rostow. Esta teoria esta baseada na diferenciação entre o tradicional e o moderno, na qual a diferença de valores e crenças individuais está na base da constituição e distinção das sociedades. Tem por elemento fundamental a visão de que as sociedades norte-americana e européia são tipos ideais formados por etapas universais a serem seguidos pelo resto do mundo, tendo por fim a democracia liberal e o capitalismo. Seguidores destas teorias no Brasil foram Hélio Jaguaribe e com menor impacto outros teóricos do Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB).
- 2) Teoria Estruturalista: tem por corte epistemológico a noção de centro e periferia, das trocas desiguais, da crítica ao modelo primário exportador, a defesa da política de substituição de importações e o papel do Estado como planejador econômico. Seus principais formuladores foram Raul Prébisch, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, que atuaram via CEPAL-ONU. Representou uma crítica ao endogenismo ou a

teoria das vantagens comparativas (como vimos nas páginas 30-31), apresentando um novo paradigma de interligação entre centro e periferia, do papel da divisão internacional do trabalho e da desigualdade entre os diferentes polos. Porém este debate não foi aprofundado, nem se conformou uma teoria crítica ao imperialismo. (MAURÍCIO, 2013)

3) Teoria da Revolução Democrático-Burguesa: presente no programa político do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e da III Internacional Comunista, que apontava o desenvolvimento industrial como fator fundamental para a consolidação do modo de produção capitalista na América Latina e a superação do feudalismo, etapa pré-requisito para a revolução socialista. Para isso defendeu a aliança entre os trabalhadores e a burguesia nacional progressista (sua fração industrial) contra o imperialismo e o latifúndio. Porém não percebeu o caráter associado desta burguesia com o capital estrangeiro, fazendo apenas um repasse mecânico da realidade dos países centrais para os países periféricos.

Fiori sintetiza logo abaixo o que estas correntes tinham em comum. É interessante perceber que esta comunhão teórica se materializou em muitos casos em convergências estratégicas das diversas organizações (políticas, sociais ou intelectuais) e nas classes (ou setores de classe) que estas representavam.

Estas três teorias consideravam que o desenvolvimento econômico era um objetivo indiscutível e consensual, capaz de constituir e unificar a nação; se propunham construir economias nacionais autônomas e sociedades modernas e democráticas; consideravam que a industrialização era o caminho necessário da autonomia e da modernidade, ou mesmo da construção socialista; e, finalmente, propunham que o estado cumprisse o papel estratégico de *condottiere* desta grande transformação. (FIORI, 2011a)

Bresser-Pereira (2006), em sua análise das correntes formuladoras do ND, se aproxima de Fiori, determinando também três escolas, porém a partir de uma perspectiva econômica: a) macroeconomia keynesiana, formulada nos EUA; b) teoria estruturalista latino-americana, baseada na CEPAL e c) economia política clássica de Smith e Marx, representada pelos intelectuais liberais ou marxistas. Estas formulações se conformaram não só em uma teoria, mas numa estratégia nacional. Tal política de desenvolvimento via o papel do Estado como central para impulsionar o setor privado/economia. Dentro desta análise, o grande desenvolvimento de 1930 até 1970, representado pelos altos índices do PIB, só foi possível a estas concepções. De acordo com este autor, nas décadas de 1940 a 1960 os keynesianos e estruturalistas foram majoritários na América Latina em todas as políticas governamentais e

conseguiram realizar no Brasil um grande pacto nacional em prol do desenvolvimento, unindo empresários, burocracia estatal e trabalhadores, sendo que a participação destes últimos foi condicionada pela colaboração do PCB e de sua teoria, como vimos acima. Mas a revolução cubana e suas teses chamadas de “radicais sectárias”, o nascimento da teoria da dependência e sua influência na esquerda brasileira e a crise econômica da década de 1960 foram responsáveis, na visão do autor, pela dissolução deste grande pacto, originando a saída ditatorial de 1964.

Na contra mão desta perspectiva, André Gunder Frank se utiliza de um importante conceito para explicar o Golpe Civil-Militar, a partir do fenômeno da exploração e cumplicidade da burguesia nacional com o imperialismo, chamado de “colonialismo interno”. Para autor a metrópole nacional (ou burguesia nacional) se utiliza dos mesmos procedimentos de exploração, saque e autoritarismo que as metrópoles estrangeiras utilizam com seus países coloniais, só que com os povos de suas próprias províncias e por consequência as metrópoles provinciais com os povos de suas “hinterlands” (terras do interior). Este processo em cadeia do aumento da exploração e reforço da dominação colonial externa e interna leva na visão do autor uma vinculação cada vez mais clara entre a burguesia nacional e o imperialismo e sua separação do proletariado e do povo na América Latina e no Brasil. Dessa forma, a almejada aliança entre a burguesia nacional progressista e o povo latino-americano contra o imperialismo se torna, devido à superexploração e ao colonialismo interno, uma política “suicida” para os trabalhadores ao mesmo tempo em que se mostra impossível sua concretização em termos totais e de longo prazo.

Aún a corto plazo la burguesía latinoamericana no puede defender intereses nacionalistas y oponerse a la usurpación extranjera —en un Frente Popular— con obreros y campesinos de Latinoamérica porque la misma usurpación neoimperialista está forzando a la burguesía latinoamericana a explotar aún más a sus supuestos aliados obreros y campesinos, obligándola así a privarse de este apoyo político. En tanto que la burguesía de Latinoamérica persista en esa política de precios y salarios que aumenta la explotación de los trabajadores y en reprimir sus legítimas demandas para alivio de esta creciente explotación, no podrá recobrar su apoyo para enfrentarse a la burguesía de la metrópoli. (Frank, 1968, p. 28)

Em linha semelhante de raciocínio sobre o caráter associado da burguesia nacional, Gonçalves (2012) argumenta que o ND latino americano principalmente a partir das teses da CEPAL, manteve um posicionamento dubio acerca do capital estrangeiro em sua fase de maior intervenção (1950-60), na qual nem o nacionalismo, nem a política anti-imperialista,

foram explicitados, ao contrário, o capital estrangeiro era considerado bem vindo (MAURICIO APUD ROXBOROUGH, 2013, p. 5). O desenvolvimentismo latino-americano é considerado então por Gonçalves (2012) uma cópia imperfeita das teses do nacional desenvolvimentismo norte-americano e alemão presente nas teses de Alexander Hamilton e Friedrich List, respectivamente. Ambos defenderam uma política de substituição de importações, vendo na concorrência estrangeira um “inimigo”, tendo na intervenção estatal o papel de proteção e subsídio. Nos EUA o processo de liberalização econômica ocorreu apenas após a Segunda Guerra; antes disso, reinava o protecionismo, a promoção de pesquisas agrícolas, o financiamento para área de tecnologia, o investimento público (educação e infraestrutura) e em compras (material de defesa). Na Alemanha, o Estado cumpriu papel ainda mais destacado no protecionismo, com o desenvolvimento da indústria nascente, criação de empresas públicas (carvão, siderurgia etc..), estímulos à acumulação de capital, progresso técnico e concorrência, importação de mão-de-obra qualificada, mudanças na organização da produção e a expansão colonial. O nacionalismo foi a diretriz política guia deste processo (Ibidem, p. 647).

Gonçalves resume então a política nacional-desenvolvimentista no trinômio: “industrialização substitutiva de importações, intervenção estatal e nacionalismo” (Ibidem, p. 651). A partir de uma análise histórica, o autor afirma que o nacional-desenvolvimentismo pode ser chamado também “neomercantilismo” (discussão que não aprofundaremos aqui), conceito e política que na sua perspectiva visa superar as contradições entre Mercado e Estado, representadas historicamente entre as correntes Liberal e Mercantilista, respectivamente. Estes autores (List e Hamilton) não se contrapunham ao livre comércio, mas apontavam a crítica às vantagens comparativas estáticas, defendendo as vantagens comparativas dinâmicas, ou seja, vantagens que podem ser criadas pelo Estado como forma de equilibrar a balança e não deixar o comércio exterior paralisar a economia nacional. Dessa forma, esta concepção focava no crescimento econômico e na redução da vulnerabilidade externa estrutural, que se ligavam numa dialética, caracterizada pela dimensão econômica e político-militar. Fiori (2011b) também chama a atenção para essa diferença do estruturalismo latino-americano e a concepção acima: “Sua defesa intransigente da industrialização lembra o nacionalismo econômico [...], mas não dá a mesma importância destes autores aos conceitos de nação, poder e guerra”.

Apesar disso, a TMD nos previne da conclusão simplista de que logo o problema da CEPAL teria sido “não ser nacionalista o suficiente”, demonstrando na verdade que o centro do problema estava no caráter da burguesia autóctone, sua vinculação com o imperialismo,

seus interesses e a centralidade da contradição de classe expressa na superexploração do trabalho e o seu combate pelas organizações do proletariado, que elevava esta luta acima do âmbito “nacional”. Outra conclusão de fundamental importância que vemos a partir da análise dos autores acima é que o estado e o capital se constroem em diferentes arranjos, mas nunca dissociados, e que o nacional desenvolvimentismo se propunha a buscar a harmonização destas duas esferas traduzindo-se em uma política burguesa imperial de caráter mais completo.

a) As políticas desenvolvimentistas no Brasil e a CEPAL

A década de 1940 foi central na constituição do que chamamos de políticas modernizadoras e desenvolvimentistas. O discurso de posse do presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman (Partido Democrata), em 20 de janeiro de 1949, foi emblemático deste período, fazendo a defesa da cruzada modernizadora contra a “barbárie”: “A vida econômica delas é primitiva e estagnante. A pobreza delas é um obstáculo e uma ameaça para elas e também para as áreas mais prósperas. (...) E a chave para maior produção é a mais ampla e mais vigorosa aplicação do moderno conhecimento técnico e científico”¹⁸. Dessa forma, ele expressava neste discurso o reflexo das Teorias da Modernização e sua defesa do etapismo técnico e científico, como vimos no tópico acima, tendo continuidade em outros governos. Esta política de “apoio” econômico ao desenvolvimento assumiu contornos concretos em duas iniciativas principais: o Plano Marshall¹⁹, (destinado a países asiáticos e do leste europeu) e a CEPAL (Comissão criada para a América Latina, excluída do primeiro plano).

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) foi produto das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 1947 e 1948, sendo fundada neste último ano como uma dentre as suas cinco comissões. À frente da secretaria executiva da CEPAL a partir de 1949 até 1963, o economista argentino Raúl Prebisch lança as bases do que seria conhecido como estruturalismo histórico latino-americano, eixo para as políticas desenvolvimentistas. No Brasil as políticas da CEPAL também foram seguidas e elaboradas por intelectuais locais como Celso Furtado (que seria Ministro do Planejamento em 1962),

¹⁸ Discurso disponível no site: http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm.

¹⁹ O Plano Marshall, também conhecido como programa de recuperação europeia, foi criado em julho de 1947 com o objetivo de reconstruir os países devastados pela 2ª guerra mundial e paralisar o avanço soviético, a partir de empréstimos e doações financeiras do Governo dos EUA e suas empresas, para dinamizar as economias da maioria dos países da Europa e Japão. O Plano foi o embrião da OCDE e do Mercado Comum Europeu.

Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa, entre outros. Para Fiori (2012), o que então se iniciou com as políticas de substituição de importações e industrialização na década de 1930 com o Estado Novo de Getúlio Vargas, seu posterior governo e do presidente Juscelino Kubistchek (JK), constituiu um importante movimento que envolveu intelectuais, amplas parcelas da burocracia civil e militar e setores do empresariado, como Roberto Simonsen. Outro canalizador e formulador deste movimento foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 pelo Governo de Café Filho e apoiado por JK eleito no mesmo ano. Este Instituto, de acordo com Fiori, foi responsável por reunir intelectuais de esquerda e grande parte da “intelectualidade, da juventude, e de amplos setores profissionais e tecnocráticos, em torno do seu projeto nacional- desenvolvimentista”, nomes como Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto, entre outros.

A partir do documento “Manifesto Latino-Americano” de 1949, Prebisch realiza a crítica às teses ultraliberais das vantagens comparativas, afirmando que o aumento da produtividade no centro não reduziu os preços dos produtos destes no mercado internacional (como afirmavam os economistas neoclássicos) dado o aumento e manutenção dos lucros e dos salários nos países centrais. Dessa forma, o preço real se mantinha alto e nos ciclos descendentes, nos quais era obrigatória a redução de custos devido à rigidez dos salários, a contradição era transformada na redução dos preços das matérias primas, gerando a deterioração dos termos de troca, prejudicando os países periféricos. (MELLO, 2009)

Dessa forma, a CEPAL apontava o funcionamento de estruturas constituídas historicamente que separaram o centro da periferia do capitalismo, no primeiro momento através da exploração colonial e depois pela condição de subdesenvolvimento calcada na deterioração dos termos de troca. Geraram então em seu estado normal resultados específicos e pré-determinados na periferia: primarização da economia, dualismo estrutural, baixa diversificação produtiva, baixo progresso técnico, além de desigualdade social (COLISTETE 2001). De acordo com Prado (2012), a CEPAL reconhecia então que o desenvolvimento capitalista era desigual no que tange ao grau de desenvolvimento ou à qualidade das formas históricas, mas não reconhecia que este era combinado, ou seja, persistiam duas estruturas (dualismo), uma tradicional (latifúndio) e outra moderna (industrial), – tais conceitos se relacionavam claramente com as Teorias da Modernização americana – mas estas não mantinham relação articuladas entre si, assim, o arcaico era apenas um obstáculo a ser superado por não gerar mercado interno e não atender os requisitos da demanda de alimentos. Era possível, a partir disso, todos alcançarem o desenvolvimento almejado dentro do sistema mundial capitalista.

A solução apontada então era o impulso econômico planejado pelo Estado visando um desenvolvimento para dentro a partir da industrialização substitutiva de importação e da diminuição da dependência ao comércio exterior. Para se alcançar o patamar da industrialização foi defendido o planejamento econômico, a política protecionista, a política industrial proativa, o investimento estatal nos setores básicos, a criação de empresas públicas estatais em setores estratégicos, a preferência revelada pelo capital privado nacional, a subordinação da política de estabilização macroeconômica a política de desenvolvimento (política fiscal expansionista, juro real negativo, expansão de crédito seletivo e câmbio diferenciado) (GONÇALVES, 2012).

Com o resultado da industrialização haveria a perda de influência dos setores vinculados a oligarquias rurais e o surgimento de uma burguesia moderna, que junto aos setores médios e populares impulsionariam a democratização da sociedade. Pensava-se que a industrialização e as reformas estruturais que as acompanhavam promoveriam uma redistribuição de renda e a incorporação das massas do campo e da cidade ao mercado de consumo. Assim se debilitariam as bases de sustentação da elite colonizada e se produziria uma sociedade nacional independente, inclusive neste processo se alcançaria uma quebra da alienação cultural desta burguesia. Apesar disso, a industrialização substitutiva de importações conduziu a um aumento da dependência do comércio exterior, devido à necessidade de importação de bens de capital e matérias primas, tendo por saldo na década de 1970 a participação do capital estrangeiro na indústria brasileira na casa dos 30% (Ibidem, p. 653), não esquecendo também que parte considerável do financiamento à indústria foi realizado pelas oligarquias tradicionais vinculadas ao setor primário, o que as fortaleceu.

De acordo com CARVALHO GONÇALVES (2011), o governo de Getúlio Vargas, tanto na ditadura do Estado Novo (1937 a 1945), como quando eleito (1951 a 1954), foi aquele que mais se aproximou das políticas desenvolvimentistas propugnadas pela CEPAL. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Companhia Vale do Rio Doce (VALE), da Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), entre outros, foram considerados exemplos desta política. Apesar disso, essas ações parecem demonstrar que mesmo em seu “núcleo duro” já levavam o caráter contraditório da dependência. A CSN, por exemplo, só pode ser fundada em 1941 com investimento norte-americano, a partir dos “Acordos de Washington”, se comprometendo a exportar 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro por ano para a Inglaterra e Estados Unidos, que necessitavam da matéria prima para a sua indústria bélica. A VALE, fundada em 1942, fez parte deste acordo, sendo responsável pela extração do minério de ferro que depois seria processado pela

CSN (ABM). No segundo governo de Vargas foi criada também a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que foi responsável, já no Governo JK, junto à Instrução 113²⁰ e seu Plano de Metas, pela grande entrada e domínio do capital estrangeiro na economia brasileira (Ibidem, p.60).

As contradições da industrialização foram em parte percebidas pelos estruturalistas, que apontaram a concentração de renda pela burguesia industrial junto a sua aliança e controle pelo capital estrangeiro. Assim como o aumento do desemprego dada a tecnologia importada voltada para outra realidade (KAY, 1991, p. 5), como vimos no primeiro capítulo. Mas a TMD foi aquela que melhor analisou e apontou as contradições da industrialização latino-americana, colocando que tal indústria calcada na superexploração deu continuidade à ruptura do ciclo capital produzindo a esfera baixa e alta do consumo, tendo esta última passado a dirigir-se cada vez mais ao exterior dada a compressão da demanda interna. Ao mesmo tempo, o consumo dos setores médios e tecnologia estrangeira aprofundaram estas diferenças. Portanto, a industrialização não dinamizou o mercado interno como pensavam os desenvolvimentistas, ao contrário, aprofundou as desigualdades. Vejamos:

O capitalista industrial forçará, por um lado, o aumento de preços, aproveitando-se da situação monopolista criada de fato pela crise do comércio mundial e reforçada pelas barreiras alfandegárias. Por outro lado, e dado que o baixo nível tecnológico faz com que o preço de produção seja determinado fundamentalmente pelos salários, o capitalista industrial valer-se-á do excedente de mão de obra criada pela própria economia exportadora e agravado pela crise que este setor atravessa [...] para pressionar os salários no sentido descendente. Isso lhe permitirá [...] a concentração de capital no setor industrial” (MARINI, 2005, p. 171).

O golpe militar de 1964 surge nessa conjuntura como um evento paradigmático. Para o setor da esquerda nacional desenvolvimentista ela foi um golpe contra o projeto da burguesia nacional progressista; para os revolucionários, foi um golpe contra a Revolução Cubana (que rompia com as orientações do PCUS²¹ e se alastrava pelas Américas), mas principalmente contra a radicalização crescente das Ligas Camponesas e as diversas insurreições armadas que estas desenvolveram na década de 1950 (Porecatu-PR, Formoso e Trombas-GO, Pernambuco e Nordeste), deixando exasperada a burguesia rural (MARTINS, 1981). O Golpe Civil-Militar de 64, para Marini (2013, p. 154), reedita então na verdade o compromisso agrário-industrial-

²⁰ “A Instrução 113, expedida pelo governo interino de Café Filho e mantida por Juscelino Kubistchek, [...], consagra a vitória do imperialismo. Criando facilidades excepcionais para a entrada dos capitais estrangeiros, esse instrumento jurídico corresponde a um compromisso entre a burguesia brasileira e os grupos econômicos estadunidenses” (MARINI, 2013, p. 146).

²¹ Partido Comunista da União Soviética, que no período possuía orientação política contra a luta armada.

capital estrangeiro firmado em 1937, levemente desestabilizado na década de 1950 pelo crescimento industrial e o populismo, mas retomado agora em nova ditadura contra qualquer ameaça de reforma agrária seja via Ligas ou Governo, demonstrando cabalmente o caráter reacionário de nossa burguesia nacional.

Ao contrário do que muitos imaginaram o ND teve continuidade através da “Doutrina de Segurança Nacional” consolidada pela Escola Superior de Guerra (ESG) em 1950, centro sistematizador desta política-doutrina, que via o desenvolvimento e a industrialização como primazia para a defesa nacional (FIORI, 2011a). Esta última foi uma especificidade brasileira, diferente de outros países; a concepção de cariz militar originada no tenentismo da década de 1930 teve seu ápice no golpe civil militar de 1964. O “Milagre Brasileiro” e a campanha do “Brasil Potência” fizeram parte desta estratégia, visando implementar o desenvolvimento econômico como parte de um projeto de estabilidade, cooptação e combate ao comunismo (PRADO e CASTELO, 2013), através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND’s) I e II, junto a programas populares de habitação e previdenciários.

O nacional desenvolvimentismo foi apresentado por muitos (BRESSER, 2006) como uma política original e contra hegemônica por representar uma crítica à tese liberal das vantagens comparativas, desconsiderando que no próprio centro do capital essas teses foram questionadas no período pós-crise de 1929, com o fortalecimento do Keynesianismo, o New Deal, o Estado de Bem Estar Social e a instauração do pacto fordista. Da mesma forma que as políticas do plano Marshall e CEPAL, os PND’s da ditadura militar tiveram como papel o combate à ameaça da revolução. A grande questão é que, fora controvérsias marginais, não houve contradições estruturais além daquelas colocadas pela luta de classes (como a Revolução Cubana e sua influência), quando na verdade havia uma articulação muito clara entre os programas e metas desenvolvimentistas com os planos do Imperialismo como vimos acima. O Partido Democrata, que governou os EUA cerca de 30 anos, entre a década 1930 e final da de 1960, elegendo 4 presidentes, tinha proximidade com as teses desenvolvimentistas e estatistas de Rostow e sua influência, como por exemplo no Governo de John F. Kennedy (1961 a 1963), nas políticas de apoio ao desenvolvimento econômico alicerçadas nas políticas de contra-insurgência na América Latina (MELLO, 2009, p. 7). Dessa forma, os indícios revelam uma política de continuidade entre o imperialismo e o nacional desenvolvimentismo já em sua origem. Vejamos nos dias atuais.

2.2 – O Novo Desenvolvimentismo:

a) Consenso de Washington e o NPEP²²:

A crise da dívida vivida pelos países da América Latina na década de 1980 se manifestou como o indício de uma crise mundial muito maior, representada pelo choque do petróleo em 1973, como também pela crise dos euro-dólares na década de 1970, as revoluções de libertação nacional na África e na Ásia e a revolução técnico-científica, que fizeram os modelos de acumulação keynesianos e fordistas entrarem em choque²³. Estava em processamento a transição do Capitalismo Monopolista de Estado para a ascensão do Capitalismo Ultra-Monopolista, movimento este do capital internacional que se concretizou na reestruturação produtiva (Toyotismo), no aumento exacerbado da concentração de capital (representado pelas megafusões e controle ultramonopólico de mercados) e na aplicação do modelo de acumulação flexível, conhecido como Neoliberalismo.

Os países latino-americanos, em especial o Brasil concentraram dívidas externas estratosféricas devido ao financiamento externo e à estagnação do modelo desenvolvimentista do período militar. Como resposta a essa crise, que levou ao aumento da inflação e estagnação do PIB, técnicos do Tesouro Norte-Americano elaboraram uma série de planos que visavam renegociar a dívida em troca de medidas de liberalização destas economias: o Plano Baker (1985), o Plano Brady (1989) e o Consenso de Washington (1989), tiveram este papel. Este último, elaborado por John Williamson, tornou-se hegemônico e partiu da crítica ao nacional desenvolvimentismo latino-americano da década de 1950 a 1980, tendo sido “aprovado” em reunião realizada em 1989 entre BID, FMI, Banco Mundial e economistas latino-americanos (BATISTA, 1994).

O Consenso de Washington (CW) pode ser resumido por seu programa de 10 pontos em: 1) disciplina orçamentária; 2) mudança da prioridade do gasto público; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente ao mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização de empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual. A aplicação desse receituário foi realizada na década de 1990 pelos Governos de Fernando Collor de Mello (1990-92), Itamar Franco (1992-94) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), através de uma série de medidas, sendo uma das mais conhecidas o PND (Plano

²² Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva.

²³ David Harvey faz uma excelente análise desta crise no livro “A Condição Pós-moderna” nos capítulos 9 e 10.

Nacional de Desestatização), iniciado em 1991 com suporte financeiro, administrativo e técnico do BNDES (ironicamente o principal banco, antigo e atual, de financiamento das políticas desenvolvimentistas), responsável pela privatização ou quebra do monopólio estatal das principais empresas públicas (Petrobrás, CSN, Vale do Rio Doce, Telebrás, VASP, Damatec, Light, etc.).

De acordo com Osório (2012b), este foi o período de implantação de um Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva (NPEP) na América Latina, caracterizado por esta nova política neoliberal que foi responsável por: a) maior abertura ao capital estrangeiro; b) estagnação industrial ou sua reconfiguração subordinada ao modelo de especialização exportadora; c) reprimarização das economias; d) aumento da condição exportadora e reconfiguração da DIT e e) aumento da superexploração do trabalho. Dessa forma, a indústria assume na América Latina um caráter diferenciado do que foi visto entre as décadas de 1930 a 1980, perdendo sua característica de entreposto industrial privilegiado (mercado para os bens de capital obsoletos dos países centrais) característico do período desenvolvimentista, ou do Padrão Industrial, assumindo suas atividades produtivas um caráter cada vez mais ligado ao setor de exportação de *commodities* e de indústrias pouco elaboradas a elas vinculadas (como as maquiladoras ou indústria de embalagens) (Ibidem, p. 106). De acordo com o DIEESE (2011b), as altas taxas de juros e a exportação de *commodities* geram a valorização do real e perda da competitividade da indústria nacional (Ibidem, p. 6), processo conhecido também como “doença holandesa”; junto a isso, observa-se a falta de investimentos e de infraestrutura que vêm ocasionando um processo de desindustrialização. A Indústria de Transformação (diferente de indústria em geral) reduziu sua participação no PIB de 27,2% em 1985 para 15,5% em 2009 (Ibidem, p. 8).

Apesar disso, esses dados apresentados pelo DIEESE (Ibidem) têm sido instrumentalizados exatamente pelo setor desenvolvimentista para justificar suas políticas de benefício ao empresariado²⁴. Por isso achamos importante uma problematização. Primeiro, os dados acima (muito utilizados) excluem a indústria extrativa, de energia, construção civil e agronegócio, trazendo uma visão parcial da “desindustrialização”. Segundo, este mesmo documento (Ibidem, p. 8) aponta que a indústria em geral possui participação no PIB na verdade de 25,4%, a participação dos serviços de 68,5%, e a agropecuária com 6,1%. Vemos que a indústria em geral mantém ainda uma participação expressiva no conjunto da economia; além disso, os serviços que ocupam a maior parcela de participação incluem os trabalhadores

²⁴ José Luis Oreiro é um dos desenvolvimentistas defensores da tese da desindustrialização, posição que podemos ver no artigo: “Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro”, 2010.

terceirizados que muitas vezes estão empregados na indústria de maneira precária. Não achamos, em face disso, que exista uma continuidade do Padrão Industrial das décadas de 1930 a 1980. O aumento expressivo dos produtos primários na pauta de exportações do Brasil e da América Latina deixam isso claro, assim como, a criação do projeto “campeãs nacionais” pelo BNDES, que tem por líderes empresas do ramo de petróleo, celulose, frigoríficos, siderurgia, suco de laranja e cimento. Portanto, existe um claro movimento de reconfiguração, mas que diferente de uma “desindustrialização” em si, mostra uma subordinação do padrão industrial ao padrão exportador de especialização produtiva, não faltando investimentos e nem políticas de beneficiamento neste sentido, como veremos. Achamos mais importante então levantar a questão: qual o sentido da industrialização? Resposta que apenas brevemente poderemos dar neste trabalho.

O que esteve em jogo então foi uma nova configuração da Divisão Internacional do Trabalho, na qual os países asiáticos (principalmente China e Índia) passaram a assumir papéis centrais na produção industrial periférica, inclusive devido à alta extração de mais-valia, sendo países conhecidos por combinar formas capitalistas e não-capitalistas como a semi-escravidão em modernos centros industriais, fato que torna a Ásia e o Pacífico líderes mundiais de trabalhadores escravos com 9,4 milhões, seguida pela América Latina com 1,3 milhões e África com cerca de 1 milhão, segundo dados da OIT (2005), configurando complexas redes de formações sociais diversas a serviço do capital transnacional. A AL passa então a se especializar cada vez mais na produção de matérias-primas, formando empresas campeãs no setor, que têm seus produtos escoados cada vez mais para os países asiáticos, onde são processados e transformados em novas mercadorias a serem vendidas no mercado mundial, demandando a construção de uma nova infraestrutura e relações de superexploração.

Agora é interessante analisar que o discurso das contra-reformas neoliberais e do Consenso de Washington se baseia também em teses de modernização e da necessidade dos países “em desenvolvimento” alcançarem a “sociedade do conhecimento” ou a “sociedade informacional”, desenvolvendo suas “forças produtivas”, baseadas em grande medida na economia de serviços possibilitada pela revolução técnico-científica, visando alcançar economias modernas, flexíveis e eficientes, como bem aponta Leher (2007). Apregoam, por outro lado, um novo modelo de gestão empresarial inquestionável, baseado na racionalidade econômica (CHAGAS, CARVALHO E MARQUESAN, 2015). Dessa forma, o mesmo recurso à modernização assume agora um discurso contra a estagnação da década de 1980 e os modelos estatais “rígidos e atrasados”, ou seja, desenvolver ou modernizar na atual conjuntura significa emplacar o neoliberalismo. Erige assim uma nova política burguesa que

se apropria de conceitos “semelhantes” ao desenvolvimentismo, mas com conteúdos distintos, para uma nova conjuntura e uma nova política das classes dominantes.

Neste sentido o Consenso de Washington se desenvolve numa década onde a ameaça da revolução comunista, a URSS e o sindicalismo revolucionário não ameaçam a ordem capitalista. Então o arcabouço do Estado Social se reduz, compondo outras funções estratégicas, mas o Estado não desaparece nem diminui, na verdade este se agiganta cada vez mais para o Capital (GRENAMANN, 2007). Apenas as condições conjunturais da luta de classes e a capacidade ofensiva da classe trabalhadora não são as mesmas da década de 1930, como vimos acima. Ao lado disso, e dada a conjuntura internacional, as reformas neoliberais e a competitividade da força de trabalho asiática levam ao aprofundamento da desestruturação do mundo do trabalho através da terceirização, da precarização e do desemprego estrutural. Embora as revoltas na América Latina demonstrem que a classe trabalhadora e os povos originários continuam vivos e em luta, impondo obstáculos aos interesses do capital, por outro lado são impulsionados diferentes pactos e estratégias de dominação.

b) O neodesenvolvimentismo e a farsa da “terceira via”:

A aplicação dos projetos neoliberais foi responsável por uma série de crises econômicas e efeitos colaterais negativos para a vida da maioria dos povos latino-americanos. Estes processos foram responsáveis por críticas e reformulações inclusive no *mainstream* dos países centrais como, por exemplo, nas análises de Joseph Stiglitz (ex-diretor do Banco Mundial) e Dani Rodrik principais defensores do Pós-Consenso de Washington ou Consenso de Washington Ampliado (GONÇALVES, 2012). Estas políticas consistiam numa série de reformas institucionais visando regular e melhorar a aplicação das políticas neoliberais visando reduzir seus danos, como por exemplo estabelecer objetivos mais amplos para o desenvolvimento, aperfeiçoamento institucional (democratização e fim da corrupção), estabilidade macroeconômica, política complementar ao mercado (regularização e política tecnológica), privatização, manutenção dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), mercado de trabalho flexível, políticas sociais, entre outras.

Neste mesmo contexto se desenvolve no Brasil outra corrente autointitulada “Novo Desenvolvimentismo”, que visa se constituir como uma terceira via, entre o velho nacional desenvolvimentismo (ou o chamado populismo burocrático) e a ortodoxia convencional (identificada com o neoliberalismo). Luís Carlos Bresser-Pereira, fundador do PSDB e membro da Fundação Getúlio Vargas (FGV), se reivindica desde o início da década 1990 um

crítico²⁵ do Consenso de Washington junto a Yoshiaki Nakano, e o criador desta nova tendência. Bresser-Pereira foi de fato, então, o primeiro a cunhar o termo “novo desenvolvimentismo” em 2003, no Capítulo 20 de seu livro “Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-2003” (quinta edição). A temática passou a ser cada vez mais abordada em artigos e livros, passando a reunir uma série de intelectuais e institutos a sua volta. Em 2004 João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel organizaram o livro “Neo-desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social”, reunindo uma série de economistas que lançariam as bases desta nova corrente. No ano de 2005 por intermédio do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi fundado o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, que reuniu importantes intelectuais que atuariam junto ao Instituto Lula, na fundamentação desenvolvimentista do governo petista.

Castelo (2012) aponta assim que o novo desenvolvimentismo no Brasil não é homogêneo e se firma em três correntes principais: 1) Macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo (Bresser-Pereira e Paulo Gala); 2) Pós-Keynesiana (Sicsú, Paula e Michel); 3) Social-Desenvolvimentismo (Aloízio Mercadante, Marcio Pochman e Ricardo Carneiro). A primeira corrente prega uma primazia do mercado e uma atuação estatal visando regular as falhas do mercado, principalmente nas políticas cambiais e de juros, com destaque para o setor de exportações. A segunda, semelhante à primeira, aponta o Estado como redutor das incertezas no ambiente do mercado capaz de criar um ambiente estável para o investimento e acumulação de capital, onde um mercado forte pressupõe um estado forte, com destaque para alcançar altas taxas de crescimento com equidade social, quesito este que está ausente em Bresser-Pereira (Ibidem, p.625). Contra a burguesia rentista, as duas correntes pregam a aliança entre burguesia industrial, burocracia estatal, setores médios e trabalhadores, com a hegemonia dos primeiros dois grupos, se colocando como um claro projeto estatal-burguês. Por último o social-desenvolvimentismo defende a afirmação do mercado via ampliação do consumo de massas. O Estado aqui possui um peso maior do que nas outras duas correntes, subordinando as políticas macroeconômicas às de desenvolvimento.

No quadro abaixo BRESSER-PEREIRA (2006, p. 20) aponta as principais diferenças entre o “velho” e o novo desenvolvimentismo:

²⁵ Fator que não o impediu de colaborar com as contra-reformas neoliberais aplicadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Reforma de Estado e da Ciência e Tecnologia, experiência que como veremos continuou a influenciar seu pensamento.

Viejo desarrollismo	Nuevo desarrollismo
El Estado tiene una participación protagónica en términos de ahorros e inversiones forzosas en empresas	El Estado tiene una participación secundaria, pero importante, en ambas actividades
Proteccionista y pesimista	Realista y exportador
Desidia fiscal	Disciplina fiscal
Complacencia a la inflación	No complacencia a la inflación

De forma geral, a análise dos setores desenvolvimentistas aponta que no passado a substituição de importações e o protecionismo tarifário generalizado e por tempo ilimitado geraram um comodismo na burguesia brasileira, assim como não gerou absorção tecnológica, ocasionando uma reduzida elevação da produtividade e crescimento sem equidade social, característica da industrialização latino americana. Como solução destes problemas, o novo desenvolvimentismo defende um crescimento centrado no comércio internacional via exportação; maior investimento privado na infraestrutura e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica. Propõe-se a aplicar uma política desenvolvimentista “responsável” e não populista como no passado (com crescimento baseado no déficit público). Para tanto Bresser-Pereira (2006) aponta elementos vantajosos aplicados pelo Consenso de Washington como a disciplina fiscal. O objetivo é ir além da estabilidade monetária e alcançar a estabilidade macroeconômica, criando um ambiente seguro para as decisões de investimento privado. Isso inclui tanto a regulação estatal das taxas de juros, do câmbio e dos salários, quanto a redução da vulnerabilidade externa para defender a economia de choques externos e da volatilidade dos fluxos de capitais estrangeiros mediante uma taxa cambial administrada e a imposição de controles de capitais, caso necessário (SAAD-FILHO, 2011).

Tal política tornou-se concreta no ambiente acadêmico através das ações da FGV, a Associação Brasileira Keynesiana, a Revista de Economia Política, o Centro Celso Furtado, o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) e a Rede Desenvolvimentista. No ambiente político o Partido dos Trabalhadores foi o principal a defender o “novo desenvolvimentismo” como política de Governo, principalmente a partir do segundo mandato de Lula em 2006-2010, como analisaremos à frente. No âmbito social vemos que tanto as centrais sindicais CUT e CTB como as entidades patronais e a FIESP/CNI, vêm se munindo do discurso desenvolvimentista e realizando ações conjuntas²⁶.

²⁶ A marcha das centrais sindicais no dia 04/01/2012, que reuniu a CTB central vinculada ao PC do B e a CUT, vinculada ao PT, junto à Federação dos Industriais do Estado de São Paulo (Fiesp) contra a desindustrialização, é exemplo desta política de unidade.

Para Gonçalves (2012), o novo desenvolvimentismo foca nas políticas macroeconômicas (taxa moderada de juros, taxa competitiva de câmbio e política fiscal responsável - dívida pública baixa, poupança pública positiva — superávit fiscal) e negligencia as questões estruturais (propriedade, tributação, vulnerabilidade, análise de classes e reprimarização), o que acaba convergindo com a metodologia macroeconômica do Consenso de Washington na busca pelo controle da inflação e o equilíbrio das contas externas. São apontadas outras convergências entre o novo desenvolvimentismo e o neoliberalismo: a) crescimento voltado para o exterior e não para absorção interna (consumo, investimento e gasto público); b) a ênfase do crescimento via exportação em países que têm como vantagem comparativa os recursos naturais vem levando a um processo de reprimarização das exportações/economias (Ibidem, p. 660). c) o câmbio competitivo (diferente do “velho” nacional-desenvolvimentismo, no qual o objetivo é a predominância dos produtos nacionais no mercado internacional) no novo tem taxa flutuante, podendo assumir diferentes objetivos; d) o novo desenvolvimentismo apoia a liberalização da economia em contraposição ao protecionismo; e) o nacionalismo é um “não tema” do neodesenvolvimentismo e há uma grande ênfase do investimento estrangeiro direto; f) a vulnerabilidade externa estrutural também não é tocada; g) a política industrial estatal assume um papel secundário e subsidiário. Tais críticas são resumidas da seguinte forma por Reinaldo Gonçalves:

A ênfase nas reformas institucionais por seu turno aproxima o Novo Desenvolvimentismo do Pós-Consenso de Washington. É a ênfase na “reforma das reformas” liberais, ou seja, a segunda geração de reformas. Após a privatização, cabe a regulação dos monopólios; após a liberalização financeira, cabe a regulação dos bancos; após a liberalização dos fluxos financeiros internacionais, cabe a abertura prudente da conta de capital. (Ibidem, p. 661)

Para Fiori (2011b), o novo desenvolvimentismo propõe que o Estado seja recuperado, mas não diz concretamente em nome de quem, nem de que, deixando a questão de classe e do poder de lado em sua análise. O ecletismo entre políticas macroeconômicas liberais e intervencionistas formam um pastiche muito pouco preciso, resultado principalmente da política policlassista do Partido dos Trabalhadores e de uma frente muito heterogênea de interesses sociais, que giram em torno do crescimento e da transferência de renda. Saad-Filho (2011, p.515) aponta também que uma das grandes questões ausentes na literatura novo desenvolvimentista é a construção do mercado interno. Essa ausência é contraposta com a ênfase no comércio externo e a competitividade internacional.

A lógica de análise de implantação do novo desenvolvimentismo está centrada numa visão reducionista que não percebe e não analisa o porquê da decadência do velho desenvolvimentismo, apontando apenas um viés economicista relacionado à estagnação devido ao protecionismo e à crise. Não realiza uma análise política e econômica de como a “burguesia nacional” e a burocracia estatal foram absorvidas pelos novos movimentos do capital internacional e do neoliberalismo. Da mesma forma em que ignoram em suas análises as críticas da Teoria Marxista da Dependência, que na visão de Fiori (2012) deu golpes fatais na teoria desenvolvimentista que até hoje não foram respondidos.

A típica análise “para dentro” realizada pelos desenvolvimentistas não percebe como seus projetos são instrumentalizados pelo grande capital e ficam a ver navios com a degeneração do processo (principalmente seu setor à esquerda) e o aprofundamento da dependência que é o balanço que podemos fazer de 50 anos de hegemonia do desenvolvimentismo que não resultaram em uma burguesia nacionalista e nem democrática, ao contrário, demonstraram com a ditadura militar e neoliberalismo todo seu caráter reacionário. Por outro lado, pensar que o neoliberalismo só possa se expressar de uma única forma é uma maneira muito limitada de enxergar o processo histórico. A demanda pela continuidade de acúmulo de capitais gera a necessidade do capital se desenvolver e com ele sua ideologia de modernização, assim como o foi na década de 1930, só que na década de 1990 em outro patamar histórico e no início do século XXI também sob novas formas e pactos. O neoliberalismo não se coloca assim como dogma, podendo dar crias híbridas para assim melhor gerir o capital, de “social-liberalismo” ou “pós-consenso de Washington” a “Nova Cepal” e por aí vai, desde que mantidos os preceitos fundamentais da acumulação flexível. Portanto, “desenvolvimento” historicamente para as classes dominantes ora foi intervencionismo, ora foi liberalismo, ou um misto das duas políticas, e atualmente perpassa necessariamente pelo neoliberalismo e suas políticas fiscais, de flexibilização e de “competitividade”. Sendo assim, o PT hoje, queira ou não, encabeça uma arrojada linha do neoliberalismo que combina um eixo neoliberal com políticas complementares desenvolvimentistas, entre outras, e é o que veremos.

Capítulo III – A farsa anunciada: O PAC e a Petrobrás na lupa.

3.1 - O sentido histórico do governo do PT

A Carta ao Povo Brasileiro, assinada por Luís Inácio Lula da Silva em junho de 2002 é a nosso ver um documento chave para análise das transformações internas operadas no PT durante a década de 1990 e de sua integração cada vez maior às instituições burguesas (parlamento, Fóruns Tripartites etc.). A luta contra a “estagnação” e pelo “crescimento” se traduziu numa defesa do desenvolvimento capitalista e naquele momento histórico a crítica realizada na Carta ao modelo anterior (de FHC) apontado como esgotado, produtor de estagnação e de misérias, manteve um caráter vago e indeterminado, pelo simples fato de que Lula neste documento atestava antes mais nada um projeto de continuidade e não de ruptura. A manutenção das metas de inflação, a política fiscal visando o superávit primário e o câmbio flexível ficaram inalteradas, como o coração do tripé neoliberal (SAAD-FILHO, 2011). Para tal, ele deixou claro que todos os contratos seriam respeitados, que a estabilidade seria garantida e que todas as mudanças seriam realizadas em um quadro pacífico e democrático. Vejamos:

O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública. (DA SILVA, 2002, p. 2-3).

Acima vemos que elementos da concepção ideológica neoliberal, que foram chamadas por seus criadores de “reformas modernizantes” visando “aumentar nossa competitividade internacional”, se manifestam claramente nesta carta, assim como o apontamento dos programas assistenciais e desenvolvimentistas que dariam a tônica da propaganda petista nos próximos anos. As reformas trabalhista, tributária e previdenciária, de claro teor privatista e patronal, se misturam no mesmo parágrafo a uma vaga defesa da reforma agrária, enquanto reformas estruturais necessárias ao país. Ao contrário das outras, esta mesma reforma agrária ficou paralisada, quando não sofreu um claro ataque, como demonstra OLIVEIRA (2011), frente a um compromisso apontado como central: a constituição de uma nação exportadora, política essa que assume tamanha importância que já neste mesmo documento, antes de ser

eleito, o futuro presidente promete a criação da Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior diretamente vinculada à Presidência da República. Dessa forma, Lula demonstrava sua vinculação orgânica com o agronegócio e demais setores exportadores de *commodities*, fato que se confirmou numa clara barreira a qualquer tentativa de reforma agrária verdadeira ou reforma estrutural.

Essas políticas se enquadram em grande medida no que Gonçalves (2012) chama de Pós-Consenso de Washington (o que não equivale ao chamado “pós-neoliberalismo” defendido pelo petista Emir Sader, entre outros). Como vimos acima, o primeiro se constituiu como um movimento neoliberal reformista, que visa para a melhoria operativa do sistema construir medidas institucionais que controlem possíveis falhas do neoliberalismo desenfreado, sem transformar seus aspectos fundamentais. Da mesma forma, o novo desenvolvimentismo assume para este autor o mesmo sentido, fazendo uma série de concessões a políticas “eficientes” do Consenso de Washington, como defende Bresser, “mas indo mais além”. A seguinte frase de Lula, fazendo referência ao Governo anterior, revela bem esta perspectiva: “A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores” (DA SILVA, 2002, p.4).

Para muitos intelectuais e militantes do PT, o segundo mandato de Lula 2006-2010, representou a “grande virada” graças à aplicação de um projeto político baseado nas propostas do “Novo Desenvolvimentismo” (SAAD-FILHO, 2011). Naquele período muitos chegaram a afirmar que este era o fim do neoliberalismo no Brasil ou que nosso país havia atingido o status de um país de classe média, nas palavras da atual presidente Dilma Rousseff. O carro-chefe desta campanha conscientemente construída pelo PT foi o então lançado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), projetado para realizar uma série de investimentos e medidas institucionais entre os anos de 2007 a 2010. Os documentos deste programa fazem uma defesa em geral das principais políticas do Governo no campo econômico, social e de planejamento.

É impossível então falarmos sobre o PAC sem analisarmos, nem que seja brevemente, o conjunto das políticas do governo do PT, pois suas medidas atravessam uma ampla gama de setores, assim como os seus documentos (de lançamento e avaliação do PAC I) relacionam suas metas e medidas com as principais políticas macroeconômicas e sociais do governo. Não é nosso objetivo aqui aprofundar na análise do conjunto dos propagados “avanços” da política desenvolvimentista a nível geral, mas realizar uma crítica sintomática, apontando contradições nos seus argumentos centrais, fato que não deixa de ser fundamental para nossa

análise, que preza por apresentar a condição dependente da economia brasileira e seus impactos, ou pelo menos os seus sintomas nas mais diversas esferas da vida política e econômica do país.

A partir da leitura desses documentos do PAC (2007a, 2010) a impressão inicial que temos é que o Brasil, a partir do Governo Lula, passa a ser uma nação dotada de um projeto de desenvolvimento nacional que está caminhando claramente rumo à independência frente ao capital estrangeiro, com o pagamento da dívida externa, com crescimento da economia e do PIB, que tem proporcionado melhoria geral das condições de vida da população brasileira devido aos programas sociais e à valorização do salário mínimo, que com o PAC vai consolidar um programa de investimentos públicos que será responsável por gerar uma série de empregos e a criação de uma infraestrutura que dotará o país de uma economia forte e um grande mercado interno. Nada mais falso.

De início é importante pontuar as seguintes questões sobre a política macroeconômica do Governo Lula e do PAC: a) em seu programa não foi prevista e nem proposta nenhuma reforma estrutural; b) o Brasil manteve o tripé da política macro-econômica neoliberal: metas de inflação, câmbio flutuante e política fiscal visando manter o superávit primário, e isso o PAC reafirma com a proposta de Delfim Neto do Déficit Nominal Zero e congelamento de salários do setor público; c) o pagamento da dívida pública foi uma transferência da dívida externa para a dívida interna (o que aumentou a dívida e piorou as condições e os juros de pagamento) (GRENAMANN, 2007); d) as condições que possibilitaram o aumento do PIB neste período e o acúmulo de divisas que posicionou a balança comercial favorável ao “pagamento da dívida” foram garantidos pelos altos preços das *commodities* no mercado internacional, elemento que não possibilita estabilidade a longo prazo, como demonstra a análise abaixo:

No período 2003-2008, em que as taxas do PIB foram mais altas, ingênuos e mal intencionados apregoavam que a economia estava em franca recuperação; que havíamos superado nossos problemas; retomado os "fundamentos" etc..., com o que o capital externo voltava a ingressar. Não percebiam ou fingiam não perceber a ocorrência do "efeito China", que acelerou (mais em preços do que em quantidades) nossas exportações de alimentos e matérias-primas e de alguns produtos industriais. (CANO, 2009)

Essa política fica muito clara dado que os setores exportadores (centrados no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica) foram aqueles responsáveis por alavancar a economia na primeira década do século XXI e marcaram também a política de alianças deste Governo que pactuou principalmente com capital financeiro, suas novas frações rentistas, o grande capital agrário e industrial, que

ascendeu após o governo FHC e descontente com este (principalmente no que tange ao grau da abertura econômica e a política de juros), em um complexo arranjo dirigido pelo PT (BOITO JR, 2006, p.247). As frações médias da burguesia não foram privilegiadas neste grande pacto. Neste sentido, de acordo com Boito Jr., em 2005 havia 19 mil empresas exportadoras no Brasil; desse total apenas 800 eram responsáveis por 85% das exportações, e das quarenta maiores empresas brasileiras vinte duas eram estrangeiras (Ibidem, p. 252), demonstrando a ligação umbilical do capital estrangeiro nesta reconfiguração econômica. Na visão de Boito, o próprio perfil da indústria mudou, com declínio dos setores mais sofisticados e ascensão dos setores industriais que processam recursos naturais – minérios, papel e celulose, produtos alimentícios, dando razão à tese do NPEP. Por fim, aponta que os setores que mais lucraram neste ano de 2005 foram o siderúrgico, papel e celulose, financeiro, energia elétrica e telecomunicações, grandes beneficiados pelo PAC.

Ao lado disso, a política de privatizações que em termos gerais beneficiou a grande burguesia (nacional, estrangeiro, industrial e financeira) (Ibidem, p.241) não foi revertida em prol de “empresas estatais”, ao contrário foi aprofundada²⁷, se configurou principalmente pela privatização do âmbito da circulação capitalista (já que o setor produtivo já havia sido privatizado na década anterior), como bancos (do Ceará e Maranhão) e estradas, aeroportos, mas também as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, linhas de transmissão, o Campo de Libra, grande parte delas produzidas com investimentos públicos do PAC, para não falar nos fundos de pensão privados, privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e a extinção completa de empresas públicas sucateadas como a RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) e FRANAVE (Companhia Náutica São Francisco).

Neste mesmo período o Brasil fechou com os EUA uma série de acordos que previam a exportação de produtos industriais vinculados ao setor primário em troca da importação de produtos industriais e de serviços, que levantam uma grande questão (que não poderemos responder aqui totalmente): qual tipo de mercado interno foi construído na última década? Quanto à existência de um mercado de massas não há dúvida, mas quanto a um mercado “interno” no sentido clássico (com oferta da indústria nacional) não parece ser o que vem se confirmando. Quais foram as empresas beneficiadas com as políticas de crédito para eletrodomésticos, carros e microcomputadores? Por outro lado, a composição acionária e a vinculação ao mercado financeiro já coloca até mesmo o conceito de “burguesia nacional” em

²⁷ Pode-se se dizer que as privatizações foram responsáveis pelo beneficiamento do grande capital privado que foi a base das políticas de apoio do BNDES das empresas “campeãs nacionais”, nos setores da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas telefônicas, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias etc.

xeque. Mas vejamos a reportagem abaixo acerca do acordo firmando entre EUA e Brasil em 2007:

Durante encontro no dia 9 de março, em São Paulo, os dois presidentes firmaram parceria para o desenvolvimento de biocombustíveis. Na oportunidade, Lula também pediu a redução das tarifas impostas ao etanol brasileiro, atualmente fixadas em US\$ 0,54 por galão. Mais uma vez, Bush afirmou que os EUA podem fazer concessões, desde que tenham contrapartida. “Os EUA estão dispostos a reduzir os subsídios agrícolas de forma substancial”, disse. “Mas esperamos que nossos produtos e serviços - sejam agrícolas ou industriais - tenham acesso a mercados. O que nós não aceitaremos é um acordo unilateral.” As informações são do jornal O Estado de S. Paulo. (site G1 01/04/2007, 'É PLANO A OU NÃO HÁ ACORDO' SOBRE DOHA, DIZ LULA A BUSH).

É importante cruzarmos os dados porque neste período de 2006 a 2010 houve um investimento massivo de capital estrangeiro no Brasil, de acordo com o Banco Central²⁸: Em 1995, a participação de capital estrangeiro correspondia a 5% do PIB, subiu para 16% em 2000, para 18% em 2005, passando para 27% em 2010. O estoque de IED's atingiu em 2011 o valor de 688,588 bilhões, duas vezes mais que em 2005. O documento do PAC (2007a) aponta também que o total de crédito e mercado de capitais em 2006 se aproxima de 50% do total do PIB do País (33,7 crédito bancário e 14,3 de crédito mercantil). O mercado de capitais cresceu de 30 bilhões em 2000 para 130 bilhões em 2006. Estes dados revelam uma grande internacionalização e financeirização de nossa economia e tudo parece nos indicar que o PAC foi uma peça ou um produto central dessa articulação. No próximo tópico aprofundaremos esta questão.

Por outro lado, o discurso do consumo de massa (independente de qual país ou qual empresa estará lucrando com ele) foi apontado como reflexo da política de valorização salarial e de crédito e a partir disso o surgimento de uma nova classe média. É importante apontar que as noções de consumo e crédito são relativas historicamente de acordo com Osório (2012a), pois uma série de bens de consumo que antes eram bens suntuários (televisão, rádio, geladeira etc.) passaram a ser uma necessidade básica dentro da sociabilidade criada para a própria reprodução da força de trabalho, no que Marx chamou de elemento histórico e moral do valor da força de trabalho. Dessa forma, em um momento onde a remuneração do trabalhador não é acompanhada, no qual o trabalhador passa a sacrificar seu fundo de consumo presente ou futuro (através do crédito e do endividamento), ou de vida, como trabalhar redobrado, vender as férias, banco de horas, para ter acesso às mercadorias, se confirmando como uma remuneração abaixo das condições de reprodução, temos o aumento

²⁸ Informações retiradas da Agência Brasil: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-04-24/investimento-estrangeiro-direto-no-brasil-ficou-em-us-6886-bilhoes-ao-fim-de-2011>>.

da superexploração. Análise que parece se demonstrar bem compatível com a política creditícia do Governo Lula, que levou ao endividamento geral da população, obrigando o sacrifício do fundo de consumo futuro do trabalhador sob uma política de satisfação imediata que será paga em altos juros e lucros ao capital (possivelmente transnacional).

Já o surgimento de uma nova classe média remete a várias questões que de acordo com FERREIRA (2015) são extremamente problemáticas: 1) o conceito “classe média” não é dotado de um caráter científico dentro das teorias das classes sociais (Ibidem, p.24); b) a partir da elaboração da Curva Marini/Gunder-Frank (Curva MGF) vemos que “O segredo do “boom” brasileiro e a mágica do crescimento da classe média brasileira está aí. Numa mudança do piso e teto da definição de classe média. Não são as famílias que têm mobilidade, são os critérios de estratificação” (Ibidem, p.29); c) por último, quais são as condições de trabalho desta “nova classe média”? Nos últimos dez anos podemos falar de um aumento massivo da terceirização; além disso, os propagados 8,2 milhões de empregos temporários criados pelo PAC I e II, dão sinal de esgotamento (ou seja demissão em massa) e obviamente se constituem em péssimas condições de trabalho e vida (vide as revoltas e greves por melhores condições de trabalho e vida em Jirau, Suape, Comperj, Pecem, Abreu e Lima, ou as revoltas indígenas em todo o país).

Por fim, as políticas sociais de acordo com NETTO (2012) não foram nem de longe abolidas pelo avanço do neoliberalismo, ao contrário é perceptível nos últimos 20 anos uma ampliação a nível mundial destas ações voltadas para o campo chamado da “exclusão social”, “nova pobreza”. O que mudou foram o perfil, o alcance e a intencionalidade destas políticas sociais, que se tornaram focalizadas, seletivas e compensatórias, diferente de políticas sociais universalizantes. A partir do final da década de 1990, as agências elaboradoras do Consenso Washington (FMI, BM, BID) passam a recomendar mundialmente estas políticas sociais do tipo “Fome Zero” e “Bolsa Família”. Estas proposições já eram expressas no Governo FHC através do programa “Comunidade Solidária” de 1995 (que inspiraria programas de Lula), sendo o Brasil no final do século XX o 2º país com maior número de assistentes sociais, ficando atrás apenas dos EUA.

Tais políticas executadas pelo governo do PT, ao contrário de um difundido senso-comum, não significam “traições”, entendido enquanto um desvio moral, mas sim a concretização da política guiada por uma teoria etapista aplicada em um país dependente semiperiférico como o Brasil, calcada na análise deste partido que considerava a estagnação

econômica como o principal inimigo a ser combatido²⁹, objetivando gerar o crescimento a partir do desenvolvimento capitalista e a conquista do poder político, visando a redução das desigualdades sociais. Esta perspectiva foi responsável pela colaboração de classe e integração total do PT a estruturas de Estado. Apesar disso, tal política não é nova na esquerda e guarda relação com o velho colaboracionismo de classe do PCB³⁰ e sua teoria, expressado principalmente na década de 1950. Ao invés de semifeudalidade, agora a estagnação deveria ser superada, em aliança aos setores da burguesia progressista, tudo em nome do desenvolvimento e da modernização capitalista.

O Governo do PT cumpriu então o papel histórico de finalizar a transição neoliberal no Brasil de maneira pactuada. Mantendo alicerces da política macroeconômica do Governo anterior, avançou e aperfeiçoou o processo de privatização da circulação/serviços (já que a produção já o tinha sido na década anterior) aplicando contra-reformas fundamentais deste modelo ao qual outros governos sofreriam resistências maiores. Dessa forma, o movimento orquestrado pelo PT na primeira década do século XXI não se confirma enquanto resultado de uma política independente, “nacional”, de enfrentamento ao imperialismo, mas ao contrário de uma ação coordenada com ele que: a) se valeu da utilização da liquidez internacional, alto preço das commodities, conjugando tais ações com a criação de um mercado de massas para a indústria imperialista (via pequeno aumento real do salário mínimo e crédito/endividamento); b) fusão acionária e organizativa de grandes grupos nacionais e internacionais (empresas Friboi, BRF Foods, Fíbria etc.); c) investimento em projetos de infraestrutura (como o PAC e o IIRSA) visando beneficiar as empreiteiras (OAS, Odebrecht, Camargo Correa, Queiroz Galvão etc.) que aprofundam o padrão exportador de especialização produtiva (com transporte, escoamento e venda de mercadorias de baixa incorporação tecnológica – soja, carne, cana, minérios e petróleo cru); d) amortização da miséria e pacificação da luta de classes. Esses foram os principais legados do PT. Que a cada dia demonstram seus limites.

3.2 - O PAC e o governo do PT

Lançado em 22 de janeiro de 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi anunciado pelo Governo e seus porta-vozes como uma transformação na política de planejamento do país, que na opinião destes estava paralisada há mais de 30 anos, sem um

²⁹ Programa de Governo da Coligação Lula Presidente – Um Brasil para Todos. Crescimento, Emprego e Inclusão social (2002).

³⁰ O fato de pregar a aliança entre operariado e a burguesia nacional contra os setores atrasados da economia, semifeudais, não impediram que o PCB chegasse a propor uma aliança com o latifúndio em 1958, demonstrando sua degeneração completa, como aponta MARTINS (1981) em “Camponeses e a Política no Brasil”.

projeto estratégico de investimentos em infraestrutura, metas de longo e curto prazo e seu monitoramento. Um olhar mais atento, porém, nos faz analisar que na década de 1990 o Programa Avança Brasil, defendido por FHC em seu segundo mandato, foi também um projeto que previa investimentos em infraestrutura de transportes, energia e comunicações, com etapas programas para 2000-2003 e 2004 e 2007. Os objetivos também eram eliminar os gargalos da produção no país, na redução do custo Brasil e aumentar a competitividade internacional. Neste processo o Estado liderou os investimentos. Para OLIVEIRA (2013) são inegáveis as continuidades entre estes dois programas. Não entrando neste mérito, neste tópico nos concentraremos na análise do PAC 1 e suas principais políticas para o setor energético.

O PAC é então um programa plurianual de investimento, sobretudo em energia e transporte, que articulou o investimento público com o investimento das empresas estatais e privadas especialmente através de concessões em infraestrutura e uma forte expansão do crédito para investimento, principalmente pelo setor bancário público. Em seus documentos aponta como nunca antes o país se manteve dentro da meta inflacionária estabelecida em 1999, em relação a 2007. Analisa que política de austeridade fiscal (reformas neoliberais) e os superávits primários praticados nos anos 2003 a 2006 foram responsável pelo equilíbrio das contas e diminuição da dívida líquida do setor público, fator que gera condições para um grande programa de investimentos, colocando que “o desafio da política econômica em 2007-2010 é aproveitar o momento histórico favorável” (PAC 2007a, p.4). Defende a importância das políticas fiscais que levarão a “uma redução da carga tributária no montante de aproximadamente R\$ 6,6 bilhões em 2007, beneficiando os setores industriais de bens de capital, edificação de infra-estrutura e construção civil”(Ibidem).

O PAC I foi dividido então em cinco blocos de medidas: 1) Investimento em Infraestrutura; 2) Estímulo ao Crédito e Financiamento; 3) Melhora do ambiente de investimento; 4) Desoneração e aperfeiçoamento do Sistema Tributário; 5) Medidas Fiscais de Longo Prazo. Dentro do primeiro e mais importante bloco, o de **Investimento em Infraestrutura** foram previstos cerca de 503,9 bilhões de reais (R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo central e R\$ 436, bilhões provenientes das estatais federais e do setor privado) divididos em três eixos: **a) Logística** (58, 3 bilhões) para rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; **b) Energia** (274,8 bilhões) para geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis

e **c) Infraestrutura social** (170,8 bi) saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos.

Os gastos do PAC, de acordo com ÁVILA (2007), provém 274 bilhões para a Energia de empresas públicas e principalmente da Petrobrás, cujos investimentos já estavam previstos antes do PAC e outras fontes fora do orçamento geral da União (p. 5), outros 146 bilhões são financiamentos a empresas e pessoas físicas que realizaram a construção de Habitações e Saneamento, e 58,2 bilhões para transporte em obras que já estavam previstas no Plano Plurianual de Investimentos (2004-2007). A única fonte adicional relevante do Orçamento Geral da União é o PPI, que fornecerá 52 bilhões para os próximos 4 anos, os quais não são contabilizados no cálculo do superávit primário, e por imposição do FMI só podem ser investidos onde existe retorno financeiro, sendo aplicados em sua maioria no setor de transportes e retornando através da privatização e dos pedágios.

Para a aplicação do programa foi criado em 2007 o **Comitê Gestor do PAC (CGPAC)**, composto pelos Ministros da Casa Civil (Dilma Rousseff), da Fazenda (Guido Mantega) e do Planejamento (Paulo Bernardo), com a finalidade de coordenar a implementação do PAC; foi então criado o Grupo Executivo do PAC (GEPAC), composto pela Subchefia de Articulação e Monitoramento, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégico e Secretaria Nacional do Tesouro, com a finalidade de estabelecer metas e acompanhar a implementação do PAC. Mirian Belchior ocupou neste período a secretaria executiva do PAC, sendo uma de suas principais portavozes.

Dentre as medidas institucionais gostaríamos de destacar os objetivos de quatro delas, lembrando que todas apontam políticas concretas de aplicação (medidas provisórias e projetos de leis previstos em documento). Dentro do **Estímulo ao crédito** é apontado o seguinte: o estímulo ao crédito e o mercado de capitais é central para o desenvolvimento econômico. Os principais são o crédito habitacional e crédito de longo prazo pra investimento em infraestrutura (o total de crédito e mercado de capitais em 2006 se aproxima de 50% do total do PIB do país, revelando o aumento da financeirização da economia). Quanto às medidas de **Melhora do ambiente de investimento**, são destinadas a agilizar e facilitar a implementação de investimentos em infraestrutura, sobretudo no que se refere à questão ambiental, bem como medidas de aperfeiçoamento do marco regulatório e do sistema de defesa da concorrência (no geral são medidas que visam impedir barreiras protecionistas ou ambientais proporcionando o livre comércio e a livre exploração das riquezas naturais). **Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário:** nesse sentido, o PAC contempla medidas de aperfeiçoamento do

sistema tributário, bem como medidas de desoneração do investimento, sobretudo em infraestrutura e construção civil, para incentivar o aumento do investimento privado (aqui está uma série de medidas que visam desonerar as empresas nacionais e internacionais que produzem no país, no que tange aos impostos do COFINS, PIS, IPI, CIDE, IPRJ, principalmente no setor de infraestrutura, tv digital, microcomputadores e pequenas empresas - vide o Supersimples, reforma tributária entre outras). **Medidas Fiscais de Longo Prazo:** controle da expansão da despesa de pessoal, valorização do salário mínimo, Fórum Nacional da Previdência Social, medidas de modernização das licitações (visando diminuir os gastos públicos com salários, diminuir “entraves” nas licitações e aprofundar a reforma da previdência).

Para Grenemann (2007) o PAC representa o Estado mínimo para o trabalho e o Estado agigantado para o capital (do qual a política de juros é um exemplo privilegiado). Aponta que nas trinta e sete medidas apresentadas pelo programa, os eixos do que será a intervenção estatal: o desenvolvimento foi reduzido ao desenvolvimento econômico, ao crescimento e à aceleração da acumulação capitalista, em estreita consonância com o entendimento da economia burguesa sobre as funções que cabe ao Estado desenvolver (Ibidem, p. 9). Os objetivos reais perpassam, então, o consumo de massas, visando combater o subconsumo na perspectiva do capital, desencalhando as mercadorias para realizar a mais-valia que portam. Visa também a execução de infra-estrutura para o capital e subsídios para potencializar o investimento privado, às custas do congelamento salarial (dos servidores), da Previdência e da Seguridade Social. (Ibidem, p. 10). Na visão da autora os impostos sobre o capital e a seguridade foram conquistas que os trabalhadores conseguiram em momento de ascenso de suas lutas, como na década de 80, e algumas reformas incluídas na constituição. Dessa forma, “Desonerar, como pretendemos deixar claro, é desresponsabilizar o capital de devolver ao trabalho uma pequena porção de mais-valia do muito que o capital retira com o sobretrabalho, nos processos de produção de mercadoria” (Ibidem, p. 11).

No que tange à infraestrutura o PAC (2007a) visa em grande parte recuperar uma infraestrutura já existente, como demonstra o trecho: “Em busca de resultados mais rápidos, o governo optou por recuperar a infra-estrutura existente, concluir projetos em andamento e buscar novos projetos com forte potencial”(Ibidem, p. 15). Prevê a parceria com setor privado, que dará origem às privatizações, como vimos no tópico anterior: “Um programa dessa magnitude só é possível por meio de parcerias entre o setor público e o investidor privado” (Id., p. 15). E para o setor energético anuncia: “instalação de quatro novas unidades

de refinós ou petroquímicas, construção de 4.526 quilômetros de gasodutos e instalação 46 novas usinas de produção de biodiesel e de 77 usinas de etanol”(Id.,16). Os gráficos abaixo (Ibidem, p. 16 e 26) demonstram a divisão do investimento em infraestrutura por região e setor:

PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA 2007-2010				
R\$ bilhões				
REGIÃO	LOGÍSTICA	ENERGÉTICA	SOCIAL E URBANA	TOTAL
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional *	28,4	101,7	50,4	180,5
TOTAL	58,3	274,8	170,8	503,9

* Projetos de característica nacional, que não estão localizados em uma única região

PREVISÃO TOTAL DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA				
Programas	Investimentos (R\$ bilhões)			
	2007	2008-10	TOTAL	Após 2010
Geração de Energia Elétrica	11,5	54,4	65,9	20,7
Transmissão de Energia Elétrica	4,3	8,2	12,5	3,4
Petróleo e Gás Natural	35,9	143,1	179,0	138,1
Combustíveis Renováveis	3,3	14,1	17,4	27,0
TOTAL	55,0	219,8	274,8	189,2

Tais gráficos demonstram duas questões importantes: 1º) O Sudeste permanece sendo o centro dos maiores investimentos infraestrutura do país (130 bilhões do total), reproduzindo as clássicas tendências de benefício desta região. Dessa forma, e o que já era esperado o

programa se adequa e reforça esta lógica de concentração das atividades econômicas; 2º) O grosso das verbas do setor com maior investimento do PAC, o energético, se encontra no setor de petróleo e gás natural, com 179, bilhões; o mesmo se repete neste campo com o Sudeste, tendo 80,8% (as outras regiões não atingem nem a metade disso) de investimento no setor energético ficando atrás apenas de Projeto Nacionais, com 101,7 bilhões.

Ainda que mundialmente sejam apontadas tendências para a redução da utilização dos combustíveis fósseis e a expansão do biocombustível, de acordo com ROSA (2013) os combustíveis fósseis (com o petróleo à frente, depois o carvão mineral e por último o gás natural) ainda representam 75% do consumo mundial, sendo apenas 13% representados pelas fontes renováveis (Ibidem, p. 175). Neste sentido o governo brasileiro e Petrobrás ao mesmo tempo pretendem triplicar a sua produção de petróleo e aprofundar este modelo de exploração, como indica a medida tomada em 2012 pela equipe econômica de Dilma Rousseff para a redução zero da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para petróleo e derivados (VIOLA E FRANCHINI, 2012). Dessa forma, o petróleo continua sendo importante elemento da disputa geopolítica mundial e compondo fatias maiores da economia brasileira; por outro lado, diversas crises se avizinham neste setor, seja devido à baixa capacidade das refinarias e indústrias de transformação, que vem gerando déficits gigantescos para a Petrobrás com a importação de produtos básicos (como gasolina), seja pela diminuição da demanda internacional que vem gerando crises de preços que beneficiam os países compradores (centrais), entre outros elementos que analisaremos à frente.

Dessa forma, a imagem que temos do PAC agora após esta análise é de um grande balcão de negócios estrategicamente planejado pelo Estado, visando proporcionar um aumento significativo de acumulação de capital privado a nível nacional e internacional, reafirmando a inserção do Brasil em um padrão exportador de especialização produtiva, assumindo a extração e produção de petróleo cru um papel cada vez mais importante. Marini aponta o papel fundamental do investimento Estatal nas economias dependentes para as diversas formas de repasse de mais-valia e aprofundamento da superexploração do trabalho, criando condições como a desoneração do capital, construção de infraestrutura, dentre outras formas:

Neste último caso, estão aqueles gastos que o Estado realiza para tornar mais rentável o investimento privado (infraestrutura etc.), as subvenções diretas ou indiretas ao capital privado. As subvenções indiretas podem tomar várias formas, por exemplo as isenções de impostos ou a manipulação de preços. Assim, se o Estado produz petróleo, matéria prima fundamental na indústria, e o vende para os capitalistas privados a preços baixos, de fato está transferindo a estes parte da mais-valia que continha. (MARINI, 2012, p. 24)

3.3 - O PAC e o IIRSA

Para entendermos o papel do PAC no aprofundamento das condições de dependência da sociedade brasileira e a estratégia global do Imperialismo para América Latina, é fundamental entendermos a sua articulação com a Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA). Partimos da hipótese de que o PAC é uma versão nacional da IIRSA (LEHER, 2007), e esta por sua vez está intimamente vinculada ao Plano Puebla-Panamá, que juntos compõem uma mesma estratégia do imperialismo norte-americano, visando aplicar sob outras nomenclaturas projetos fundamentais de infraestrutura que outrora foram vinculados à “finada” ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), tratado reconhecidamente prejudicial aos povos do continente, que recebeu críticas inclusive internas nos EUA (principalmente de pequenos agricultores e setores vinculados à produção do aço) (Ibidem, p. 5) sendo “barrado” na Cúpula das Américas de 2005 no Uruguai. Ao que indica, sua implementação vem agora assumindo um caráter orgânico (acoplando as burguesias locais) e aperfeiçoado (sem causar estardalhaço).

Neste sentido aponta SEVERO (2012):

A IIRSA foi criada em 1990 sob a orientação do “Regionalismo Aberto” da CEPAL e do “Novo Regionalismo” do BID. A iniciativa funcionaria como a espinha dorsal da proposta estadunidense de anexação continental, a chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A proposta da IIRSA, que continuou existindo apesar do enterro da ALCA em Mar del Plata (IV Cumbre de las Américas), em 2005, se concentrou no fortalecimento de “corredores de exportação”, aprofundando ainda mais a condição de nossos países como vendedores de mercadorias de baixo valor agregado para os centros industriais. A mudança atual está na criação do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Consiplan) dentro da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). (Ibidem, P. 155)

Dessa maneira a IIRSA continua avançando. Iniciada no ano de 2000 em reunião convocada por Fernando Henrique Cardoso em Brasília, contou com a participação de presidentes da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela, Suriname, Guiana, Equador, Paraguai e Uruguai, e com o apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF,) do Banco Mundial e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e BNDES. O objetivo era discutir o documento “Um novo impulso à infraestrutura regional na América do Sul” produzido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tinha por eixos: a) construção de uma visão de infraestrutura comum entre os Estados Nacionais; b) adoção do conceito de Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID’s); e c) carteira de projetos comuns e marcos regulatórios compatíveis com a circulação entre os países (OLIVEIRA, GONÇALVES E RAMOS FILHO, 2013).

De acordo com Oliveira, Gonçalves e Ramos Filho (2013) o ponto (B) “Eixos de Integração e Desenvolvimento” (EID), difere do paradigma de “Polos de Desenvolvimento” presente em projetos desenvolvimentistas anteriores, trabalha então com a construção de Corredores Estratégicos de Desenvolvimento organizados em espaços e áreas de influência transnacionais, assentando a malha da cadeia produtiva de forma multimodal e interconectada, centrada nos setores de transporte, energia e comunicações (Ibidem, p. 278), concepção que já estava presente no Programa Avança Brasil de FHC e reaparece novamente no PAC. Entre os 510 megaprojetos (IIRSA) programados para o subcontinente sul-americano, 86 foram previstos para serem implantados no Brasil, dentre os quais 36 são os mesmos projetos previstos no PAC (41%). O objetivo principal destes projetos é encurtar a ligação bi-oceânica Atlântico e Pacífico (visando o comércio com a Ásia), da Patagônia a América Central (visando comércio com EUA e Canadá), se articulando com o plano Puebla-Panamá (ou Plano Mesoamérica), compondo uma única estratégia de circulação do capital transnacional.

Tais obras se interconectam de três maneiras principais (Ibidem): 1) sobreposição de megaprojetos IIRSA—PAC (36); 2) Complementariedade dos megaprojetos PAC-IIRSA e 3) complementariedade expansiva de megaprojetos PAC– IIRSA (Id., p. 291). Na primeira é a pura e simples transposição de projetos, ou seja, são apontados 36 projetos iguais na carteira do PAC que correspondem a demandas da IIRSA. No segundo caso é quando o PAC prevê uma parte de um projeto e a IIRSA a outra, mas fazendo parte de uma mesma intervenção, por exemplo, de uma rodovia trecho A a B (PAC) e outro B a C (IIRSA). No terceiro ponto se integram regiões que o PAC e o governo brasileiro visam incluir nos EID’s do IIRSA, como as regiões Nordeste e Centro-Oeste, vide o pedido feito em 2011 ao Grupo Técnico Executivo da IIRSA (id, p.295).

TAUTZ neste sentido defende que as hidrelétricas do Rio Madeira, projetos do PAC, Jirau, Santo Antônio e sua Hidrovia, são as mais caras ao IIRSA:

Entre os 18 projetos do Eixo Brasil, Peru, Bolívia, oito estão relacionados ao Rio Madeira (Roraima) – da construção das hidrelétricas às eclusas para torná-lo navegável e transformá-lo em um corredor internacional de grãos que seriam plantados em áreas de floresta e no entorno. [...] O BNDES lidera uma articulação para fornecer perto de 80% dos cerca de US\$ 6 bilhões ao Consórcio Madeira Energia (Furnas, Odebrecht, Cemig, Andrade Gutierrez e o banco espanhol Santander) que está construindo a usina Santo Antônio. (TAUTZ, 2009)

As ligações do PAC-IIRSA demonstram como projetos nacionais de desenvolvimento estão sendo instrumentalizados pelo capital imperialista, em aliança com a burguesia nacional destes respectivos países, de forma que trabalhar para um é aprofundar o outro. Assim, vemos novamente e com grande atualidade o que Gunder Frank chamou de “desenvolvimento do

subdesenvolvimento”. Na breve análise que realizamos do capitalismo dependente latino-americano e das correntes nacional-desenvolvimentistas, nos parece evidente que enquanto elemento da ideologia burguesa o “desenvolvimentismo” apareça sempre como uma panaceia expressa em uma série de programas para o desenvolvimento, desde os Blocos de Investimento de Getúlio Vargas, do Plano de Metas de Juscelino Kubstichek, os PND’s I e II da Ditadura Civil-Militar, o Programa Avança Brasil de FHC e agora o PAC I e II de Lula e Dilma. Ainda que com especificidades e em diferentes conjunturas, todos visavam legitimar seus projetos burgueses e mobilizar/cooptar setores populares na afirmação da “nação”, ocultando seu principal pressuposto, provado pela luta de classes, de que desenvolver o capitalismo é desenvolver a exploração.

3.4 - A Petrobrás na lupa: o que realmente está em jogo?

Fundada em 1953, pelo o então presidente Getúlio Vargas, a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás é maior petrolífera do país e a 4ª maior empresa do ramo energético no mundo³¹. A sociedade anônima de capital aberto (economia mista) está presente em cerca de 18 países e foi alvo nos últimos anos de intensas campanhas, sejam elas positivas ou negativas, chegando nos últimos meses ao centro da mídia nacional devido à crise financeira e institucional deslanchada pela Operação Lava a Jato, relativa à investigação de desvio de dinheiro e propina envolvendo os principais dirigentes da petrolífera, membros de partidos políticos e empresas. O que nos chama a atenção é que, apesar destes últimos fatos, a empresa parecia viver até 2013 tempos áureos, sendo apresentada pelo governo do PT como a “galinha dos ovos de ouro” do Brasil e o principal alvo de investimentos do PAC.

Tais fatos fazem-nos perguntar: o que está ocorrendo e o que está por trás dessa crise? O que realmente está em jogo na Petrobrás? Veículos tradicionais da mídia conservadora e neoliberal, como a Revista Veja, apontam para a causa de tal crise “a ingerência estatal e a corrupção decorrente desta”, defendendo a privatização total da empresa como a solução (Constantino, 02/06/15). O governo se defende dizendo que “a direita golpista está tramando” contra a empresa estatal que seria o motor do desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro. Acreditamos que nenhuma e nem outra resposta contenham o verdadeiro motivo do que está em jogo e representam na verdade saídas distintas de diferentes blocos da burguesia que lutam pela manutenção de seu poder.

³¹ Conforme dados da consultoria PFC Energy

A declaração do ex-presidente da empresa Paulo Roberto Costa (G1, 05/05/15) em seu quarto depoimento na CPI da Petrobrás apresenta grande importância: “Fiquem com esse número na cabeça: Lava Jato é 10% do rombo da Petrobrás” apontando que o grande problema se encontrava na verdade na política de segurar os preços dos combustíveis realizada pela gestão petista, dado o aumento constante dos custos com a importação de gasolina, gerando um déficit de mais de 60 bilhões. Esta declaração, trabalhada superficialmente pela mídia burguesa e por tais gestores, faz concluir que o problema foi o “populismo do PT”, caindo no argumento elitista de que o correto seria aumentar os preços para quitar as dívidas, desconsiderando todos os impactos nas condições de vida dos trabalhadores, resultando na inflação em todos os setores.

A grande questão é que tal crise nos remete a um indício de como a cadeia petrolífera brasileira possui um problema estrutural, a sua condição dependente, na qual a produção não se volta para o mercado interno e a satisfação de seus interesses e sim essencialmente se volta para um fim exportador, chegando a ter de importar produtos básicos como a gasolina, dentre outros, (de acordo com o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Em 2014 o Brasil aumentará em mais 140% os custos com a importação de combustíveis até 2020³², por não possuir capacidade produtiva suficiente para abastecer o mercado brasileiro. Dessa forma, a Petrobrás se configurou no último período na 4ª maior empresa mundial do ramo, alcançou a autossuficiência na extração e produção de petróleo, possui tecnologia de ponta para extração em águas profundas, mas é altamente defasada no setor secundário e terciário da cadeia produtiva do setor, para não se falar na sua indústria de transformação.

Nos tópicos abaixo veremos como o discurso governista e da oposição de direita caem por terra frente aos verdadeiros interesses e políticas por trás da condição dependente da Petrobrás, e como as políticas desenvolvimentistas para o setor não modificaram, mas ao contrário, indicam aprofundar tal condição. Neste sentido veremos que muitas outras questões são invisibilizadas pelo discurso da mídia e do Governo, como a superexploração dos trabalhadores terceirizados e os acidentes de trabalho, a composição acionária da empresa e a ilusão dos royalties, os novos modelos de partilha e sua eficiência para o capital.

a) Pré-sal, PAC e a cadeia petrolífera

Em dezembro de 2004 a sonda de perfuração Parati mergulhou 7,600 metros tentando encontrar jazidas de petróleo, frustrando técnicos da Petrobrás dado seus exíguos resultados. A operação fruto de gigantesca análise sísmica 3D teve base em estudos geológicos que

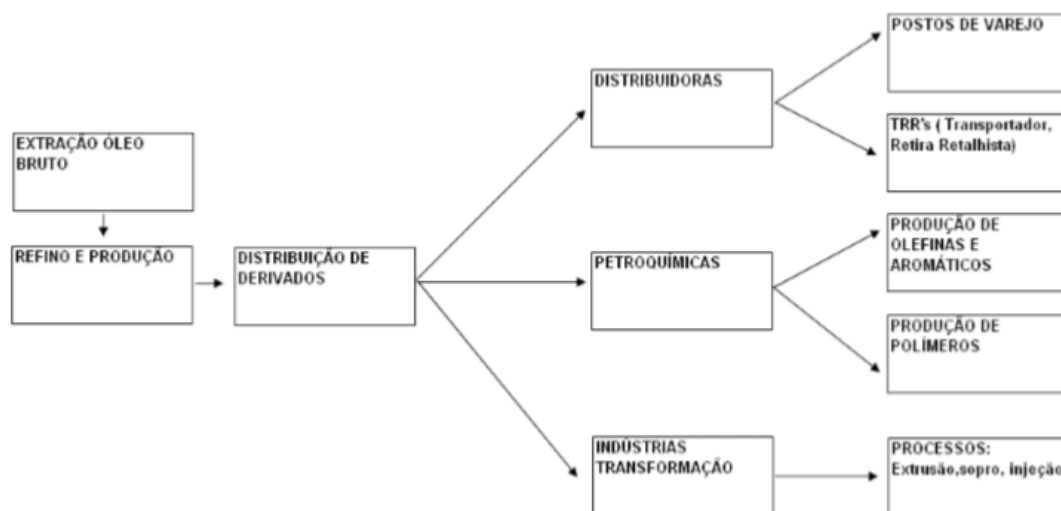
³² G1, 25/02/2014. Disponível: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/02/petrobras-gastara-140-mais-com-importacao-de-combustivel-ate-2020.html>

apontavam que naquele perímetro a cerca de 300km da costa brasileira, onde se processou a separação continental e, outrora abundante em matéria orgânica, era rico em campos petrolíferos. Em março de 2006 uma nova busca chegou ao Campo de Tupi (hoje, Campo Lula) na Bacia de Santos, até aquele período o maior já descoberto no Brasil, com capacidade para produzir de 5 a 8 bilhões de barris de óleo de alta qualidade (leve e intermediário). A partir dele, houve a descoberta da província do Pré-Sal, com abrangência de 800km de extensão e 200km de largura, indo do litoral catarinense ao estado do Espírito Santo. Abaixo de 5 km de mar e de 2 mil metros de sal, estima-se atualmente uma reserva total de 20 a 33 bilhões de barris de óleo e gás, colocando o país, em 2013, na 15ª posição no ranking mundial de países com as maiores reservas provadas de petróleo.

Tal descoberta construiu no seio das propostas desenvolvimentistas do governo Lula e Dilma um verdadeiro castelo de cartas, logo assumindo destaque no noticiário nacional e nos projetos governistas. Alguns dos principais objetivos do investimento no setor, anunciados por Lula da Silva e Miriam Belchior, eram a conquista da autossuficiência na produção de petróleo, ou seja, quando esse volume produzido alcança a demanda de combustíveis consumidos no país, que foi anunciada ter sido atingida em 2006 e perdida em 2011 de acordo com o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), e também a autossuficiência em processamento de derivados, que seria alcançada só em 2020. Para tanto, previa a duplicação da produção e venda de barris, atualmente cerca de 2,1 milhões por dia (2,7% da produção mundial), visando em 2020 alcançar a meta de 4,2 milhões bpd. Para isso a Petrobrás deveria deixar sua condição majoritária de exportadora de óleo cru e transformar sua estrutura produtiva.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEPR) a cadeia produtiva de petróleo pode ser dividida em quatro grandes blocos: a) **Exploração:** extração de líquidos de gás natural, etano e propano e petróleo; b) **Refino:** gasolina, óleo diesel, querosene, bunker e nafta; c) **Indústria petroquímica:** produção de olefinas e aromáticos-olefinas, eteno e propeno, aromáticos e P-xileno, produção de polímeros- polietileno, polipropileno, estireno/ OS, PTA/ PET e AA/ SAP. d) **Indústria de transformação:** embalagens, filmes, componentes automotivos, fios, tubos, cabos, eletrodomésticos e fibras. Comumente divididos em atividades chamadas: **a) Upstream** – Em que se encontram atividades correlatas à exploração e produção do óleo propriamente dito; e **b) Downstream** ou abastecimento - Caracterizado pelas atividades de transporte, refino, distribuição e comercialização, como demonstra o gráfico abaixo:

4. Diagrama Simplificado da Cadeia



Fonte: Petrobrás

Como vimos acima, um ano depois da descoberta do Pré-Sal, em 2007, o setor energético entraria com destaque no PAC, com 274 bilhões, reservado 179 bi para o setor de hidrocarbonetos, cabendo à Petrobras, sozinha, responder por R\$ 171,7 bilhões dos investimentos. No PAC foram incluídos então 183 projetos que já pertenciam ao planejamento estratégico da Petrobrás 2007-2011 (PETROBRAS, 2007), corroborando a tese do programa ser uma estratégia de marketing para dar visibilidade a projetos que em sua grande maioria já existiam e alguns novos de lambuja. De acordo com documento do PAC: 93,4 bilhões se destinariam à exploração e produção do petróleo cru, o setor de refino e petroquímica dividiriam juntos 45,2 bi e o gás natural com 40,4 bi (PAC, p. 39), revelando a centralidade as atividades “Upstream” e de forma secundária o investimento no refino e nas indústrias petroquímicas.

De acordo com o 11º Balanço Completo do PAC 1 (2010), os investimentos totais aumentaram da primeira previsão de 503,9 bilhões para R\$ 657,4 bi, sendo executados pelo programa cerca de R\$ 619 bi até 31 de dezembro de 2010, representando 94,1% do valor total. Apesar disso, no mesmo documento (p. 3 e p. 34) afirma-se que os empreendimentos concluídos no âmbito do PAC totalizaram R\$ 444 bilhões até dezembro de 2010, ou seja, 67,5% do valor total apresentado após o incremento no investimento. O documento explica que 115 bilhões (do total) já estavam previstos para depois de 2010, sendo então na verdade previstos para este ano R\$ 541,8 bilhões. Ainda assim parece haver uma dicotomia entre os “investimentos executados” (619BI) e os “empreendimentos concluídos” (444BI), dado que o

documento não deixa claro qual a diferença entre os dois conceitos e o porquê dessa distorção.

No eixo “Energia” o documento (Ibidem) afirma que as ações concluídas atingiram R\$ 148,5 bilhões em dezembro, muito abaixo dos 274 bi previstos, o que pelo critério de quantidade representa 61% das ações acompanhadas neste eixo, com 705 ações ao todo (Ibidem, p.98), tendo destaque para os R\$ 114,8 bilhões investidos em petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, divididos até 2010 no setor petrolífero especificamente em: a) campos de petróleo e gás natural: 57,1 bilhões; b) Refino – 16 empreendimentos – R\$ 23,6 bilhões; c) Petroquímicas – R\$ 2,1 bilhões e d) HBIO – 256 mil m³/ano – R\$ 55,3 milhões (p. 37). O setor de petróleo realizou por volta de 83,3 bilhões dos investimentos (levando em consideração a existência de dados misturados), menos da metade do previsto até 2010 (cerca de 179bi).

O PAC (2010) concluiu então no setor de Petróleo, a partir das informações oficiais, a descoberta de 12 novos campos petrolíferos no Pré-Sal (com capacidade aproximada de 22 a 33 bilhões de barris de óleo e gás) e a construção de 12 plataformas em operação³³. Foram perfurados 629 poços exploratórios: a) Terra – 378 poços; b) Mar – 251 poços, dos quais 76 atingiram a zona do Pré-Sal. Associado a este setor esteve também a indústria naval, com saldo de 6 estaleiros concluídos e outros 11 em construção (para atender a indústria de petróleo e gás do pac), com ampliação da frota nacional de transporte petroleiro (42 novos navios de transporte marítimo, 26 novos navios até 2012, 15 entregues até 2010), contratação de 2 superpetroleiros, com investimento de 4,1 bi até 2010 e 5 bi após 2010.

No setor de Refino e Petroquímica estavam previstas a aplicação das seguintes iniciativas (todas em parceria com o setor privado): **a) Complexo Petroquímico de SUAPE** (Ipojuca - Pernambuco) composto pela Refinaria Abreu Lima (RENEST), com capacidade para o refino de 200 mil barris por dia, o Polo Têxtil do Nordeste, a Petroquímica Suape (Planta para produção de 550 mil toneladas/ano de PTA - Ácido Tereftálico Purificado), o Estaleiro Atlântico Sul (indústria naval, previsto no PAC 2) e a modernização do Porto Suape (superporto já existente destinado à exportação). Os investimentos previstos até 2010 são cerca de 7,47 bilhões. **b) Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)** com capacidade para processar cerca de 150 mil barris de petróleo pesado por dia, com investimentos totais de R\$ 21 bilhões (R\$ 8,2 bilhões até 2010), sendo a maior obra individual da Petrobrás. Os principais produtos produzidos pelo complexo na primeira

³³ PRA 1, P-51, P-52, P-53, P-54, P-57, FPSO-RJ, Manati, Golfinho II, Piranema, FPSO Cidade de Niterói, FPSO Frade, FPSO Espírito Santo e FPSO São Mateus (Ibidem, p.130).

geração são óleo diesel, eteno, propeno, benzeno, paraxileno e butadieno; na segunda geração destacam-se os polietileno, polipropileno, PET, PTA, etilenoglicol e estireno³⁴. **c) Complexo Acrílico da REGAP – MG:** Destinado à produção de Ácido Acrílico, Investimentos de R\$ 1,3 bilhão e conclusão prevista para 2011. **d) Polipropileno Paulínia S.A. (PPSA):** Unidade de produção de polipropileno (PP), localizada em Paulínia (SP), com capacidade inicial de produção de 300 mil toneladas/ano, com investimentos totais de R\$ 500 milhões. **e) Refinaria Potiguar Clara Camarão (Rio Grande do Norte):** produtora em baixa escala de diesel, nafta, querosene e gasolina automotiva, recebeu investimento 1,84 bilhões. De acordo com nossos cálculos em 2007 estavam previstos até 2010 cerca de 19,31 bilhões para tais projetos, os quais se somam aos investimentos em ampliação e modernização de 10 refinarias com custo de 22,6 bilhões (PAC, 2007). Apesar disso, já vimos acima que esses gastos foram bem menores.

Frente às metas de autossuficiência da produção e dos derivados, o Relatório da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de fevereiro de 2013 (6 anos após o lançamento do PAC) confirmam nosso diagnóstico apontado no início deste capítulo, apresentando um parecer negativo em relação a tais pretensões:

(...) os cenários que preconizavam expectativas de autossuficiência, e mesmo de exportação de derivados, no horizonte de 2020, parecem definitivamente ultrapassados. Ao contrário, a dependência das importações tem se ampliado e gerado efeitos perversos sobre a balança comercial do país. (p.3) (...) As perspectivas de evolução da capacidade do parque de refino nacional não aliviam as pressões de curto prazo sobre a importação de derivados, e são dúvida mesmo em prazo mais longo, devido à indefinição sobre a realização de alguns projetos. Deve-se frisar que a lógica econômica incentiva a Petrobras, em contextos de escassez de recursos, a postergar os investimentos no **downstream**, para não prejudicar o andamento dos projetos mais rentáveis do **upstream**, sobretudo aqueles relacionados ao desenvolvimento dos campos da camada pré-sal. (ANP, 2013, p. 25)

Dessa forma, o relatório da ANP conclui que o aumento da demanda interna por combustível (gasolina e principalmente o diesel) e nafta, principais produtos causadores do déficit da balança comercial, não consegue ser suprido pela produção interna, devido à rápida expansão da demanda e por não haver estrutura e uma mudança resoluta da condição de exportador de matéria bruta, dado o baixo investimento no refino, na petroquímica e no atraso e cancelamento de projetos previstos como as Refinarias Premium I e II (Ceará e Maranhão), as maiores obras do PAC 2 que prometiam “a virada estratégica na condição do Brasil de país

³⁴ Tipicamente, podem ser distinguidos três estágios industriais na cadeia da atividade petroquímica: 1ª, 2ª e 3ª geração de produtos petroquímicos. “Atualmente, no Brasil, existem quatro grandes empresas na primeira geração do setor, Braskem, Copesul, PQU e Riopol, cinquenta na segunda geração e cerca de seis mil empresas na terceira geração fazendo a conversão dos materiais em bens de consumo.” Este último setor é pulverizado, mas majoritariamente controlado pelo capital estrangeiro. (MACHADO, p. 68)

exportador de óleo cru”. O documento aponta que existe uma lógica econômica que nos momentos de escassez potencializa os projetos “upstream”, e em nossa opinião este é na verdade um exemplo da lógica da dependência.

Vimos que os investimentos no setor petroquímico e de refino não foram suficientes para transformar a cadeia produtiva da Petrobrás, atribuindo-lhe outro sentido (como por exemplo, exportador de derivados de alta tecnologia), modificando sua relação com os países centrais; ao contrário, o investimento e o aumento de tecnologia se desenvolveram principalmente em volta das atividades “Upstream” (extração e produção), aprofundando sua característica exportadora. De acordo com o Banco Central (2013) o petróleo cru ocupou em 2012 no volume das exportações primárias do Brasil o terceiro posto após o minério de ferro e o complexo de soja, com 8,5%. Em março de 2010, por exemplo, a empresa atingiu o recorde histórico de exportações, com 22,73 milhões de barris no mês, sendo que o maior destino destas foram os Estados Unidos (32%), seguido da Índia (22%), da China (20%) e da Europa (18%) (PETROBRAS, 2012). Os EUA continuam sendo os maiores importadores do petróleo bruto do Brasil e os maiores exportadores de derivados do produto ao nosso país. Neste sentido a Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2011) aponta que a participação de petróleo e derivados na matriz energética nacional será reduzida de 38,5% (em 2010) para 31,8% (em 2020), visto que a maior parte da oferta adicional será voltada para o mercado externo, atingindo em 2020, cerca de 50% da produção brasileira. No setor privado a realidade parece ser semelhante, de acordo com MACHADO (2012), reproduzindo a lógica dependente nos níveis mais avançados na cadeia, em que a Braskem (maior petroquímica de capital nacional) domina a primeira geração do setor, mas nas segunda e terceira gerações, correspondentes às “empresas multidivisionais e à química fina/especialidades, as quais exigem maior domínio de tecnologia de produto e processo, predominam o capital estrangeiro (Ibidem, p.68).

b) A Petrobrás e sua ligação com o capital privado nacional e internacional

A década de 1990 foi emblemática no processo de privatizações de setores subsidiários da Petrobrás (a Interbrás, Petromisa, Petrofertil, grandes setores da Petroquisa) principalmente seu ramo petroquímico, que vai beneficiar através do Programa Nacional de Desestatização diretamente o Grupo Odebrecht (que já mantinha relações com a Petrobrás no setor de construção civil durante o Regime Militar), comprador de uma série dessas empresas e principal acionista da empresa Braskem (hoje gigante do ramo petroquímico nacional) fundada em 2000. Junto a isso, a Lei 9.478 de 6 de agosto de 1997, responsável pela quebra do monopólio estatal na exploração de Petróleo, teve três efeitos principais: a) abriu uma

quantidade significativa de ações da empresa (cerca de 30%) para o capital estrangeiro que passam ser vendidos na bolsa de Nova York e submetem a empresa à lei americana “Sarbanes–Oxley” (SOX), que todo ano exige rígidos relatórios e metas a serviço de seus acionistas; b) abriu o mercado para a licitação de campos petrolíferos para a exploração e produção pelo setor privado; c) criação da ANP (Agência Nacional de Petróleo) vinculado ao Ministério de Minas e Energia, que passou a regular e fiscalizar a indústria do setor no Brasil.

A Petrobrás, como uma sociedade anônima de capital aberto, tem hoje sua composição acionária com participação do Estado e do capital privado (nacional e estrangeiro), dividida em dois grandes blocos: 1) Ações Ordinárias (Capital Votante) e 2) Ações Preferenciais (Capital Não Votante). De acordo com o Relatório de Administração da Petrobrás de 2014 (p.4) o capital votante da empresa é controlado em 50,3% das ações pela União Federal. Apesar disso, esta detém apenas 28,1% do capital social da empresa. O capital social estrangeiro através da American Depositary Receipts (ADR) – Certificado de Depósitos de Ações Estrangeiras negociada na bolsa de Nova York (EUA) - representam 22,8% e se somados aos 12% das ações de Estrangeiros (Resolução nº 2.689 C.M.N.) resultam em 34,8% das ações da Petrobrás, acima da União Federal, e isso já sob o efeito da fuga de capitais dada a crise “Lava a Jato”. As outras ações se encontram divididas entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES -, com 6,9%, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR com 10,4%, Caixa Prev. Func. do Bco. do Brasil – PREVI com 2,8% e demais pessoas físicas e jurídicas (capital privado nacional) com 16,4%. Desses dados podemos perceber que o setor privado representa no mínimo 51,2% do capital social da empresa e concluir que toda iniciativa que aponta uma maior participação da Petrobrás em empreendimentos como um ganho “público” em si é profundamente problemática.

As concessões, ou privatizações dos campos petrolíferos, mediadas pela ANP, também foram mais uma face desse processo. De acordo com os Anuários Estatísticos da ANP de 2014, no ano de 2013 cerca de 776 áreas estavam sob concessão (em processo exploratório, desenvolvimento ou produção), destes 387 blocos pertenciam exclusivamente a Petrobrás, representando um pouco menos da metade, outros 79 blocos eram parcerias com as empresas: Shell, Statoil, Sinochem, El Paso Óleo e Gás, Manati, Rio das Contas, Brasoil Cavalo Marinho e Manati, BP Group, Norse Energy, Karoon, Chevron Brasil, ONGC Campos, Devon Energy, Total E&P do Brasil, EP Energy Pescada, Petrogal Brasil, Starfish e Repsol. E 310 blocos eram totalmente controlados pelo setor privado, que incluíam boa parte destas empresas e outras como a Petra Energia, HRT O&G e TNK Brasil, entre outras. O governo Lula nem de longe reverteu ou mesmo breiou tal processo: com base nos anuários estatísticos

da ANP, de 2002 a 2014 houve um aumento de cerca 100% das concessões, sendo 70% deste valor representado pelo aumento do capital privado. O PAC 1, por exemplo, organizou duas Rodadas de Licitações de Blocos de Campos de Petróleo (9ª e 10ª Rodadas): a) 2007 – 117 blocos arrematados por 36 empresas; b) 2008 – 54 blocos arrematados por 17 empresas. (PAC, p. 130).

O leilão do Campo de Libra (realizado em 21 de outubro de 2013), maior reserva já descoberta no Brasil (estimados em 10 a 15 bilhões de barris), com valor em torno de 1 trilhão e meio de dólares, trouxe à tona uma discussão que foi gestada pelo governo em 2009 e aprovada em agosto de 2010 acerca do Modelo de Partilha³⁵ contido no Novo Marco Regulatório do Petróleo. É importante que fique claro que o modelo de Concessões³⁶ não foi substituído, ele continua existindo conjuntamente com o modelo de Partilha, que foi criado voltado apenas ao Pré-Sal e áreas estratégicas, ou seja, blocos onde há alta taxa de sucesso na descoberta do óleo de alta qualidade. Apesar do grande falatório sobre “reestatização”, “participação majoritária estatal” do Modelo de Partilha, tanto do Governo como da oposição de direita, Ildo Sauer (2013) ex-diretor de Gás e Energia da Petrobrás defende que: a) Não existem diferenças estruturais entre o Modelo de Concessões e o de Partilha, ainda que este último garanta um controle político maior do Estado, ambos privatizam as riquezas e a própria Petrobrás poderia ter maior acesso aos lucros no modelo de concessões (justificativa para a partilha) através das participações especiais (argumento semelhante a BUSTAMANTE, 2015, p.21); b) O modelo que garantiria maior participação estatal seria o de prestação de serviço realizado diretamente e exclusivamente pela Petrobrás; c) 30% do pré-sal já foi entregue diretamente a iniciativa privada através do modelo de Concessões antes de se ter noção do pré-sal; d) O leilão de Libra foi feito sem se saber o total de reservas, o que é uma irresponsabilidade estratégica e para o professor da USP representa a necessidade de cumprir rapidamente os acordos EUA-Brasil relativo ao pré-sal realizados em Março de 2011³⁷; e) A partilha não proporciona o controle do ritmo de produção e para SAUER é interesse dos EUA/China aumentar a oferta mundial do óleo convencional (tipo Brent) e não convencional

³⁵ “O modelo brasileiro de partilha de produção, além da participação governamental na forma de produto da lavra, introduziu outras disposições com intuito de aumentar o controle estatal sobre a produção do pré-sal, com destaque para: a obrigatoriedade de a Petrobrás ser a operadora exclusiva; a participação mínima da Petrobrás de 30% no caso da formação de um consórcio de empresas; e a criação de uma empresa pública para gerir os contratos de partilha de produção (PPSA)” (BUSTAMANTE, P.10, 2015).

³⁶ Concessões grandes áreas concedidas a iniciativa privada por tempo determinado garantidas pela Lei do Petróleo e o Decreto nº 2.705/98 estabelecendo como participações governamentais o Bônus de Assinatura, os Royalties (de 5 a 10%), a Participação Especial (que poderiam ir até 40%) e o Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área, retorno em moeda.

³⁷ O Governo Dilma realizou reunião com o presidente Barack Obama sobre o pré-sal em Março de 2011.

(tipo Shale) visando baixar os preços do produto para quebrar a espinha dorsal do controle da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo³⁸), que mantinha os barris em torno de 110 dólares, para assim, beneficiar os países compradores (centrais), realidade que se confirma neste ano de 2015³⁹, o que se coaduna com os recentes anúncios para o aumento da exportação do óleo cru⁴⁰ pela Petrobrás; f) A diminuição dos preços do petróleo no mercado mundial e a produtividade dos campos podem reduzir a participação da União de 41,6% (estabelecido no Leilão) até 9,3% na participação dos lucros do Consórcio de Libra.

Dessa forma, o Leilão do Campo de Libra, realizado paralelamente a repressão do movimento popular pelo exército que questionava a iniciativa, teve por resultado a formação do Consórcio entre Petrobras, Shell (Anglo-Holandesa) com 20%, Total (Francesa) com 20%, CNPC e CNOOC (ambas chinesas) com 10% cada, com validade de 35 anos, onde 40 % dos lucros são da Petrobrás e 60% das outras empresas, levando em conta que a parte da “estatal” brasileira é dividida com o setor acionário privado, SAUER (2013) afirma então que até 80% dos lucros do Campo de Libra poderão ficar com capital privado a depender da conjuntura. Esses valores que são volúveis (baseados em tabela da ANP)⁴¹ tem sido tema de intenso debate e o governo argumenta ao contrário que a União terá 80% do total, o que foi questionado por uma série de economistas e especialistas no assunto (Luiz Quitans, Ildo Sauer, Fabio Konder Comparato, AEPET, entre outros). Aachamos importante destacar que hoje a Shell é a maior “parceira” da Petrobrás na exploração do Pré-Sal e o acesso às novas reservas motivou a maior fusão da ultima década desta com a gigante BP Group (Inglesa), que até então era segunda maior petroleira operando no país. Assim de acordo com o CEO da companhia (Shell) Ben van Beurden “No momento, esta área é provavelmente a mais estimulante do mundo para a indústria do petróleo” e completa: “Uma parte significativa do acordo foi ganhar uma presença maior nas águas profundas do Brasil” (G1, 09/04/15). Aprofundando este processo a Petrobrás afirma que, dada crise atual, venderá mais de US\$ 13 bilhões em ativos e reduzirá os seus próprios investimentos, prometendo novos leilões.

O governo do PT em 2013, utilizando uma campanha de distração, em nossa opinião, afirmou que os novos acordos trariam grandes benefícios à população brasileira através da destinação dos royalties do petróleo para educação e saúde (75% e 25% respectivamente), que

³⁸ Países formadores da OPEP: Angola (jan/07), Arábia Saudita, Argélia, Catar, Emirados Árabes Unidos, Equador (dez/07), Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela.

³⁹ A Venezuela se encontra em grande crise na atualidade dada a queda dos preços dos barris de petróleo, que se encontram em torno de 60 dólares.

⁴⁰ “Petrobrás espera aumento de 52% na exportação de óleo cru em 2015”. Valor Econômico, 13/05/2015

⁴¹ “O critério de cálculo da parcela do excedente em óleo repassa de forma desvantajosa para a União o risco geológico e o risco econômico do empreendimento. De acordo com a Figura 1, a parcela do excedente em óleo da União pode variar entre 15% e 45,56%.” (BUSTAMANTE, P.13, 2015)

através do modelo de partilha, diferentemente do de concessão (10%), que daria 15% da exploração para tais setores. Mais 50% do Fundo Social do Pré-Sal também estaria destinado a estas áreas. É relevante que organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) tenham feito coro a essas medidas. Dessa forma, através dos royalties e de programas desenvolvimentistas o Governo englobou apoio direto ou parcial de organizações estudantis e sindicais no projeto do capital nacional e internacional, ao contrário de outras organizações populares. Apesar disso, de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida em 2013, o valor dos Royalties representariam apenas 0,02 do PIB, chegando em 2022 a 0,6, um valor irrisório comparado ao necessário.

Tais programas se encaixam perfeitamente na estratégia que governos “progressistas” vêm desenvolvendo na América Latina de ligar programas sociais ao novo extrativismo, mudando o eixo de seus antigos discursos e criando um círculo vicioso, como bem aponta GUDYNAS (2009):

Cambian los argumentos esgrimidos en las discusiones sobre el extractivismo, y cobra un mayor protagonismo el debate sobre como usar los excedentes que provienen del extractivismo. En lugar de discutir, por ejemplo, los beneficios o prejuicios de las explotaciones mineras, o si estas genuinamente sirven al desarrollo, o como se manjaron sus impactos ambientales, si cae en discusiones sobre quienes se apropiarán de parte de esos recursos financieros, o cual sera el porcentaje que toca a cada uno. De esta manera, se generan reclamos por porcentajes mayores, o por su destino(...) (p.210) Por essas acciones sociales a su vez necesitan um creciente finaciamiento, y por lo tanto esos mismos gobiernos se vuelven dependientes del extractivismo para captar recursos finacieros. (GUDYNAS, 2009, p. 209).

Por fim concluímos que, independentemente de a Petrobrás ser majoritária ou não no Campo de Libra, seus objetivos, seja enquanto Estado ou como acionistas privados, representam um aprofundamento da condição de dependência. Seja realizando partilhas, concessões com grandes multinacionais ou exportando o óleo cru puramente da Petrobrás, seus objetivos continuam se conjugando com os do imperialismo. Seja a ação da Petroquisa (dentro da Braskem) no ramo petroquímico de primeira geração ou a criação da PPSA puramente estatal, as informações acima demonstram que tais ações vêm concentrando riqueza e poder na mão dos cartéis da burguesia e da burocracia estatal, aliadas e subordinadas ao capital internacional, e que seus programas de transferência de renda para educação e saúde são misérias comparadas aos lucros trilionários dos capitalistas e aprofundam a economia vinculada ao Novo Padrão de Especialização Produtiva.

As relações de dependência presente na Petrobrás se materializam em um complexo jogo de interesses, os quais neste trabalho apenas pudemos indicar brevemente. Podemos dizer que existe uma tendência à manutenção da Petrobrás enquanto produtora de Petróleo cru, o que não significa que esta não desenvolva tecnologia, mas principalmente na área de exploração e

produção. O desenvolvimento das refinarias é insuficiente e se enquadram no máximo como produtoras de produtos da primeira geração da petroquímica, fornecendo “matéria-prima” para os setores mais elevados desta indústria que são dominados pelo capital privado nacional e principalmente estrangeiro (nos ramos de 3ª geração), mas que convergem em parte com burocracia estatal através de seu *holding* Petroquisa dentro do ramo petroquímico (Braskem, Copesul etc.). Ou seja, a própria burocracia estatal lucra com a dominação do setor privado nos ramos superiores da cadeia petrolífera (exemplo na página 60), ao mesmo tempo perpetuam a condição exportadora da empresa e determinam junto à pressão do imperialismo sua estrutura produtiva. Um dos exemplos desta política foi a construção pelo PAC da Unidade Paulínia S.A, produtora de polipropileno, unidade da Braskem (que possui a Petrobrás no empreendimento através da Petroquisa), assim como uma série de outros projetos da mesma natureza que preveem as parcerias público-privadas.

c) Superexploração do trabalho: a terceirização na Petrobrás

No Brasil, a superexploração do trabalho, além de suas formas tradicionais, tem se configurado em um modelo jurídico de contratação trabalhista denominado terceirização. De acordo com o DIEESE (2011) a terceirização se caracteriza:

[...] quando uma determinada atividade deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa e é transferida para uma outra empresa, a terceira. Este processo pode se dar de duas maneiras diferentes, mas não excludentes: a) A desativação, total ou parcial, de setores produtivos(...); b) A contratação de uma ou mais empresas que alocam trabalhadores para a execução de algum serviço no interior da empresa cliente, exatamente esta última modalidade que prevalece na Petrobrás”. (Ibidem, p. 3)

Utilizada como forma de segmentação dos trabalhadores, tanto com divisão entre servidores públicos e terceirizados, como dentro da iniciativa privada, com as diferentes empresas contratadas e diversos modelos contratuais numa mesma empresa, a terceirização hoje tem sido a forma mais eficiente de fragmentar os trabalhadores, dificultar sua organização sindical e por consequência reduzir os salários. Estima-se que hoje no Brasil existam cerca de 12,7 milhões trabalhadores terceirizados, um aumento gigantesco comparado aos 4 milhões registrados em 2004, configuram-se na atualidade por volta de 25% da força de trabalho no Brasil (Ibidem,p.5). Vemos que sob o Governo do PT esse processo se multiplicou e se consolidou, e que a “inclusão no mercado de trabalho” foi mediada pelo signo da precarização e flexibilização dos direitos trabalhistas formais, a recente lei da terceirização deixa muito clara tal pretensão.

Hoje, ainda que a terceirização assuma formas variadas a depender da licitação, em geral representa uma organização do trabalho responsável por conceder piores condições de vida aos trabalhadores. Isso pode ser constatado pelos seguintes dados (Ibidem, p.6-7): os trabalhadores terceirizados recebiam em 2010 cerca de 27% a menos que os trabalhadores diretos, com uma grande concentração nas faixas de 1 a 2 salários mínimos (48%) e de 3 a 4 salários mínimos (36%). Além de receberem menos, tem alta rotatividade (baixa estabilidade) de 44,9% contra 22% dos diretamente contratados, o que prejudica o planejamento de vida. Em relação a jornada de trabalho, os terceirizados trabalham em média 3h a mais por semana que os trabalhadores diretos, sem contar as horas extras e o banco de horas realizadas, tendo jornada de 43h, que anualmente se transformam em 144 horas a mais. A intensidade do trabalho, as altas jornadas e as licitações visando o menor custo e prazo, se materializam em jornadas exaustivas e ambientes precários, fazendo com que de cada 10 acidentes de trabalho 8 sejam entre terceirizados (80%) e a cada 5 mortes quatro são de terceirizados. Para ilustrar essa realidade, entre 2010 e 2013, nas 10 maiores operações de resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão, quase 3.000 dos 3.553 casos envolviam terceirizados⁴².

O setor energético não é líder apenas dos investimentos do PAC mais também no número de mortes e acidentes de trabalho, o setor de petróleo e principalmente o setor elétrico são apontados como os mais cruéis neste sentido. Vejamos o seguinte trecho:

Dados da FUP – Federação Única dos Petroleiros da CUT indicam que de 1995 até 2010 foram registradas 283 mortes por acidentes de trabalho no sistema Petrobrás, das quais 228 ocorreram com trabalhadores terceirizados. De um ano para cá, o número de mortes já ultrapassa 300, além de um número também elevado de mutilações e adoecimentos. Somente em agosto de 2011 oito trabalhadores morreram vítimas de acidentes de trabalho na estatal, todos os acidentes envolvendo trabalhadores terceirizados. (DIEESE, p.15, 2011)

O processo de terceirização na Petrobrás é emblemático. Não é novo dado que foi corrente na indústria do petróleo a utilização de serviços de terceiros durante todo século XX, no caso da estatal brasileira temos a parceria antiga com a Halliburton (cimentação de poços), Baker & Hughes (brocas convencionais) e Schlumberger (sondagem de poço). Mas essa prática se aprofunda na década de 1990 com o advento do neoliberalismo e hoje atinge atividades meio e fim da empresa. Para se ter uma ideia, a empresa contava em 2014 com 360.180 mil trabalhadores terceirizados e 86.108 mil efetivos, ou seja, cerca de 80% da força de trabalho em condições precárias de trabalho (PETROBRAS, 2014). Ainda que se tenha dobrado o número de profissionais concursados desde 2002, o aumento de terceirizados chegou a 200%,

⁴² Informações de Lilan Marques (DIEESE) no plenário do Senado em (13/04/2015): <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/13/terceirizacao-esta-ligada-a-condicoes-analogas-a-escravidao-diz-representante-do-dieese>

fazendo com que a participação dos efetivos caíssem de 25% no quadro geral de trabalhadores para 20%.

As principais empresas prestadoras de serviço para a Petrobrás atualmente são a Halliburton serviços, Superior Energy Services, Backer Hughes, BJ Services do Brasil todas empresas norte americanas e Drillfor perfurações S.A., Perbras, SOTEP de outros países. Dentre os setores terceirizados na empresa, podemos destacar: Alimentação, Análise laboratorial, Almoxarifado, Cimentação e complementação de poços, Montagem e construção de projetos, Informática, Limpeza predial, Manutenção (predial, mecânica, caldeiraria, soldagem, elétrica, instrumentação, refratários, isolamentos térmicos e de inspeção de equipamentos), Movimentação de cargas, Perfuração e perfilagem de poços, Operação de sondas, Serviços médicos e administrativos, Transporte, Utilidades e vigilância.

Umas das principais reivindicações dos terceirizados que trabalham embarcados nas plataformas de petróleo é sobre o regime de escala, que no caso destes é combinado entre 14 dias trabalho (embarcados) e 14 de folga, diferente dos efetivos que trabalham 14 e folgam 21 dias. Outras reivindicações do movimento petroleiro são fundamentais nesse sentido, como a redução de jornada, fim dos calotes, fim do assédio moral, 5ª turma, entre outras e deflagração da campanha “somos todos trabalhadores, trabalho igual, direitos iguais”. As greves radicalizadas ocorridas nos complexos petroquímicos SUAPE e Comperj vem demonstrando as contradições nos programa desenvolvimentistas e expondo a face da superexploração do trabalho na empresa.

Nos parece muito claro então que a terceirização no Brasil e na Petrobrás⁴³ particularmente marcam uma forma característica da superexploração do trabalho, a partir dos três elementos apontados por Marini: a) remuneração abaixo do valor; b) extensão da jornada de trabalho; e c) intensificação do trabalho. Vimos que estes recebem 27% a menos que os trabalhadores diretamente contratados e que metade deles (cerca de 6 milhões) recebem até 2 salários mínimos. Tendo em vista que para o mesmo ano da pesquisa o DIEESE apontava que o salário mínimo (em 2011 era R\$ 510 reais) necessário ao trabalhador se concentrava no valor de 2.200 reais e que há uma clara extensão da jornada e intensificação do trabalho materializado nas elevadas taxas de mortalidade deste setor, não nos resta dúvida quanto ao processo de precarização do trabalho na empresa.

A lógica de funcionamento da Petrobrás é então a lógica dependente em termos microeconômicos, sua produção não visa o abastecimento do mercado interno popular e sua

⁴³ A Petrobrás não divulga o salário de seus funcionários efetivos e nem terceirizados, o que dificulta a pesquisa., e demandaria um trabalho de campo em momento futuro.

transformação em bens de consumo, e sim o abastecimento de itens básicos para o setor privado nacional e estrangeiro (alta esfera do consumo) do ramo petroquímico e a exportação do petróleo cru para os países centrais ou semi-periféricos subordinados as cadeias produtivas do capital transnacional, por consequência sua força de trabalho é 80% terceirizada recebendo salários abaixo do valor de sua reprodução consolidando a ruptura do ciclo do capital na produção de petróleo e sua cadeia produtiva internamente. O acesso ao consumo é mediado pelo crédito e o endividamento, apesar disso, o eldorado do petróleo demonstra suas contradições com a crise institucional e financeira da empresa que vem levando a demissões em massa. Por outro lado, um setor da aristocracia operária (sindicalistas da CUT e outras centrais) passa a administrar fundos de pensão (como a PETROS) e participar diretamente do jogo do capital se tornando acionistas da empresa e no setor privado se beneficiando junto ao Estado e ao capital privado das benesses da mais-valia, dessa forma, este setor se confirma em uma camada separada do resto dos trabalhadores, e se integra de forma diferenciada, mas semelhante a visão de Marini, a camada superior do mercado da Petrobras, fechando assim as engrenagens da dependência.

Conclusão

De forma geral podemos perceber que o PAC foi a estratégia central do Partido dos Trabalhadores a frente do Governo Federal nos últimos oito anos (2006-2014), articulando através de suas medidas institucionais ações nos principais âmbitos da sociedade, conjugando atrás de si uma ampla coalizão de classes e de formulações políticas e ideológicas híbridas. A defesa do “crescimento econômico” e o “fim da estagnação” se concretizaram nas possibilidades oferecidas pela realidade dependente do capitalismo brasileiro com a manutenção das bases macroeconômicas neoliberais e o fortalecimento das políticas de exportação de *comodities*. Por outro lado, a articulação de um pacto de classe possibilitado pelas condições favoráveis do mercado internacional (entre 2003-2008) culminaram na adoção de propostas novo desenvolvimentistas, mas que vem demonstrando seu esgotamento ano após ano. A ação Estatal foi o eixo destes objetivos criando as condições para as megafusões entre o capital nacional e internacional (via BNDES), criação dos fóruns nacionais tripartites garantidores deste pacto e o investimento em infra-estrutura articulado com um projeto continental do imperialismo e das empreiteiras nacionais através do IIRSA/PAC.

Tal pacto de classe foi complexo e articulou desde os interesses do imperialismo aos da burocracia sindical, e nesta conjuntura o novo desenvolvimentismo surgiu como a ideologia burguesa capaz de “unir” toda a sociedade brasileira em objetivos comuns conjugando coisas que pareciam “antagônicas” como o novo padrão de especialização produtiva e as políticas sociais, ou melhor dizendo, desenvolvimentismo e neoliberalismo se fundiram em prol da “modernização” do país. Escondendo obviamente por baixo do consenso, a realidade da superexploração marcada pela terceirização e o endividamento como a face principal de acesso ao mercado de trabalho e do consumo. Além disso, a juventude das periferias violentada diariamente pela polícia (e por consequência dos megaeventos e projetos urbanísticos previstos no PAC) e os povos do campo (camponeses, indígenas e quilombolas) foram claramente excluídos e esmagados pelo consenso desenvolvimentista.

No centro desta realidade contraditória estava a Petrobrás sentada sobre a mina de ouro do pré-sal, sendo a principal financiadora e beneficiada pelo PAC, e não menos alheia aos objetivos de uma forte burocracia estatal/sindical, os acionistas privados e o violento mercado mundial do petróleo dominado por fortes grupos imperialistas. Podemos ver que os lucrativos negócios da exportação do óleo cru continuam a beneficiar os centros (países importadores do petróleo) ou o mercado industrial chinês, da mesma forma que demonstram a

fusão acionária do grande capital tanto na Petrobras, quanto desta no ramo petroquímico (através da Petroquisa e sua aliança com a Odebrecht na Braskem), dessa forma, se revela o papel custoso da Petrobrás nas pesquisas e investimentos de ponta na extração e produção de petróleo, e seu processamento pelas outras esferas da cadeia produtiva pelo capital privado nacional e internacional, beneficiando estes claramente. Dessa forma, a mais-valia obtida através da superexploração da força de trabalho majoritariamente terceirizada é repassada pela Petrobrás às empresas privadas do capital nacional ou internacional (seja na forma de lucros internos, ou com a queda dos preços dos barris de óleo cru na atualidade), e em última instância também repassam aos seus próprios dirigentes ou burocracia sindical que em muitos casos são acionistas destas mesmas empresas privadas a que são vendidos seus produtos.

Por mais que o governo tenha anunciado a construção de novas refinarias, estas não vêm cumprindo demandas básicas do mercado interno, além disso, o investimento pífio na petroquímica demonstram como vimos a cumplicidade e subordinação ao capital privado do setor instalado no país. O desenvolvimento da indústria naval também não se descola do objetivo de desenvolvimento para fora e voltado para a exportação, a produção de plataformas e de navios tipo Suezmax com capacidade para transportar até 1 milhão de barris de óleo cru, visam assim como as grandes rodovias, dotar o país de meios mais eficientes de escoamento de seus recursos naturais.

Podemos perceber então que as “teorias da modernização” capitalista continuam sendo o eixo guia da política econômica do imperialismo e de seus diagnósticos para a periferia, apesar disso, essa própria teoria da modernização se modificou. O intervencionismo que antes foi necessário ao grande capital, a partir da década de 80 cede espaço para as políticas liberalizantes, mas o papel do Estado não se perde mesmo nestas últimas, apenas se modifica. É interessante apontar que ambas vertentes se apresentaram pelo centro do império tanto na década de 30/40, sob o discurso do avanço civilizatório, como atualmente sob o discurso da competitividade e da modernização. Por outro lado, a teoria da dependência foi capaz de apresentar a farsa e a contradição de tais formulações e como ambas tanto o nacional desenvolvimentismo como o neoliberalismo (e sua faceta desenvolvimentista), apontam para o aprofundamento da dependência, cumprindo seu papel na cadeia capitalista global associado aos ditames do império.

Neste sentido achamos interessante citar que o próprio Bielschowsky ⁴⁴ admite que os principais problemas levantados pelo estruturalismo clássico se mantêm atuais, o que revela o

⁴⁴ Durante o “Seminario Neoestructuralismo y Economía Heterodoxa”, organizado nos marcos do projeto “Raúl Prebisch y los desafíos del Siglo XXI”, que ocorreu em Santiago de Chile nos dias 22 e 23 de abril de 2013,

fracasso do projeto desenvolvimentista que operou por 50 anos e se dissolveu na corrente neoliberal. Por outro lado, essa perspectiva mascara a existência de uma burguesia brasileira forte, porém alicerçada ao imperialismo, e dentro da perspectiva “novo-desenvolvimentista” a afirmação dos velhos problemas servem apenas justificar mais do mesmo, ou seja, uma volta triunfal da burguesia nacional salvadora. Na nossa interpretação a saída desenvolvimentista não quebrou os elos fundamentais da ordem capitalista internacional e seu processo de subordinação dependente como vimos, ao contrário ocasionou historicamente uma degeneração a direita do processo, o mesmo vem ocorrendo na atualidade, mas diferente do passado sem a necessidade de um golpe militar, mas sob a gerência direta de um governo dito de esquerda. Retomamos neste sentido o ensinamento da TMD da década de 1970, de que a dependência só será superada pela perspectiva da classe trabalhadora por uma Ruptura Revolucionária.

A análise das políticas de desenvolvimento e de sua ideologia, antes de um objetivo acadêmico em si, se traduz numa exigência concreta da luta de classes que exige respostas da classe trabalhadora e dos povos deste continente. Dessa forma, hoje assim como na década de 1970, a Teoria Marxista da Dependência e as organizações revolucionárias só podem se desenvolver verdadeiramente por fora do pacto “novo-desenvolvimentista”, contra a burguesia agrária, financeira e industrial e suas políticas aplicadas pelo Partido dos Trabalhadores e concretizadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Atuar numa perspectiva de Governo e de conciliação de classe é trair os princípios desta escola que fundou na década de 1970 um frutífero pensamento radical e anti-burguês no continente.

A teoria da dependência traz como ensinamento um diagnóstico do funcionamento da economia capitalista dependente, sem ter a pretensão de reforma-la ou desenvolver um capitalismo autônomo e democrático. Ao contrário, ela aponta onde o ciclo do capital se rompe, ao mesmo tempo que demonstra como isso funciona perfeitamente para os centros capitalistas e a ordem global. Mais do que isso, ela demonstra que o sistema trabalha para que tais nexos não sejam refeitos, e que acima de tudo, numa situação hipotética (na atual conjuntura) refazer tais nexos (como a formação de Estados fortes e capitalismos desenvolvidos) dentro da ordem envolve a criação de novas relações de dependência, que envolvem guerras, novos processos de dominação de povos (internos e externos), a conquista e a formação de novos Impérios. Por isso a revolução socialista e anti-estatista, que seja capaz de unir desde os diferentes povos indígenas aos operários super-explorados nos projetos desenvolvimentistas, se torna a única alternativa para os povos deste continente ao sistema-

mundo capitalista, para destruir e negar a própria lógica de hierarquia e de conquista inerente a situação de dependência e o avanço da crise capitalista.

Lista de Siglas:

AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE- Diretório Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FUP – Federação Única dos Petroleiros

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PT – Partido dos Trabalhadores

UNE – União Nacional dos Estudantes

Referências:

ÁVILA, R. V. **PAC: programa de atendimento aos credores, 2007**. Disponível em: <<http://www.dívida-auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 15 maio 2013.

BATISTA, Paulo N. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. USP, São Paulo, 1994.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **El nuevo desarrollismo y la ortodoxia convencional**. Economia UNAM, México, v.4, nº 102006, p. 7-29.

BOITO JR., Armando. **A burguesia no Governo Lula**. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

BUSTAMANTE, L. A. C. **A Frustração com a Partilha de Produção: o leilão do campo de Libra**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/ Senado, Fevereiro/2015

CANO, Wilson. **América Latina: notas sobre a crise atual**. Revista Economia e sociedade vol. 18 no.3 Campinas Dec. 2009

CARVALHO GONÇALVES, Luiz E.F. **As Relações Brasil-CEPAL (1947-1964)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Ser. Soc. Soc., São Paulo, n. 102, out./dez. 2012, p 613-636.

CHAGAS, Priscilla B.; CARVALHO, Cristina A.; MARQUESAN, Fábio F. **Desenvolvimento e Dependência no Brasil: nas Contradições do Programa de Aceleração do Crescimento**. Revista OeS, Salvador, v. 22 - n. 73, - Abr./Jun. – 2015,. p. 269-289

COLISTETE, R. P. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Estudos Avançados, v. 15, n. 41, abr. 2001.

DA SILVA, Luís I. L. **Carta ao povo brasileiro**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

DA SILVA, Michele B.; ROCHA, Vanessa C. **Terceirização na Petrobrás – Bacia de Campos: acidente, quarteirização e o descaso das empresas**. 35º Encontro da ANPOCS, 2011.

FERNANDES, Florestan. **As mudanças sociais no Brasil**. In: IANNI, Otávio (Org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

FERREIRA, Andrey C. **Luta de Classes e Insurgências no Brasil – Relatório de Pesquisa Nº 1: O perfil demográfico e socioeconômico dos manifestantes e o mito da classe média.** UFRRJ, NEP, Março, 2015.

FIORI, José Luís. **Para ler o “velho desenvolvimentismo”.** Carta Maior, 2011a. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5382>. Acesso em 15 Abr 2015.

_____. **A miséria do “novo desenvolvimentismo”.** Carta Maior, 2011b. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5334>. Acesso em 25 jan 2015.

_____. **Desenvolvimentismo e “dependência”.** Carta Maior, 2012a. Disponível: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Desenvolvimentismo-e-dependencia-/26563>>. Acesso em 20 Abr 2015.

_____. **O Desenvolvimentismo de Esquerda.** Carta Maior, 2012b. Disponível: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-%27desenvolvimentismo-de-esquerda%27/26585>>. Acesso em 20 Abril 2015.

_____. **Projeto Nacional e Popular é desafio para o PT.** Carta Maior, 2002. Disponível: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Projeto-nacional-e-popular-e-desafio-para-o-PT/20753>>. Acesso: 20 Abril 2015.

FRANK, André G. **Latinoamérica: subdesenvolvimento capitalista ou revolução socialista.** Pensamiento Crítico, Habana, nº 13, febrero de 1968.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, out./dez. 2012, p. 637-671.

GRANEMANN, Sara. **PAC: a afirmação do parasitismo do capital sobre o trabalho.** Revista de Políticas Públicas, v. 11, 2007, p. 35-56.

GUDYNAS, E. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano atual.** 2009. Disponível em: <<http://www.extractivismo.com/documentos/capitulos/GudynasExtractivismoSociedadDesarrollo09.pdf>>. Acesso em: 15, Fev. 2015

KAY, Cristóbal. **Teorias Latino-Americanas do desenvolvimento.** Nueva Sociedad, N.113, Maio-Junho, p. 101-113, 1991.

LEHER, Roberto. **Programa de Aceleração do Crescimento: educação e heteronomia cultural.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas - SP. Anais, São Paulo: Cemarx, p. 1-8, 2007.

MACHADO, Eduardo L. **Petróleo e Petroquímica.** EBC, São Paulo, 2012

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** In. TRANSPADINI, Roberta. STÉDILE, João Pedro. (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Expressão Popular: 1ª Edição. São Paulo. 2005.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 4ª Edição, Florianópolis: Insular, 2013

_____. **Las Razones del Neodesarrollismo**. CLACSO, Buenos Aires y Bogotá, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARTINS, José de S. **Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1981.

MAURÍCIO, Francisco R. **Do velho ao novo desenvolvimentismo: elementos para um debate teórico crítico**. IV Seminário CETROS: Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social, UECE, Ceará, 2013.

MELLO, Natália N. **Do desenvolvimento global ao paradigma da ordem e da estabilidade: representações dos países pobres na teoria do desenvolvimento político norte-americana**. FFLCH, USP, 2009.

NETTO, José P. **Conferência: Capitalismo, Desenvolvimentismo e Barbárie**. Oficina Regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), UnB, 2012.

OLIVEIRA, Dalmo J.G; GONÇALVES, Charles A.; RAMOS FILHO, Eraldo da S. **Problematizando a Integração Regional: As conexões entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Brasil**. Revista IDeAS, v. 7, n. especial, pp. 260-304, 2013.

OSORIO, J. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. In: FERREIRA, C.;

OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

_____. **América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região**. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012b. p 103-133.

OURIQUES, Nildo D. **Hacia una teoría marxista de la dependencia**. In MARINI, Ruy Mauro y MILLÁN, Mária. **La teoría social latino-americana. Subdesarrollo y dependencia**. México: El Caballito, Tomo II, p. 179-198, 1994.

PRADO, Fernando. **A história do não debate: trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. Comunicação e Política, Rio de Janeiro, vol.29, nº 2, 2011, p. 68-94.

_____.;CASTELO, R. **O início do fim? Notas sobre a teoria da dependência no Brasil contemporâneo**. Revista Pensata, vol. 3, nº1, Novembro 2013.

RIDENTI, Marcelo. **Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira, 1964-1974**. Revista Estudos de Sociologia, nº 2, UNESP, São Paulo, 1997

ROSA, Luiz P. **Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma**. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SAAD-FILHO, A; MORAIS, L. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. Revista de Economia Política, vol . 31, nº 4 (124), pp . 507-527, outubro-dezembro/2011

SANTOS, Theotônio. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAUER, Ildo L. **Depois do Leilão de Libra**. Entrevista ao canal TV Brasil Programa Brasilianas.org. 2013. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/brasilianas/episodio/depois-do-leilao-de-libra>. Acesso: 30 Maio, 2015.

_____.**“Fernando Henrique Cardoso está se sentindo pequeno”** Entrevista ao portal Viomundo. 21, Outubro, 2013. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/ildo-sauer.html>

SEABRA, Raphael L; BUENO, Fabio M. **O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho**. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, UEL, Londrina, 14 a 17 de setembro de 2010.

SEVERO, Luciano W. **A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul**. In: América andina: integração regional, segurança e outros olhares. eduepb, 2012.

TAUTZ, Carlos. **Da ALCA a IIRSA**. Le Monde Diplomatique, Fevereiro, 2009, Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=313>>. Acesso: 15 abril, 2015.

OLIVEIRA, Arioaldo U. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do Governo Lula**. XIII Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL, 25-29 de Julho, Costa Rica, 2011.

VALVERDE, R.; OLIVEIRA, R. **Primarização da pauta de exportações, deseindustrialização e doença holandesa no Brasil**. IPEA, CODE, 2011.

VIOLA, E; FRANCHINI, M. **Os limites planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil**. Cad. EBAPE.BR, v. 10, n. 3, p. 470-491, 2012.

Fontes Primárias:

ABM. **Vargas e a criação de uma base sólida.** Site da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM): <http://www.abmbrasil.com.br/quem-somos/historico/vargas-e-a-criacao-de-uma-base-solida/>. Visto em 05 Mar. 2015.

ANP. **Estudo Temático: evolução do mercado de combustíveis e derivados 2000-2012.** Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Fevereiro 2013

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Boletim do Banco Central – Relatório Anual 2013.**

CONFERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Investimentos estrangeiros diretos no Brasil – 2013: Fluxos recentes de IED e sua contribuição para o comércio exterior no Brasil** / Confederação nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2012.** Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2012.

DIEESE. **Terceirização e Desenvolvimento: Uma conta que não fecha.** DIEESE/CUT: São Paulo, 2011a.

_____. **Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil.** Nota técnica nº 100, Junho, 2011b.

_____. **O Programa de Aceleração Econômica, o setor de hidrocarbonetos e o debate estratégico da matriz energética brasileira.** DIEESE/CUT: São Paulo, 2007.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2020:** informe à imprensa. 2011. Disponível em: http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20110606_1.pdf. Acesso em: 10, Jan. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado.** 1ª Ed., Brasil, 2005.

PAC. Ministério da Fazenda. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010: material para a imprensa.** Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC-integra.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. **Apresentação de lançamento do PAC em 22/01/2007.** Brasília, DF, 2007b. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf. Acesso em: 11 jan. 2015

_____. **11º Balanço Completo 4 anos 2007-2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>. Acesso: 25 Fev. 2015

PETROBRAS. **Recorde de exportação de petróleo em março. 2012**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/recorde-de-exportacao-de-petroleo-emmarco/>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

_____. **Principais Projetos da Petrobrás no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2007.

_____. **Fatos e Dados – Contratação de terceirizados: respostas ao Jornal O Globo**. Junho, 2014. Disponível: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/contratacao-de-terceirizados-respostas-ao-globo.htm>>